
**PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE
ACTIVIDADES DESPORTIVAS E DE ANIMAÇÃO NUM
EMPREENDIMENTO HOTELEIRO DE TURISMO RURAL –
INATEL GAVIÃO**

Marisa Isabel da Silva Soares

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE
ACTIVIDADES DESPORTIVAS E DE ANIMAÇÃO NUM
EMPREENHIMENTO HOTELEIRO DE TURISMO RURAL –
INATEL GAVIÃO**

Marisa Isabel da Silva Soares

Ano Lectivo 2008 / 2009

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE ACTIVIDADES
DESPORTIVAS E DE ANIMAÇÃO NUM EMPREENDIMENTO HOTELEIRO
DE TURISMO RURAL – INATEL GAVIÃO**

ÍNDICE

	Pág.
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	11
1.1 - ANTECEDENTES	14
1.2 - OBJECTIVOS DO ESTUDO	31
1.3 - METODOLOGIA	32
1.3.1 - ANÁLISE EXTERNA	32
1.3.2 - ANÁLISE INTERNA	32
CAPÍTULO II - ANÁLISE EXTERNA	34
2.1 - ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DO CONCELHO DE GAVIÃO	34
2.2 - MEIO SOCIO-ECONÓMICO E CULTURAL	39
2.3 - MEIO DESPORTIVO	56
2.4 - MEIO NORMATIVO E JURÍDICO	63
2.5 - MEIO POLÍTICO	67
2.6 - CONCORRÊNCIA	70
2.7 - PROCURA	75
CAPÍTULO III - ANÁLISE INTERNA	81
3.1 - RECURSOS HUMANOS E ESTRUTURA ORGANIZATIVA	81
3.2 - RECURSOS MATERIAIS	94
3.2.1 - EMPREENDIMENTO HOTELEIRO – INATEL GAVIÃO	94
3.2.2 – MATERIAIS DESPORTIVOS E RECURSOS NATURAIS	99
ENVOLVENTES	99
3.3 - ORÇAMENTO	103
3.4 - SATISFAÇÃO DOS CLIENTES	104
CAPÍTULO IV - PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE ACTIVIDADES DESPORTIVAS E DE ANIMAÇÃO NUM EMPREENDIMENTO HOTELEIRO DE TURISMO RURAL – INATEL GAVIÃO	107
4.1 - ANÁLISE S.W.O.T.	107
4.1.1 - FORÇAS	108
4.1.2 - FRAQUEZAS	108
4.1.3 - OPORTUNIDADES	109
4.1.4 - AMEAÇAS	109
4.2 - A MISSÃO	110
4.3 - ESTABELECIMENTO DE OBJECTIVOS E PROJECTOS DO PLANO ESTRATÉGICO	110
4.3.1 - PROJECTOS SOBRE O OBJECTIVO GERAL NÚMERO 1	112
4.3.2 - PROJECTOS SOBRE O OBJECTIVO GERAL NÚMERO 2	121
4.3.3 - PROJECTOS SOBRE O OBJECTIVO GERAL NÚMERO 3	131
4.3.4 - PLANO OPERATIVO ANUAL	143
4.4 - AVALIAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO	143
CAPÍTULO V – CONCLUSÕES FINAIS	145
CAPÍTULO VI - ANEXOS	149
CAPÍTULO VII - BIBLIOGRAFIA	153

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE ACTIVIDADES
DESPORTIVAS E DE ANIMAÇÃO NUM EMPREENDIMENTO HOTELEIRO
DE TURISMO RURAL – INATEL GAVIÃO**

ÍNDICE DE TABELAS

	Pág.
<i>Tabela 1 - Atribuições específicas do INATEL - Decreto-Lei n.º 519 - J2/79, de 29 de Dezembro</i>	17
<i>Tabela 2 - Receitas do INATEL - Decreto-Lei n.º 519 - J2/79, de 29 de Dezembro</i>	22
<i>Tabela 3 - Atribuições específicas do INATEL - Decreto-Lei n.º 61/89, de 23 de Fevereiro</i>	23
<i>Tabela 4 - Receitas e despesas do INATEL - Decreto-Lei n.º 61/89, de 23 de Fevereiro</i>	24
<i>Tabela 5 - Receitas da Fundação INATEL - Decreto-Lei n.º 106/2008 de 25 de Junho</i>	28
<i>Tabela 6 - Evolução do desemprego por idade, no município de Gavião (2001-2004)</i>	55
<i>Tabela 7 - Beneficiários de subsídios de desemprego, segundo o sexo e idade, Gavião, 2006</i>	55
<i>Tabela 8 - Beneficiários do rendimento social de inserção, segundo o sexo e a idade, 2006</i>	55
<i>Tabela 9 - Instalações Desportivas no Concelho de Gavião</i>	58
<i>Tabela 10 - Distribuição das praias no continente português</i>	61
<i>Tabela 11 - Associações existentes no concelho de Gavião</i>	63
<i>Tabela 12 - Receitas e despesas do município, segundo os domínios de gestão e protecção do ambiente, 2005</i>	69
<i>Tabela 13 – Programa de Turismo Sénior</i>	92
<i>Tabela 14 - Programa de Saúde e Termalismo Sénior</i>	92
<i>Tabela 15 - Intercâmbio ibérico, ao abrigo do protocolo</i>	93
<i>Tabela 16 - Aspectos comuns entre actividades desportivas de lazer e a animação desportiva</i>	102
<i>Tabela 17- Orçamento de exploração. Turismo em espaço rural 2009</i>	104

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE ACTIVIDADES
DESPORTIVAS E DE ANIMAÇÃO NUM EMPREENDIMENTO HOTELEIRO
DE TURISMO RURAL – INATEL GAVIÃO**

ÍNDICE DE FIGURAS

	Pág.
<i>Figura 1 - Localização geográfica do Concelho</i>	39
<i>Figura 2 - Concelhos limítrofes e principais acessos</i>	40
<i>Figura 3 – Distribuição das freguesias pelo Concelho</i>	42
<i>Figura 4 – Gráfico da evolução da população residente em Atalaia</i>	43
<i>Figura 5 - Gráfico da Evolução do Índice de Envelhecimento e Dependência em Atalaia</i>	44
<i>Figura 6 - Gráfico da População residente por Sector de Actividade em Atalaia</i>	44
<i>Figura 7 - Gráfico da Percentagem do Nível de Ensino Atingido em Atalaia</i>	44
<i>Figura 8 - Gráfico da evolução da população residente em Belver</i>	45
<i>Figura 9 - Gráfico da Evolução do Índice de Envelhecimento e Dependência em Belver</i>	46
<i>Figura 10 - Gráfico da População residente por Sector de Actividade em Belver</i>	46
<i>Figura 11 - Gráfico da Percentagem do Nível de Ensino Atingido em Belver</i>	46
<i>Figura 12 - Gráfico da evolução da população residente em Comenda</i>	48
<i>Figura 13 - Gráfico da Evolução do Índice de Envelhecimento e Dependência em Comenda</i>	48
<i>Figura 14 - Gráfico da População residente por Sector de Actividade em Comenda</i>	48
<i>Figura 15 - Gráfico da Percentagem do Nível de Ensino Atingido em Comenda</i>	49
<i>Figura 16 - Gráfico da evolução da população residente em Margem</i>	49
<i>Figura 17 - Gráfico da Evolução do Índice de Envelhecimento e Dependência em Margem</i>	50
<i>Figura 18 - Gráfico da População residente por Sector de Actividade em Margem</i>	50
<i>Figura 19 - Gráfico da Percentagem do Nível de Ensino Atingido em Margem</i>	51
<i>Figura 20 - Gráfico da evolução da população residente em Gavião</i>	52
<i>Figura 21 - Gráfico da Evolução do Índice de Envelhecimento e Dependência em Gavião</i>	52
<i>Figura 22 - Gráfico da População residente por Sector de Actividade em Gavião</i>	52
<i>Figura 23 - Gráfico da Percentagem do Nível de Ensino Atingido em Gavião</i>	53
<i>Figura 24 – Praia Fluvial de Alamal</i>	61
<i>Figura 25 - INATEL Gavião - Alamal</i>	77
<i>Figura 26 - Organograma da Fundação INATEL</i>	81
<i>Figura 27 - Vista panorâmica da Quinta do Alamal – INATEL Gavião</i>	94
<i>Figura 28 – Bandeira Azul</i>	149
<i>Figura 29 – Jogo da Malha</i>	151

AGRADECIMENTOS

A realização do presente trabalho exigiu muitas horas de esforço e dedicação. Para tal, tive o apoio de inúmeras pessoas que, de uma forma ou outra, contribuíram para a sua concretização. A essas pessoas quero agradecer, do fundo do coração, sabendo que não irei esquecer o que fizeram por mim.

Aos meus Pais **Maria Carmelo e Manuel Soares**, e irmã **Marília Soares**, agradeço todo o Amor, Apoio, Ajuda, Compreensão e Incentivo que sempre me deram.

Ao **Jaime Rego** pela compreensão, carinho, amizade e amor.

Aos colegas e professores, que me acompanharam nesta jornada e com os quais adquiri novos conhecimentos e alarguei horizontes.

Gostaria ainda de agradecer a todos os meus amigos que estiveram sempre do meu lado, para me ajudar, esclarecer, incentivar e que me acompanharam nos bons e maus momentos destes dois últimos dois anos de vida académica.

Finalmente, a todos aqueles que, directa ou indirectamente, contribuíram para a consecução deste trabalho.

“Sem um plano, não passamos de turistas”

Douglas MacArthur

CAPÍTULO I
INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I **INTRODUÇÃO**

As mudanças sociais produzidas no século XX, como por exemplo, o aumento do tempo livre e de lazer e um maior poder aquisitivo, fizeram com que se desse um crescimento empresarial significativo em relação à variedade e disponibilidade de produtos de turismo ou actividades no meio natural. Ao reunir actividades na natureza, recreativas e desportivas obtemos o produto perfeito para oferecer à sociedade dos nossos dias que procura a auto-realização, a auto-descoberta, o contacto social com semelhantes, o sair do seu meio habitual e submergir-se na natureza, o cuidar do seu corpo e da sua saúde, o simples desfrutar. (Galán, 2008).

Para Ashton (2009) a urgência da sociedade em buscar coisas para ver e fazer, diferentes daquelas encontradas no seu dia-a-dia, exige uma oferta de atractivos que se consideram alternativas de lazer, tais como a oferta cultural, comercial, gastronómica, área natural para passeios e prática de desportos, património arquitectónico, urbanístico, entre outros. Tanto os residentes quanto os visitantes, necessitam de espaços urbanos diferenciados que retratam a questão sociocultural, que fazem parte da história do lugar, que ofereçam actividades desportivas, de diversão, de encontro e de consumo, enfim, de sociabilidade. Para tal, os espaços urbanos de lazer devem ser planeados para organizar a oferta e a recepção dos visitantes, como meio de contribuir para o bem-estar e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Estes espaços devem ser destinados a um grande público em busca de recreação e lazer, podem atrair visitantes de municípios vizinhos e de lugares distantes, mas a sua óptima utilização está condicionada ao planeamento e organização do mesmo.

A natureza tem sido sempre um lugar privilegiado para desenvolver todo o tipo de actividades e desportos, existindo uma série de factores que caracterizam estas actividades, o seu conhecimento depende em grande medida do êxito ou não da actividade. Por um lado temos factores de carácter incerto como sejam o tempo atmosférico, a época do ano em que se desenrola a actividade entre outros. Por outro lado, uma discriminação perceptiva das variações do meio pode ajudar o indivíduo não só a adaptar-se a ele, mas também a tomar a decisão correcta. Não obstante as actividades físicas no meio natural terem um potencial psicopedagógico importante que

ajuda a propiciar e otimizar o desenvolvimento completo e integral das capacidades, há que realçar a contribuição destas actividades no desenvolvimento e tratamento das competências básicas, destacando-se as competências sociais, cidadania, autonomia e iniciativa pessoal, a auto-relação, a competência no conhecimento e a interacção com o mundo físico. (Gilmartin, 2009)

A Fundação INATEL, fundada em 1935, como Federação Nacional para Alegria no Trabalho (FNAT), afirma-se como um grande prestador de serviços sociais, nas áreas do turismo social e sénior, do termalismo social e sénior, da organização dos tempos livres, da cultura e do desporto populares, com profundas preocupações de humanismo e de qualidade, estando presente em todo o Continente e Regiões Autónomas com uma rede de 21 delegações e subdelegações.

Nesta perspectiva surgiu o interesse em realizar este trabalho sobre um empreendimento hoteleiro, com uma vertente turística bem marcada, numa região rural que apresenta a sua natureza em “bruto”. Situada no Norte Alentejano, mais propriamente no concelho de Gavião a Fundação INATEL Gavião apresenta-se como um empreendimento cheio de potencialidades a desenvolver.

Numa primeira fase tornou-se imperativo saber mais sobre a Fundação INATEL para a conhecer mais aprofundadamente, assim como, fazer uma revisão bibliográfica sobre a temática do turismo, de forma a nos contextualizarmos melhor.

A planificação, fazendo parte de um processo complexo, está relacionada com anteciparmo-nos ao futuro, por vezes incerto, e que se inicia com o objectivo de otimizar a nossa actuação numa tarefa ou de facilitar a resolução de um problema activo ou previsível. (Juan Gutiérrez, s.d). A planificação é um instrumento inseparável do acto de um estratega, contudo não garante o êxito da nossa actuação. A consideração conjunta de todas as variáveis que incidem e afectam o processo que enfrentamos pode incrementar significativamente os níveis de probabilidade na consecução dos objectivos.

No processo de direcção e gestão estratégica estabelecem-se determinados passos ou etapas que se tornam necessários para chegar à sua parte operativa ou implementação das estratégias, de onde se vislumbram três fases essenciais: uma fase diagnóstico que avalia o processo de direcção; uma de implementação que contempla o processo de gestão, e outra de controlo, onde se comparam os aspectos anteriores. (Juan Gutiérrez, s.d)

Para a formulação de uma estratégia é necessário elaborar um diagnóstico, tanto do meio interno da organização como do externo. Para tal se devem considerar as suas fortalezas e as suas debilidades, e retirar do meio externo as oportunidades e ameaças, tendo sempre como referência a missão e visão corporativa.

Em sequência ao que foi dito, e antes de passarmos à parte operativa de planificação, iniciaremos o nosso trabalho pela avaliação diagnóstico do meio externo, caracterizando o concelho de Gavião, nos aspectos que nos pareceram mais relevantes, e do meio interno, caracterizando a Fundação INATEL Gavião. Após esta avaliação inicial passaremos à definição dos objectivos gerais, respectivos objectivos estratégicos e projectos com vista a desenvolver as actividades desportivas e de animação neste empreendimento hoteleiro.

1.1. ANTECEDENTES

Com a Revolução Industrial ocorrida no século XVII, a evolução ao nível das máquinas proporcionou enormes transformações na actividade laboral, assim como, implicou mudanças radicais nas organizações sociais da época. Nesta altura surgem divisões entre a população, não a nível cultural ou étnico, mas sim a nível ideológico. A distinção entre o capitalismo e o socialismo, proporcionado por reivindicações trabalhistas do período antecedente, é considerado um dos maiores fenómenos sociais já vivenciados pelo Homem. (Lança, 2007).

Pires (2004) refere que os séculos XIX e XX foram caracterizados pelo surgimento de grandes concentrações que deram origem aos mais diversos enclausuramentos dos vários grupos sociais. As fábricas, os hospitais, os teatros e os cinemas, as prisões, as escolas, os clubes, os estádios, entre outras grandes concentrações, caracterizam a era do industrialismo.

Segundo Lança (2007), o modo rígido e paternalista com que o regime da altura encarava as classes operárias (Casas do Povo, Casas dos Pescadores, Grémios de Lavoura, etc.), fazendo com que as condições de vida fossem muitas vezes sub-humanas, tornou imperativo o aparecimento de uma compensação para os aspectos negativos da vida mental e física da população trabalhadora, o que conduziu à criação da Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT). Uma função muito específica e corporativista era inerente a esta instituição. As actividades desportivas eram utilizadas como um redutor das tensões sociais dentro da própria fábrica e como factor de readaptação e compensação dos desequilíbrios criados pela actividade laboral. A FNAT visava essencialmente o controlo do modo como se processava o aproveitamento dos tempos de lazer dos trabalhadores, nomeadamente em actividades desportivas, pois era uma entidade chefiada pelo Estado enquanto as outras eram entidades organizadas pelos próprios pescadores, agricultores e trabalhadores.

Fundada em 1935, a FNAT seria então uma das instituições criadas pelo Estado Novo com a função de intervir na área do desporto tendo por objectivo-base as seguintes instituições/organizações (Lança, 2007):

- Organização Nacional Mocidade Portuguesa: responsável pelo conceito e forma de Educação Física e de Desporto a ser seguido pelas gerações masculinas (numa primeira fase) mais novas;

- Mocidade Portuguesa Feminina: cuja principal marca era demonstrar uma clara indefinição política relativamente à prática desportiva por parte das raparigas;

- Direcção-Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar: que tinha como objectivo institucionalizar o desporto nas escolas.

No Artigo 3.º do **Decreto-Lei n.º 25 495 de 13 de Junho de 1935**, “a F.N.A.T. reconhece e acata a organização corporativa nacional, limita a sua acção aos trabalhadores inscritos nos Sindicatos Nacionais e nas Casas do Povo e suas famílias e condiciona a sua orientação pelos princípios expressos na Constituição e no Estatuto do Trabalho Nacional.”

Os meios de acção da FNAT são declarados no Artigo 4.º. Por um lado, tem por objectivo permitir o desenvolvimento físico, através da organização de colónias de férias, promoção de passeios e excursões; promovendo, estimulando e organizando desafios, demonstrações atléticas e festas desportivas; e criar cursos de ginástica e educação física. Por outro lado, eleva-se o nível intelectual e moral pela organização de conferências, horas de música e de teatro, sessões de cinema educativo e palestras radiofónicas diárias (“dez minutos da F.N.A.T.”); promoção de visitas de estudo a museus, monumentos e outros locais de interesse histórico, intelectual ou técnico; instalação de bibliotecas populares; e pela criação de cursos de cultura profissional ou geral, música e canto coral.

“ (...) A F.N.A.T. é uma pessoa moral, nos termos do artigo 37.º do Código Civil, podendo exercer todos os direitos civis necessários ou convenientes à realização do seu fim. (...) O Estado superintende na administração e na acção da F.N.A.T., por intermédio do Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social. (...) A direcção e administração da F.N.A.T. competem a uma comissão central, que terá por presidente o general António Óscar de Fragoso Carmona e por membros efectivos o António de Oliveira Salazar¹, o licenciado em matemática Pedro Teotónio Pereira, António Júlio de Castro Fernandes e Jaime Ferreira. (...) Os fundos da F.N.A.T. são constituídos pelos donativos do Estado e dos particulares e pelas cotizações dos seus aderentes efectivos, benfeitores (União, Federações e Grémios Patronais) e auxiliares (institutos públicos ou particulares, as sociedades civis ou comerciais e todos os cidadãos portugueses ou estrangeiros). (...) São aderentes efectivos da F.N.A.T. todos

¹ António Oliveira Salazar - Estadista Português. Economista, foi ministro das Finanças e Presidente do Conselho de Ministros do Estado Novo entre 1932 e 1968. [Em linha] [Citado a: 1 de Outubro de 2009.] <http://www.vidaslusofonas.pt/salazar.htm>

os Sindicatos Nacionais e Casas do Povo que se proponham como tais à comissão central e sejam por ela admitidos.”

O desporto como hábito cultural, nesta altura, deixou de ser somente praticado pela classe burguesa, para passar a ser igualmente uma prática de classes operárias que, com menos posses económicas e culturais, trouxeram novas posturas e valores. Na «segunda revolução industrial», o desporto passou mesmo a funcionar como uma possibilidade de promoção social para os trabalhadores. Aliada à diminuição do tempo de trabalho, esta nova perspectiva de fomentar o desporto junto das classes operárias, tornando-o também acessível a todas as classes sociais, contribuiu para tornar efectivamente a prática desportiva de lazer numa opção válida para a ocupação dos tempos livres (Lança, 2007). Neste sentido, segundo o mesmo autor, os movimentos desportivos dos trabalhadores contribuíram também para o aparecimento do movimento designado «Desporto para Todos» - esse movimento constituiu uma ruptura com o modelo desportivo de competição, emergente de uma sociedade industrial massificada e assente no rendimento corporal, considerando que as novas formas de desporto veiculam os valores de uma nova sociedade, agora pós-industrial, que dignifica e respeita a diferença, a aventura e o enaltecimento da esfera reprodutiva, dado que o objectivo era aumentar o número de participantes e não de obter bons praticantes de competição (esfera produtiva).

«O desenvolvimento do desporto moderno fica, em grande medida, a dever-se ao surgimento de grandes concentrações de pessoas. Pode-se, facilmente, compreender que só assim foi possível a criação de uma massa potencial de praticantes e de espectadores desportivos, bem como a existência de clubes mais ou menos populares.» (Pires, 2004)

Embora criada em 1935, só em 1940 são aprovados os seus estatutos através do **Decreto n.º 31 036 de 28 de Dezembro**. Declarada como “organização de utilidade pública, dotada de personalidade jurídica, de administração e funcionamento autónomos e integrada na ordem corporativa da Nação (...) exerce a sua acção em todo o território da metrópole, tem a sede em Lisboa e pode criar delegações onde for julgado conveniente. (...) Tem por finalidade o aproveitamento do tempo disponível dos trabalhadores portugueses, em ordem a assegurar-lhes, no limite do possível, o maior desenvolvimento físico e a elevação do seu nível moral e intelectual.” Deste modo é competência da FNAT: criar cursos de cultura geral e profissional e promover o desenvolvimento da consciência corporativa, tendo sobretudo em vista a formação dos dirigentes sindicais; organizar conferências e palestras radiofónicas; instalar bibliotecas

populares; promover visitas de estudo a monumentos, museus e outros locais de interesse histórico, técnico ou didáctico; promover sessões de cinema, horas de arte e representações teatrais de carácter popular; criar cursos de ginástica e educação física; promover e organizar festas desportivas; promover a criação de organismos de carácter desportivo ou recreativo e a federação dos já existentes; fundar colónias de férias; organizar refeitórios económicos; promover passeios, excursões e viagens; proporcionar aos trabalhadores seus associados as facilidades que lhe for possível conseguir e de que possa beneficiar o bom aproveitamento do seu tempo livre.

A Comissão Central constitui o órgão superior da FNAT, sendo o presidente de honra o Chefe do Estado. A administração é assegurada por uma direcção, constituída por um presidente, um vice-presidente e três vogais, nomeados por tempo indeterminado pelo Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social. Os membros da direcção dividirão entre si os pelouros dos seguintes serviços: Administração; Educação Física; Colónias de férias, refeitórios económicos e acção nos meios rurais; Passeios, excursões e viagens; e Actividade cultural e relações exteriores.

Os seus associados dividem-se em três categorias:

- **Beneficiários:** todos os trabalhadores, empregados ou assalariados por conta de outrem no comércio, na indústria, na agricultura e nas profissões liberais, bem como os funcionários do Estado, dos corpos administrativos, das instituições de assistência e de beneficência e dos organismos corporativos e de coordenação económica de categoria inferior à de chefe de secção ou àquela que lhe corresponder em vencimento na respectiva escala hierárquica. São admitidos pela direcção, pagam anualmente uma importância correspondente ao preço do respectivo cartão de identidade ou da sua renovação e têm o direito de usufruir, nas condições que forem fixadas, todas as vantagens da organização declaradas privativas da sua categoria e designadamente a frequência de cursos, a participação em visitas de estudo, sessões de cinema, representações teatrais, passeios, excursões e viagens, e a utilização de refeitórios económicos e colónias de férias.

- **Contribuintes:** são obrigatoriamente, todos os organismos corporativos e de coordenação económica, e pagam uma contribuição mensal, que é fixada pelo Conselho Corporativo.

- **Protectores:** todas as pessoas singulares ou colectivas que voluntariamente se inscrevam com quaisquer cotas ou donativos.

Nesta altura as receitas da Federação são angariadas pelo produto das importâncias pagas pelos associados beneficiários pela passagem e renovação dos seus cartões de identidade; pelo rendimento das contribuições e cotas dos associados contribuintes e protectores; através dos proventos das suas iniciativas; pelas importâncias provenientes de donativos e subvenções de entidades públicas ou particulares e pelos juros dos fundos capitalizados.

A designação de Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) é alterada a 3 de Abril de 1975 para Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (INATEL) pelo Decreto-Lei n.º 184, mantendo-se porém, plenamente em vigor todos os actos e contratos celebrados pelo organismo sob a anterior denominação.

Um ano mais tarde, é publicado na Constituição da República a incumbência ao Estado de assegurar as condições de trabalho, retribuição e repouso a que os trabalhadores têm direito, nomeadamente, o desenvolvimento sistemático de uma rede de centros de repouso e de férias, em cooperação com organizações sociais. (Constituição da República - Art.º 59. - Direitos dos Trabalhadores - de 2 de Abril de 1976).

Em 1979 são aprovados os estatutos da instituição com a nova designação através do **Decreto-Lei n.º 519 - J2/79, de 29 de Dezembro**. Estes novos estatutos recebem uma remodelação de fundo, aparecendo, claramente, com uma organização mais específica, e na vertical, das funções de cada um dos órgãos que a compõem. Assim, passam a fazer parte do novo organigrama do Instituto um Conselho Geral, uma Direcção e uma Comissão de Fiscalização. O INATEL é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira, tutelado pelos Ministérios do Trabalho e dos Assuntos Sociais. A sua finalidade, no entanto, sofre algumas alterações, como se pode verificar no artigo 3.º: “ (...) proporcionar aos trabalhadores do activo e da terceira idade a satisfação de interesses relacionados com o seu bem-estar, contribuindo para um melhor e mais racional aproveitamento dos respectivos tempos livres, de forma a melhorar a sua qualidade de vida e assegurar a sua sanidade física e mental.”

O INATEL tem por atribuições específicas as acções de carácter cultural, desportivo, recreativo e económico-social (Tabela 1), justificadas pelos seus fins, devendo as referidas acções ser coordenadas, através de protocolos passíveis de revisão

periódica, com os organismos, serviços ou departamentos oficiais com competência nos domínios específicos das respectivas actividades.

Tabela 1 – Atribuições específicas do INATEL - Decreto-Lei n.º 519 - J2/79, de 29 de Dezembro
Atribuições de carácter cultural
<ul style="list-style-type: none"> a) Estimular o interesse dos trabalhadores pela fruição e criação cultural; b) Aproveitar as potencialidades que neste domínio oferecem a imprensa, o cinema, a rádio e a televisão e, bem assim, quaisquer outros meios ao seu alcance; c) Promover o estudo da etnografia, instalar e fomentar a criação de museus do trabalho e de bibliotecas para uso dos trabalhadores, assim como promover visitas de estudo a locais de interesse cultural; d) Organizar espectáculos para trabalhadores e apoiar de criação e o desenvolvimento de agrupamentos artístico; e) Apoiar e promover a realização de conferências e palestras culturais, a organização de centros culturais de trabalhadores, a edição de publicações e outras iniciativas de interesse cultural.
Atribuições de carácter desportivo
<p>1- No exercício das suas atribuições de carácter desportivo, compete ao INATEL:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Estimular o interesse dos trabalhadores pela cultura física e actividades desportivas como meio de valorização humana, de aperfeiçoamento físico, da preservação da saúde e do desenvolvimento da personalidade; b) Promover torneios e campeonatos entre grupos desportivos de trabalhadores; c) Apoiar a criação, existência e desenvolvimento de grupos desportivos de trabalhadores; d) Divulgar conhecimentos técnicos relativos à prática dos desportos, para o que poderá criar um quadro de professores e instrutores que procedam a essa divulgação junto dos associados; e) Fomentar o intercâmbio desportivo com organizações similares estrangeiras, em particular com as dos países de língua portuguesa; f) Tomar quaisquer outras iniciativas de interesse desportivo para os trabalhadores. <p>2- As atribuições a que se refere o número anterior serão exercidas sem colisão com o regime estabelecido na Lei Orgânica da Direcção-Geral dos Desportos e por forma que fique assegurada a coordenação da sua acção com as decisões tomadas pelo Conselho Coordenador Desportivo e com as do Conselho Superior de Educação Física e Desportos.</p>
Atribuições de carácter recreativo
<ul style="list-style-type: none"> a) Promover e patrocinar realizações de interesse recreativo; b) Organizar excursões e viagens destinadas a trabalhadores; c) Divulgar iniciativas de outrem que possam proporcionar aos trabalhadores legítimos meios de ocupação recreativa.
Atribuições de carácter económico-social
<ul style="list-style-type: none"> a) Criar e desenvolver centros de repouso e de férias; b) Fomentar o intercâmbio turístico, nomeadamente através da celebração de acordos com organizações estrangeiras similares; c) Fundar e administrar centros de férias, parques de campismo e outros meios de alojamento para trabalhadores; d) Administrar as cozinhas centrais, refeitórios, cantinas e outros estabelecimentos similares; e) Intensificar o aproveitamento das suas estruturas por parte dos trabalhadores da terceira idade nos períodos de menor utilização pelos restantes; f) Proporcionar aos trabalhadores outras vantagens de natureza económico-social que estejam ao seu alcance.

Os estatutos na nova instituição abarcam duas categorias de sócios, os efectivos e os honorários. A direcção do INATEL, ouvido o Conselho Geral, podia conferir a qualidade de sócio honorário a pessoas singulares ou colectivas cujos méritos ou serviços prestados ao Instituto justificassem essa distinção.

Neste sentido, podiam inscrever-se como sócios efectivos do Instituto, por solicitação dos interessados e deliberação da Direcção: “a) Todos os trabalhadores portugueses que exerçam a sua profissão por conta de qualquer entidade de natureza pública ou privada, no País ou no estrangeiro; b) Os trabalhadores estrangeiros que, em conformidade com a lei, exerçam, por conta de outrem, uma actividade profissional no

País; c) Os trabalhadores por conta própria, desde que não tenham empregados ao seu serviço ou que, tendo, auferam uma retribuição mensal certa e façam parte do quadro de pessoal da empresa; d) Os trabalhadores que se encontrem na situação de pensionistas por acidente de trabalho ou doença profissional; e) Os trabalhadores que tenham passado à situação de reforma ou aposentação.”

As pessoas que viviam em comunhão de mesa e habitação com associados podiam beneficiar das iniciativas e realizações do Instituto desde que não tivessem as condições necessárias para se inscreverem como tal. A morte dos associados não impedia a manutenção dos direitos reconhecidos ao seu agregado, com referido anteriormente, desde que um familiar do respectivo agregado solicitasse a sua inscrição como sócio, mesmo que não reunisse os requisitos exigidos por qualquer das alíneas acima descritas

Pelos serviços prestados aos sócios podiam ser cobrados preços devidos pela sua fruição que, em princípio, não correspondiam a valores superiores ao respectivo custo. Os trabalhadores da terceira idade beneficiavam de condições mais favoráveis à utilização das estruturas do INATEL

Em termos organizativos, à Instituição estão inerentes três órgãos, o Conselho Geral, a Direcção e a Comissão de Administração. O Conselho Geral é constituído por dez representantes das organizações sindicais, dois representantes do Ministério do Trabalho, dois representantes do Ministério dos Assuntos Sociais, um representante do Ministério das Finanças, um representante da Secretaria de Estado da Cultura, um representante da Secretaria de Estado da Juventude e Desportos, um representante da Secretaria de Estado do Turismo, um representante da Secretaria de Estado da Administração Pública e um representante da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para a gerência das Apostas Mútuas Desportivas. A Direcção é constituída por um presidente, um vice-presidente e dois vogais, cuja nomeação constará de despacho dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais, que designarão os dois primeiros. A Comissão de Fiscalização é constituída por três membros, que escolhem entre si, o presidente, e por dois substitutos. Dos membros da Comissão de Fiscalização, dois efectivos e um substituto serão nomeados por despacho conjunto dos Ministros do Trabalho, dos Assuntos Sociais e das Finanças, sendo os restantes, efectivo e substituto, eleitos pelo Conselho Geral. Um dos membros efectivos da comissão será obrigatoriamente revisor oficial de contas.

Para a prossecução dos seus objectivos, o Instituto é organicamente constituído por serviços centrais e serviços locais, que constituem internamente a sua estrutura

administrativa. Os serviços centrais compreendem órgãos técnicos de concepção, coordenação e apoio, e órgãos de gestão e execução. As delegações do INATEL são serviços administrativos descentralizados que têm por fim assegurar o apoio e promoção de todas as iniciativas que lhe digam respeito, no âmbito da correspondente área geográfica e dentro dos limites das respectivas atribuições.

Em termos patrimoniais, o INATEL “é detentor, em regime de propriedade ou de posse, consoante os casos, dos bens patrimoniais e financeiros que lhe sejam afectados por virtude de actos ou factos decorrentes do exercício de poderes legais e estatutários de pessoas ou órgãos cuja actuação vincule o Instituto”. Financeiramente, o INATEL usufrui de um conjunto de receitas (Tabela 2) e despesas que carecem de uma gestão. Curiosamente o termo “gestão” aparece pela primeira vez em termos legislativos.

Tabela 2 – Receitas do INATEL - Decreto-Lei n.º 519 - J2/79, de 29 de Dezembro
<p>Constituem receitas do Instituto:</p> <p>a) As dotações, participações e subsídios:</p> <p style="margin-left: 20px;">i) As dotações anuais para o efeito inscritas no Orçamento Geral do Estado e no orçamento da Segurança Social, de conformidade com critérios a acordar entre os Ministros das Finanças, dos Assuntos Sociais e do Trabalho;</p> <p style="margin-left: 20px;">ii) Uma participação anual do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, a fixar por despacho do Ministro do Trabalho;</p> <p style="margin-left: 20px;">iii) Quaisquer outras participações ou subsídios de entidades públicas, segundo critérios a estabelecer entre o Ministro do Trabalho e o ou os Ministros que exercerem a tutela dessas entidades.</p> <p>b) A parte das receitas obtidas pelas Apostas Mútuas Desportivas que, nos termos da respectiva legislação, lhe deva ser destinada;</p> <p>c) As verbas obtidas pelos serviços que presta ou resultantes de actividades que empreenda;</p> <p>d) Os rendimentos de bens próprios ou de que tenha a administração;</p> <p>e) O produto das quotas pagas pelos sócios;</p> <p>f) Os valores da alienação de bens próprios e da constituição de direitos sobre eles;</p> <p>g) Os juros dos fundos capitalizados;</p> <p>h) As doações, heranças ou legados de que venha a beneficiar;</p> <p>i) Quaisquer outras receitas que lhe sejam devidas ou possam pertencer por lei ou contrato.</p>

“Só constituem despesas do INATEL aquelas que resultem de encargos e responsabilidades que lhe digam respeito por referência objectiva à satisfação dos fins do Instituto. Na realização das despesas respeitar-se-ão os condicionalismos e imperativos decorrentes do orçamento e dos planos aprovados e bem assim a sua distribuição de acordo com o calendário estabelecido para as acções correspondentes. Sem prejuízo da necessidade de assegurar o melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis, ter-se-á como regra essencial de gestão financeira a minimização dos custos para o máximo de eficácia dos meios postos em execução.”

O INATEL pode estabelecer, com associações ou agrupamentos de trabalhadores de uma empresa, organismo ou instituição, de serviços do Estado, de institutos públicos ou de autarquias locais associações, agrupamentos ou colectividades, assim como os elementos das corporações de bombeiros, formas de cooperação e assistência, desde que

as organizações referidas possuam fins análogos aos da Instituição e de acordo com os meios e disponibilidades existentes, adoptando, para o efeito, a designação de centros de cultura e desporto (CCD).

Dez anos mais tarde, em 1989, são aprovados os novos estatutos do INATEL, **Decreto-Lei n.º 61/89, de 23 de Fevereiro**. Em relação à sua natureza e regime é denominado de instituto público dotado de personalidade jurídica, de autonomia administrativa e financeira, e com património próprio. A partir desta data a tutela do INATEL é exercida pelo Ministro do Emprego e da Segurança Social. A sua finalidade continua a ser a de proporcionar aos trabalhadores do activo e reformados a satisfação de interesses relacionados com o seu bem-estar, contribuindo para uma melhor ocupação dos respectivos tempos livres. Para tal, manteria os contactos necessários com outras organizações sociais e articularia a sua acção com os departamentos governamentais e respectivos serviços cujos fins e atribuições se relacionassem com os seus.

As acções desenvolvidas pelo INATEL, nesta altura, são de carácter cultural, desportivo, recreativo e social (Tabela 3), podendo ainda desenvolver acções adequadas ao aproveitamento dos tempos livres de jovens e de deficientes, através da celebração de protocolos com as entidades acima referidas. Tendo em conta os fins que prossegue, o Instituto pode filiar-se em organizações internacionais.

Tabela 3 – Atribuições específicas do INATEL - Decreto-Lei n.º 61/89, de 23 de Fevereiro
Atribuições de carácter cultural
No exercício das suas atribuições de carácter cultural, deve o INATEL estimular e apoiar o interesse dos sócios pela fruição e criação culturais, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> a) Aproveitando as potencialidades que, nesse domínio, oferecem o teatro, o cinema, a televisão, a rádio e a imprensa e outros meios disponíveis com relevância cultural e artística; b) Apoiando a criação e o desenvolvimento de agrupamentos artísticos; c) Apoiando e promovendo a realização de conferências, a criação de bibliotecas, a organização de centros culturais, a edição de publicações e outras iniciativas de carácter cultural.
Atribuições de carácter desportivo
1- No exercício das suas atribuições de carácter desportivo, deve o INATEL estimular o interesse pela cultura física e pelas actividades desportivas como meio polivalente de valorização humana, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> a) Apoiando a criação e desenvolvimento de grupos desportivos de trabalhadores; b) Promovendo provas desportivas entre grupos de trabalhadores e fomentando o intercâmbio desportivo com organizações similares estrangeiras, em particular com as dos países de língua portuguesa. 2- As atribuições referidas no número anterior são exercidas sem colisão com o regime estabelecido na Lei Orgânica da Direcção-Geral dos Desportos.
Atribuições de carácter recreativo
No exercício das suas atribuições de carácter recreativo, deve o INATEL promover e apoiar iniciativas que possam proporcionar aos sócios formas de ocupação recreativa.
Atribuições de carácter social
No exercício das suas atribuições de carácter social, deve o INATEL proporcionar os benefícios de natureza social que estejam ao seu alcance, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> a) Criando, desenvolvendo e gerindo centros de férias e de repouso, parques de campismo e outras formas de alojamento para descanso; b) Intensificando o aproveitamento das suas estruturas, nos períodos de menor utilização, por parte de pensionistas e reformados.

Os requisitos para ser sócio do INATEL sofrem algumas alterações em relação à legislação anterior, fazendo-se agora referência, por exemplo, a trabalhadores em situação de aposentação, jovens e deficientes. Assim podiam ser sócios as pessoas que preenchessem os seguintes requisitos: “a) Os trabalhadores portugueses que exerçam a sua profissão por conta de qualquer entidade de natureza pública ou privada, no País ou no estrangeiro; b) Os trabalhadores por conta própria que não tenham empregados ao seu serviço ou que, tendo-os, auferam uma retribuição mensal certa e façam parte do quadro de pessoal da empresa; c) Os trabalhadores na situação de aposentação ou reforma e os pensionistas por acidente de trabalho ou doença profissional; d) Os trabalhadores estrangeiros que legalmente exerçam uma actividade profissional no País, nas condições das alíneas a) e b) e de acordo com princípios de reciprocidade. Os jovens, os deficientes e os beneficiários de pensão de sobrevivência ou de pensão social serão equiparados a sócios, em termos a definir em regulamento próprio.”

A situação de desemprego involuntário, tal como é definida na legislação sobre atribuição do subsídio de desemprego, não faz perder a qualidade de sócio. As pessoas que vivessem em economia comum com os sócios podiam beneficiar das iniciativas e realizações do INATEL, desde que não reunissem as condições necessárias para nele se inscreverem. A morte do sócio não impede a manutenção dos direitos reconhecidos ao seu agregado, nos termos e condições referidas, desde que um familiar desse agregado solicitasse a sua inscrição como sócio.

No que diz respeito ao património, o INATEL continua ser “(...) detentor, em regime de propriedade ou de posse, consoante os casos, dos bens patrimoniais e financeiros que lhe estejam ou venham a ser afectos por virtude de actos ou factos decorrentes do exercício de poderes legais e estatutários de pessoas ou órgãos cuja actuação o vincule.” A gestão financeira faz relação entre os proventos e as despesas adquiridas e liquidadas, respectivamente, como descrito na tabela 4. Há algumas alterações como se pode verificar, em relação à anterior legislação.

Tabela 4 – Receitas e despesas do INATEL - Decreto-Lei n.º 61/89, de 23 de Fevereiro
<p>1- Constituem receitas do INATEL:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) As dotações (as dotações anuais para o efeito inscritas no Orçamento do Estado e no orçamento da Segurança Social), participações e subsídios (de entidades públicas); b) A parte das receitas obtidas pelas apostas mútuas desportivas que, nos termos da respectiva legislação, lhe seja destinada; c) As verbas obtidas pelos serviços que presta ou resultantes de actividades que empreenda; d) Os rendimentos de bens próprios ou de que tenha a administração; e) O produto das quotas pagas pelos sócios; f) O produto da alienação de bens próprios e da constituição de direitos sobre eles; g) Os juros dos fundos capitalizados; h) As doações, heranças ou legados de que venha a beneficiar; i) Quaisquer outras receitas que lhe sejam devidas ou possam pertencer por lei ou contrato.

<p>2- É vedada ao INATEL a contracção de empréstimos.</p> <p>3- Os saldos apurados no final de cada exercício serão transferidos para a gerência do ano seguinte.</p>
<p>1- Constituem despesas do INATEL:</p> <p>a) Os encargos com o respectivo funcionamento na prossecução das suas atribuições;</p> <p>b) Os custos da aquisição, manutenção e conservação dos bens, equipamentos ou serviços que utilize para satisfação dos seus fins.</p> <p>2- Na realização das despesas respeitar-se-ão os condicionalismos e imperativos decorrentes do orçamento e dos planos aprovados e, bem assim, a sua distribuição de acordo com o calendário estabelecido para as acções correspondentes.</p> <p>3- Sem prejuízo da necessidade de assegurar o melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis, ter-se-á como regra essencial de gestão financeira a minimização dos custos para o máximo de eficácia dos meios postos em execução.</p>

Organicamente o INATEL mantém os órgãos apresentados anteriormente. No entanto em termos de constituição acontecem algumas alterações. Assim, O Conselho Geral é composto por: a) Um representante de cada um dos departamentos governamentais competentes nas áreas do Trabalho e Emprego, Segurança Social, Finanças, Turismo, Cultura, Desportos, Juventude; b) Um representante de cada uma das Regiões Autónomas, a designar pelo respectivo governo regional; c) Um representante da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; d) Dez representantes das organizações sindicais de âmbito nacional.

A direcção é composta por um presidente e dois vice-presidentes, nomeados por despacho do Ministro da Tutela. A Comissão de Fiscalização do INATEL é composta por um presidente e dois vogais, dos quais um será obrigatoriamente revisor oficial de contas, nomeados por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e do Emprego e da Segurança Social.

Nestes novos estatutos continuam a estar previstos os Centros de Cultura e Desporto (CCD), mantendo-se na generalidade as disposições dos estatutos anteriores. O enfoque vai agora para as “Casas do Povo” que sendo consideradas CCD passam a ser objecto de especial atenção por parte do INATEL, “dada a base comunitária da sua implantação e a sua vocação institucional de promoção de actividades de carácter cultural, desportivo e recreativo coincidentes com os objectivos estatutários deste organismo”. Os CCD beneficiam de apoio técnico e auxílio financeiro, em contrapartida, o INATEL ficava habilitado a obter dos respectivos centros informações e provas da correcta aplicação dos meios de cooperação e assistência que tivesse prestado e, assim como também, a colaboração de que necessitava.

No ano de 2008 é publicado o **Decreto-Lei n.º 106/2008 de 25 de Junho**, que vem remodelar o INATEL, oferecendo-lhe uma nova roupagem, adaptando a Instituição aos novos tempos. O presente diploma, que se mantém em vigor até à data, vem assim concretizar a extinção do INATEL - Instituto Nacional para o Aproveitamento dos

Tempos Livres dos Trabalhadores, I. P., instituindo uma fundação, pessoa colectiva de direito privado e utilidade pública, dotada de personalidade jurídica, com duração indeterminada — Fundação INATEL

“A Fundação INATEL tem como fins principais a promoção das melhores condições para a ocupação dos tempos livres e do lazer dos trabalhadores, no activo e reformados, desenvolvendo e valorizando o turismo social, a criação e fruição cultural, a actividade física e desportiva, a inclusão e a solidariedade social.”

Preservando a sua natureza originária, tendo em conta o papel historicamente desempenhado pelos trabalhadores na sua construção, a Fundação INATEL desenvolve a sua actividade em todo o território nacional, competindo-lhe a gestão de um importante património edificado, constituído essencialmente por equipamentos hoteleiros, culturais e desportivos, dedicados à prestação de um vasto leque de serviços nas áreas da hotelaria e do turismo social, do termalismo social e sénior, do apoio e promoção da cultura tradicional (ranchos folclóricos, bandas filarmónicas, orfeões e grupos corais e de teatro amador), do apoio ao desenvolvimento do desporto amador e seus movimentos associativos, de realização do direito ao descanso e lazer dos trabalhadores e de promoção de programas e iniciativas de inclusão e solidariedade social envolvendo sobretudo jovens e idosos. A Fundação estabelece formas de colaboração com o Governo, regiões autónomas, autarquias locais, instituições da economia social e outras cujas atribuições se relacionem com o objecto da sua actividade.

Ao Estado é exigida responsabilidade, quer na aprovação das orientações estratégicas da actividade da Fundação, quer na necessidade de todos os actos de disposição sobre o seu património imobiliário serem autorizados pelo Governo, bem como na manutenção de uma comparticipação financeira, realizada num quadro de planeamento estratégico e de contratualização plurianual, que promovam e reforcem o objectivo de auto-sustentabilidade financeira da Fundação. A partir do ano de 2009, verbas para assegurar a comparticipação financeira do Estado, como contrapartida das atribuições sociais e de serviço público prosseguidas pela Fundação, serão inscritas, pelo membro do Governo responsável pela área do trabalho e da solidariedade social, no orçamento da segurança social, ou no orçamento de serviços da administração central do Estado sob sua tutela.

Em termos estatutários, o INATEL, neste momento, abarca uma grande e nova panóplia de beneficiários, contando com a participação de pessoas e instituições que a

ele se associem. Podem aceder aos programas e serviços da Fundação os trabalhadores e seus familiares que estejam enquadrados em alguma das seguintes situações: “*a*) Trabalhadores portugueses por conta de outrem, ou que exerçam a sua actividade profissional por conta própria, em Portugal ou no estrangeiro; *b*) Trabalhadores estrangeiros nas condições da alínea anterior que exerçam legalmente a sua actividade profissional em Portugal, atento o princípio da reciprocidade em relação ao tratamento igual de trabalhadores portugueses nos respectivos países de origem; *c*) Trabalhadores portugueses e estrangeiros na situação de aposentação, reforma ou desemprego, atento o princípio da reciprocidade em relação ao tratamento igual de trabalhadores portugueses nos respectivos países de origem; *d*) Cidadãos abrangidos por programas de inclusão social e de desenvolvimento regional e local, geridos pela Fundação.”

À Fundação podem também associar-se, adquirindo qualidade de CCD — Centro de Cultura e Desporto, as seguintes instituições: “*a*) Sindicatos, suas federações, uniões e confederações; *b*) Associações de trabalhadores, no activo ou na reforma, do Estado, de pessoas colectivas públicas, autarquias locais ou de empresas; *c*) Casas do Povo; *d*) Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e suas Federações, associações profissionais e liga; *e*) Outras pessoas colectivas sem fins lucrativos que tenham objecto coincidente com os fins da Fundação.”

A Fundação pode estabelecer relações de colaboração e solidariedade com instituições suas congéneres, podendo filiar-se em organizações nacionais e internacionais, celebrar protocolos de parceria e intercâmbio com instituições homólogas da União Europeia, do Conselho da Europa, dos países e regiões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), dos países de acolhimento das comunidades portuguesas no estrangeiro, da Comunidade Ibero-Americana e da OCDE — Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

A Fundação INATEL é instituída pelo Estado com um património inicial constituído pelo conjunto dos direitos e obrigações e pela universalidade dos bens móveis e imóveis de que seja titular o INATEL à data da passagem a fundação. O património da Fundação integra ainda: “*a*) Os bens móveis ou imóveis que venha a adquirir para a prossecução dos seus fins; *b*) Quaisquer heranças, legados ou doações de entidades públicas ou privadas, portuguesas ou estrangeiras, dependendo a aceitação da compatibilização da condição e do encargo com os fins da Fundação. O património da Fundação encontra-se exclusivamente afecto à realização dos seus fins, podendo ser alienado, cedido ou onerado nos termos dos presentes estatutos e da lei. Os bens da

Fundação podem ser adquiridos por qualquer dos modos previstos na lei civil, incluindo empreitadas e fornecimentos, e ainda por força de actos de cessão definitiva, desafecção, reversão, expropriação ou outros praticados a seu favor nos termos da lei.”

Gozando de autonomia financeira, os investimentos da Fundação devem respeitar o critério da optimização da gestão do seu património e visar, gradualmente e na medida do possível, a independência do Estado e da Segurança Social. A organização e o funcionamento dos serviços e estabelecimentos locais da Fundação devem observar princípios de boa gestão empresarial. Todas as actividades devem ser promovidas no sentido de contribuírem para a rentabilização do património de que é titular.

A organização contabilística é estabelecida em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade, com as adaptações que se revelem necessárias, devendo permitir a fiscalização permanente, bem como a verificação da relação existente entre os valores patrimoniais e financeiros e os correspondentes elementos contabilísticos. Os rendimentos da Fundação podem ser observados na tabela 5.

Tabela 5 – Receitas da Fundação INATEL - Decreto-Lei n.º 106/2008 de 25 de Junho
<p>São receitas da Fundação:</p> <p>a) Os proveitos resultantes das actividades que desenvolve e dos serviços que presta;</p> <p>b) O valor das contribuições financeiras dos seus beneficiários;</p> <p>c) Os rendimentos dos bens próprios ou dos quais tenha a administração assim como o produto de aplicações financeiras;</p> <p>d) O produto da alienação de bens próprios e da constituição de direitos sobre os mesmos;</p> <p>e) As receitas provenientes dos jogos sociais, transferidas pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;</p> <p>f) As transferências do Estado que sejam inscritas para o efeito nos orçamentos do Estado e ou da segurança social;</p> <p>g) As receitas ou contrapartidas financeiras que lhe caibam por força da lei ou de contrato e por subsídios de entidades públicas, privadas ou de economia social, atribuídos a título permanente ou eventual.</p>

Os princípios orientadores do plano de desenvolvimento estratégico e a respectiva programação financeira constituem a carta de missão da Fundação para o triénio a que respeitam. O plano trienal de actividades e a respectiva estimativa de orçamento deve ser apresentado ao Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, para efeito de homologação.

São órgãos da Fundação INATEL: a) Conselho Geral; b) Conselho de Administração; c) Conselho Consultivo, e d) Conselho Fiscal.

O Conselho Geral é composto pelo presidente da Fundação e por oito vogais, nomeados por despacho do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social e designados do seguinte modo: a) Dois vogais em representação do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social; b) Um vogal em representação do Ministro das

Finanças; *c*) Um vogal em representação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; *d*) Dois vogais em representação da CGTP — Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses; *e*) Dois vogais em representação da UGT — União Geral dos Trabalhadores.

O Conselho de Administração é composto pelo presidente da Fundação, pelo vice-presidente e por três vogais. Os membros do Conselho de Administração são nomeados mediante resolução do Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

O presidente da Fundação é, por inerência, presidente do Conselho Geral e do Conselho de Administração.

O Conselho Consultivo tem a seguinte composição:

a) Um representante de cada um dos departamentos do Estado responsáveis pelas áreas do emprego e formação profissional, da segurança social, da reabilitação, das finanças, da cultura, da juventude, do desporto, do turismo e das comunidades portuguesas, competindo a sua designação aos respectivos ministros;

b) Um representante de cada uma das Regiões Autónomas, a designar pelo respectivo governo regional;

c) Um representante da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;

d) Cinco representantes da CGTP — Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses;

e) Cinco representantes da UGT — União Geral dos Trabalhadores;

f) Um representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses;

g) Um representante da Associação Nacional de Freguesias;

h) Um representante da União das Misericórdias Portuguesas;

i) Um representante da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS);

j) Um representante da União das Mutualidades;

l) Um representante do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P.;

m) Três personalidades e designar pelo próprio conselho consultivo.

O Conselho Fiscal é composto por três membros efectivos e um suplente. Compete aos Ministros das Finanças e do Trabalho e da Solidariedade Social a nomeação, por despacho conjunto, dos membros do Conselho Fiscal. Um dos vogais efectivos e o suplente, são revisores oficiais de contas ou sociedade de revisores oficiais

de contas, as quais designam, para o efeito, os seus representantes nos respectivos cargos.

Actualmente a Fundação INATEL afirma-se como um grande prestador de serviços sociais, nas áreas do turismo social e sénior, do termalismo social e sénior, da organização dos tempos livres, da cultura e do desporto populares, com profundas preocupações de humanismo e de qualidade, estando presente em todo o Continente e Regiões Autónomas com uma rede de 21 delegações e subdelegações.

A obra da Fundação INATEL abrange uma massa associativa que ronda os 250 mil associados individuais e os 3 500 associados colectivos; uma rede de hotelaria social com 14 Centros de Férias, três Parques de Campismo, três Casas de Turismo Rural e dois balneários termais - representando uma oferta global de 4 200 camas - e uma estrutura permanente de turismo social e sénior e de organização das férias dos associados e suas famílias; um Teatro - o Teatro da Trindade; dois Parques desportivos - o Estádio 1º de Maio, em Lisboa, e o Parque de Ramalde, no Porto, além de estruturas de apoio à cultura popular e ao desporto amador que, designadamente, promovem a assistência técnica e financeira do movimento associativo, cultural, desportivo, etnográfico, folclórico ou recreativo, de base empresarial ou local, no Continente e nas Regiões Autónomas.

No âmbito da Cultura, através da rede de delegações e subdelegações por todo o país, a Fundação INATEL oferece uma vasta actividade cultural aos seus associados como é exemplo a formação cultural dada a dirigentes associativos, executantes artísticos e para todos através das Escolas do Lazer. São levados a efeito diferentes concursos de criatividade artística; apoiados os Centros de Cultura e Desporto (CCD), dinamizando e divulgando as suas iniciativas culturais; organizados Planos de Apoio Nacionais para as vertentes de Etnografia, Música e Teatro amadores e editada dramaturgia portuguesa contemporânea. São ainda produzidos e apoiados espectáculos quer de raiz rural ou urbana, um pouco por todo o país.

No âmbito do Desporto, apoiando-se numa ampla rede de instalações e em colaborações estratégicas com diversas entidades, a Fundação INATEL oferece um leque variado de actividades de lazer, integradas em quatro programas específicos, que abrangem diversas modalidades, a nível nacional: actividades regulares, individuais e colectivas, com calendário competitivo (Provas Regulamentares); actividades regulares, de manutenção física, orientadas por profissionais qualificados, em classes semanais (Actividades Básicas); actividades pontuais, abertas à generalidade da população,

organizadas em estreita colaboração com as associações locais (Desporto para Todos); e actividades pontuais, igualmente abertas a todos, organizadas em contextos naturais, associadas aos conceitos de *Natureza e Aventura*

A Fundação INATEL de norte a sul do país e nas ilhas, coloca ao dispor, a preços preferenciais à sua massa associativa e a todos os portugueses em geral, a utilização de equipamentos na Praia, Campo e Montanha, sempre com a qualidade e o atendimento familiar que tem sido hábito da Fundação INATEL desde 1935.

1.2. OBJECTIVOS ESTUDO

O presente estudo tem como principais objectivos:

- 1 – Análise sócio-económica, cultural e demográfica, política e jurídica.
- 2 – Analisar e definir o sistema desportivo local, o associativismo desportivo local, programas, actividades, serviços e dinâmicas desportivas locais.
- 3 – Análise das instalações desportivas, tipo de instalações, oferta de serviços e qualidade, forma de gestão, estado de conservação actual, a localização e os níveis de utilização.
- 4 – Análise das instalações hoteleiras, tipo de instalações, oferta de serviços e qualidade, estado de conservação actual, a localização e os níveis de utilização.
- 5 - Definição das linhas estratégicas, e redacção do plano de intervenção para incrementar a actividade turística, desportiva e cultural com recurso à utilização preferencial das instalações hoteleiras do INATEL

1.3. METODOLOGIA

1.3.1. ANÁLISE EXTERNA

Este estudo é realizado a partir de dados da Câmara Municipal de Gavião (site da Internet e reuniões com o Vereador Germano Porfírio e Engenheiro Ricardo Aparício) do Instituto Nacional de Estatística (site da Internet), da Associação Regional de Saúde do Alentejo (site da Internet), do Centro de Saúde de Gavião (entrevista por via telefónica com a Enfermeira Chefe Ana Luísa) e ANMP e AMDE (sites da Associação Nacional de Municípios Portugueses e Associação de Municípios do Norte Alentejano, respectivamente).

- Fotos das instalações desportivas.

1.3.2. ANÁLISE INTERNA

Para podermos analisar a estrutura interna da instituição, recorremos a diversos métodos:

- Reuniões e obtenção de dados na Fundação INATEL com o Professor Tutor Rui Lança;
- Pesquisa de dados na página da Internet da INATEL;
- Visitas às instalações hoteleiras da INATEL em Alamal;
- Fotos das instalações hoteleiras da INATEL em Alamal.

CAPÍTULO II
ANÁLISE EXTERNA

CAPÍTULO II **ANÁLISE EXTERNA**

2.1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DO CONCELHO DE GAVIÃO

A presença humana na área de Gavião mostra-se nas estações paleolíticas descobertas na bacia do Vale do Tejo. Aqui viveram povos primitivos em habitações rupestres, lugares mais elevados de defesa.

O homem primitivo faz a sua vida recolhendo, e, mais tarde cultivando as terras e pastoreando, em actividade agrícola; pratica rituais ligados à agricultura e fecundidade; levanta sepulturas para os mortos, antas ou dólmenes, com forma e estética próprias, grava placas de xisto, fabrica artefactos com sentido religioso e utilitário (Ex: Anta do Penedo Gordo em Belver)

O homem do Megalítico, além do cultivo e do pastoreio, estabelece relações (religião) mais vivas com o transcendente, pratica o culto dos mortos e rituais, na crença da vida além-túmulo. A região de Gavião revela diferentes traços desta vida e ocupação humana. Os primeiros habitats foram grutas ou cavernas para fugir ao clima rigoroso e, onde não existiam grutas, levantavam abrigos.

Comunidades de agricultores e pastores do Neolítico, mais ou menos sedentarizados, apesar da pobreza do solo, fixaram-se nesta área. Por falta de pastagens e de água, não se devem ter demorado muito tempo, apesar de terem deixado algumas construções megalíticas (sem grande monumentalidade). Nas paisagens norte alentejanas conhecem-se mais de meio milhar de monumentos megalíticos, dólmenes e menires, erguidos há mais de cinco mil anos pelas primeiras comunidades agro-pastoris.

Os monumentos de arquitectura funerária, no Concelho, centram-se na Anta do Penedo Gordo (Belver), integrada no Roteiro do Megalitismo do Nordeste Alentejano, com alguma singularidade arquitectónica e monumentalidade e uma outra anta de xisto, pouco conhecida, nas Pedras Brancas (Atalaia).

Ao Gavião, com a entrada do primeiro milénio, chegaram os metalúrgicos do ferro, celtas, gentes da Europa central, com a riqueza do metal que abriu as terras de cultivo e as terras de conquista, povos que guerrearam e se integraram com os gentios, povos que os romanos encontraram; a Norte e ao Centro os Lusitanos (notificados de celtiberos) e a Sul, na Antiguidade, se apelidaram de Célticos. A força e importância deste povo (os Lusitanos), estabeleceu-se, antes da chegada dos romanos, numa região a que se deu o nome de Lusitânia, abarcando a região do Tejo até ao Douro. Na parte

montanhosa da Lusitânia, habitavam em recintos fechados (castros), e pastoreavam, vivendo igualmente, do saque nos plainos de cultivo. A formação do bando de Viriato organizou-se por várias motivações, entre outras, a procura de uma independência das suas terras. Conhecidas são as guerras entre romanos e lusitanos.

A romanização não se fez de modo radical e violento, além das guerras com os Lusitanos, mas em adopção pacífica, com a implantação do direito, da língua, costumes, organização agrícola e administrativa, remodelando-se a economia e a agricultura, a organização social, integração de técnicas de produção e trabalho, religião e costumes. A romanização do Alentejo atingiu cidades e vilas rurais. Apesar de ser tardia, marcou a paisagem e a estrutura do sistema agrário, de habitação, os costumes, num Alentejo que conheceu o latifúndio romano, no sistema de herdades e montes (vila rústica), técnicas nos lagares, nas adegas, nos arados pré romanos, substituídos, nas vinhas que já existiam, mas que se modificaram tecnicamente, abrindo-se ao comércio, construção de novas vias, integração da organização política e administrativa, e na construção de vários monumentos.

A presença romana no concelho de Gavião é testemunhada por diversos vestígios de ordem material, toponímia, epigrafia e peças encontradas.

Relacionar Gavião à romanização, é remontar aos escritos vários que associam a *Fraxinum* romana a esta vila. Desde o século XVIII, vários autores falam de Gavião, das suas origens, remontando-as aos romanos. Numa referência às vias romanas que cruzavam a Península, em relatos e memórias, associam a Vila à estação romana de *Fraxinum*, numa tradição repetida, através dos séculos. Gavião, ao longo dos séculos posteriores seria mais um lugar de passagem que povoação. *Fraxinum*, em latim, freixo, ligado a lendas, pode significar um lugar assinalado por estas árvores ou árvore. A passagem pelo Gavião, é a ligação mais curta entre Lisboa e Mérida, a principal via romana, e a mais próxima na via Lisboa-Madrid. Por curiosidade, a primeira ligação telefónica Lisboa-Madrid passava por Gavião.

Fraxinum, fosse ou não no Gavião, ninguém sabe ao certo, é uma referência romana para esta terra e não teria grande significado arquitectónico ou aglomerado populacional porque, segundo os estudiosos, era apenas uma “mansão”, uma estação de muda, sem estatuto de *villa*, nem lugar de acampamento militar, aceitando, no entanto, que por aqui andaram com mais ou menos fixação, populações ou agregados lusitano-romanos, lugar de passagem ou fixação, como seria no futuro, durante as guerras.

Poucos vestígios denunciam a civilização romana por estas terras, e muito provavelmente só aparecerão junto a pequenos povoados perto das vias de comunicação. Peças de cerâmica, pontes como a de Ribeira de Venda, pavimentos e pedaços de mós são alguns dos vestígios deixados por estas paragens. Pouco mais surge porque as estações arqueológicas são diminutas.

No Século VIII (711), os árabes entraram na Península Ibérica, dominaram as nossas terras até às conquistas dos Reis portugueses, no Século XII, ajudados pelas Ordens Militares que colonizaram e povoaram o Alentejo. Em 1191, luta-se pela sua posse, à excepção de Évora. Sendo o Rio Tejo uma fronteira natural entre a área muçulmana a Sul e a cristã a Norte, cada parte luta por mais território. No Século XI o Gharb divide-se com propósitos autonomistas.

Desde o Século IX, as razias dos Reis cristãos no Norte; as taifas com a partilha da Andaluzia, no Século X, privilegia-se Badajoz e os árabes instalam-se nas terras férteis colonizando-as. No Século XII, os árabes chegaram ao Tejo. Influenciaram estas terras, deixando costumes, vestígios de vária ordem e um modo de construção de casas.

No médio Tejo, não há grandes notícias sobre as algáras mouriscas vindas do Sul, o Tejo era uma barreira. A zona de Gavião, pela falta de riqueza e povoamento não mostrou até agora vestígios árabes, apesar de ser zona de ocupação a Sul do Tejo. Nesta região os vestígios árabes ou mouros são raros, apenas a toponímia poderá indiciar influência mourisca ou alguns vocábulos existentes na geografia da terra, como Cabeça de Mouros, Cova da Moura, Fonte dos Mouros e até mesmo Alamal.

Gavião Medieval

Nos Séculos XI e XII, além das lutas entre os próprios muçulmanos, D. Afonso Henriques alia-se a facções muçulmanas (Silves) na conquista do Sul de Portugal. As conquistas de D. Afonso Henriques, no Sul, assim como as dos sucessores, instalam as Ordens Militares do Templo, Hospital (Malta), Avis e Santiago, nas terras tomadas, e consolidam a formação de Portugal através da ocupação, colonização e povoamento. A concessão às Ordens Militares de vastos territórios conquistados e por conquistar, com seus cavaleiros como máquinas de guerra, de ocupação e de fundação de fortalezas (castelos) e alcaidarias, concessões de comendas, implica uma organização civil e religiosa, fundação de paróquias e integração de pastores das suas Ordens ou não, no serviço pastoral, como aparelho de segurança e governação. As doações equivaliam a suportes de ocupação militar com fins de ataque e de defesa dos inimigos, povoamento

e colonização com incidências económicas e sociais. Os reis definiam os limites territoriais das doações para evitar confusões de direitos e obrigações.

D. Afonso Henriques, em documento antigo de 1172-73, faz a doação do castelo de Abrantes e seu termo, região entre o Zêzere, Tejo e Idanha a Velha, com as terras de Gavião, à Ordem de Santiago. Embora não se mencione Gavião, o seu território estava nesta doação, com ligação a Abrantes, antes de Belver, que, em 1194, recebe as terras de Guidintesta, que se estendem ao Norte Alentejano.

A Ordem do Hospital teve maior permanência e acção directa na região de Gavião. Por isso, é pertinente que se aceite como “pedra” importante na construção desta vila, marcando a sua identidade e parte da sua história. Durante o século XII, a Ordem do Hospital, empenhada na Reconquista, comprometia-se com os monarcas que encontravam nas Ordens Militares preciosos aliados, acumulando-os de privilégios e doações. Esta Ordem religiosa e militar fixa-se em Portugal no tempo de D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques. Em 1130, favorecida por apoios régios, os objectivos da Ordem orientam-se na luta contra a moirama, ajuda militar aos reis cristãos a quem deviam obediência, auxílio de cavalarias e conselhos convenientes à governação, além do empenho na cristianização. Nas intervenções guerreiras, ajudaram, igualmente, os espanhóis na luta contra os mouros. A Ordem dos Hospitaleiros passou, anos mais tarde, a Priorado do Crato (Ordem de Malta). O superior toma o nome de Prior do Hospital, D. Nuno Álvaro Gonçalves Pereira, passou a chamar-se Grão-Prior do Crato, no reinado de D. Manuel.

D. Sancho I procura defender e povoar as terras, contra as investidas dos mouros, postada mais a sul, mandando levantar o castelo de Belver, baluarte de defesa e lugar estratégico na passagem para Norte e, ao mesmo tempo, foco de expansão e povoamento em terras ermas e despovoadas, garantia de alguma fixação. Na doação de D. Sancho I encontra-se o antigo nome de Gavião. As fronteiras dos territórios de Guidintesta compreendiam Belver com as duas margens do Tejo, povoações mais ou menos formadas, sendo Belver lugar de travessia do Tejo entre Norte e Sul, doação à Ordem do Hospital de Jerusalém, com a obrigação da construção de um castelo ao qual seria dado o nome de Belver (Bela vista). Neste lugar, com vestígios de culturas antigas, ergue-se a força militar de Guidintesta, com área de ocupação das margens do Tejo, com numerosos povoados, entre eles as terras de Gavião, unidas a Belver.

O foral de Gavião chega no século XVI, confirmação da caminhada de um povo que se foi desenvolvendo, desde o século XII, o mais tardar, “valorizado” pelas inquirições de D. Manuel, no século XVI, ao conceder-lhe foral, fundando o município.

O foral era uma carta de princípios ou diploma do régio, dado pelo rei ou senhorio, leigo ou eclesiástico a uma terra, com leis que regulavam a administração da população com o doador, sustentada por normas concretas sobre a vida da população, sua economia, sociedade, ao mesmo tempo, acompanhadas por privilégios e deveres recíprocos entre o rei e o senhor e o povo. A partir de 23 de Novembro de 1519, o lugar do Gavião constituía-se vila, embora sem ser cabeça do concelho; Vila com novo estatuto. A expansão urbana, desde os tempos medievais, fez-se ao longo do eixo Nascente-Poente, pela Rua Direita, com satélites Norte-Sul. Seria ao longo da Rua Direita que se formaria a vila, a partir do Norte – zona do Chão da Torre, igreja do Espírito Santo, Praça, onde estava o Pelourinho e partia a rua Direita em direcção à Portela de Abrantes (Poente).

O município, como instituição viva, teve tempos bons e outros de maiores dificuldades, batidos algumas vezes, pelas variações políticas e reformas territoriais. A municipalidade organizada, desde o século XVI, sofreu com os “desaires” dos tempos e com a sua menos “grandeza”, em relação a outras vilas. Em 26 de Setembro de 1895, uma reforma extinguiu o concelho de Gavião, com a distribuição das suas freguesias pelos concelhos limítrofes.

Gavião retoma o título de sede do concelho em 1898 (Decreto lei de 13 de Janeiro de 1898).

Adaptado de:

José Dias Heitor Patrão

in:

Gavião. Memórias do Concelho

Edições Colibri/Câmara Municipal do Gavião. Lisboa
2003.

2.2. MEIO SÓCIO-ECONÓMICO E CULTURAL

O concelho de Gavião, é um dos 15 concelhos pertencentes ao distrito de Portalegre, está situado no Norte Alentejano, na confluência do Alentejo com o Ribatejo e a Beira Interior, partilhando, com estas duas províncias, o Rio Tejo.

Localiza-se no Centro do País, estando limitado a Norte pelo concelho de Mação, a sul pelos concelhos de Crato e Ponte de Sôr, a Oeste pelo concelho de Abrantes e a Este pelo concelho de Nisa.

Ocupa uma superfície de 293,547Km² os quais se distribuem pelas suas cinco freguesias: **Gavião** (57,85Km²), **Atalaia** (19,35Km²), **Belver** (69,71Km²), **Comenda** (89,85Km²), e **Margem** (56,79Km²).

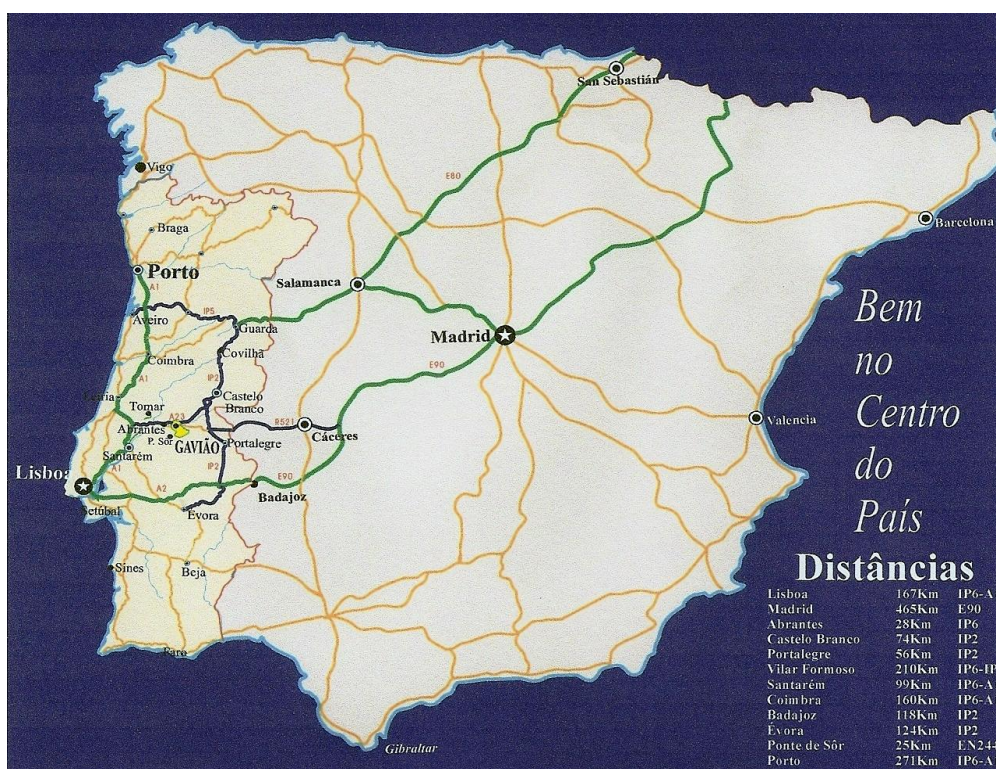


Figura 1 – Localização geográfica do Concelho

Em relação à rede de comunicações, o concelho de Gavião está servido por uma série de estradas que o ligam ao mundo. Tem acesso directo à A23, com ligação à A1 para Lisboa (167Km). A grande proximidade ao IP2 faz com que diste da capital do distrito, Portalegre, cerca de 56Km. Estradas nacionais, actualmente em bom estado, reduzem o tempo e a distância aos concelhos limítrofes, como por exemplo a EN244, percorrendo-se 25Km até Ponte de Sôr, ou percorrendo 28Km pelo IP6 até Abrantes.

O Concelho é também contemplado com um troço da linha de caminho de ferro da Beira Baixa, troço Abrantes-Covilhã, com aproximadamente 165 Km, fazendo-se a paragem na estação de Belver/Gavião, activada em 1891. A ponte entre Belver e Gavião, inaugurada em 1904 vem estreitar e facilitar o transporte de pessoas e mercadorias que antes se fazia, entre as duas localidades, atravessando o rio Tejo em barcas.

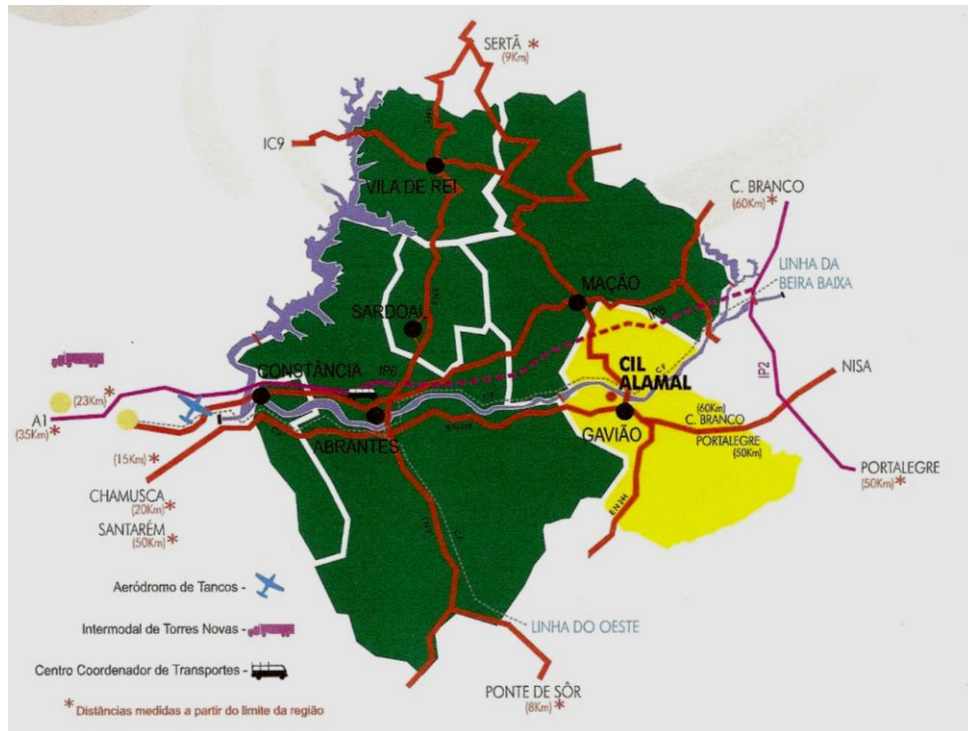


Figura 2 – Concelhos limítrofes e principais acessos.

Em termos hidro-geológicos o concelho de Gavião apresenta uma estrutura característica, que influencia o seu clima e paisagem.

José Patrão (2003) em “*Gavião. Memórias do Concelho*” faz-nos uma descrição dos aspectos atrás referidos.

O Concelho de Gavião situa-se, no encontro de três regiões, postado no Alentejo e Beira Baixa, com características distintas – Beira, Vale do Tejo e Alentejo. O rio Tejo corre, em curso sinuoso, entre formações geológicas antigas, em nível mais acentuado no sentido da fronteira com Espanha. A área do Concelho apresenta grande rede de linhas ou cursos de água, e define-se na sua geomorfologia, por duas bacias de água diferentes: o rio Tejo com seus afluentes e a ribeira do Sôr, igualmente com alguns afluentes, onde se encontram aluviões nas principais linhas de água com depósitos “maiores ou menores”, areias acastanhadas, às vezes argilosas, com seixos e

cascalheiras – Ribeira do Arneiro, Polvorão, Ribeira da Venda, de Longomel, do Salgueiro, no Sôr.

A estrutura geológica do Gavião é sensível aos terremotos, como se prova ao longo dos tempos. A colisão das placas Euroasiática e Africana geralmente é sensível em Gavião. Alguns sismos tiveram efeitos desastrosos, com origem na falha inferior do Vale do Tejo, Algarve e Setúbal. Os mais devastadores foram em Janeiro de 1531 (grau 6 a 8), Novembro de 1755 (grau 6 a 8), 10 de Novembro de 1858 (grau 8), Março de 1909 (grau 6 a 7) e Fevereiro de 1969 (grau 5 a 6), intensidades da escala de Mercalli-Sieberg. Na linha da construção de habitações e prevenção (Decreto-Lei 235/83), Gavião integra-se na zona B (Regulamento de segurança de edifícios e pontes), com o coeficiente de sismicidade 0,7, significando que os vales, terrenos tipo III, devem ser evitados.

A área de Gavião tinha, na tradição, numerosas referências à exploração de ouro nas margens do Tejo ou minas (Covas da Moura), poços e cavernas. Existiam tentativas de exploração, em alguns locais sem grandes frutos. Encontraram-se jazidas minerais nas proximidades da Vila. No passado fez-se a garimpagem das areias, nas zonas aluviais, sobretudo, por gente que vinha de fora do concelho. As explorações locais de rochas graníticas, xistos e outras (argilas, areias...) são escassas.

No concelho, correm numerosos afluentes para o Tejo, com inúmeras ribeiras, barragens dispersas, sendo a mais importante, a Barragem de Belver, no Tejo. As ribeiras são do tipo mediterrânico, correm temporariamente no Inverno, movendo moinhos, azenhas ou lagares, sendo as mais férteis na Margem, Longomel e Atalaia.

A paisagem do Concelho, solos, fauna e flora, o vale do Tejo com seus afluentes, manchas de pinhal, eucalipto e olival, o uso da pedra solta nos socacos do Tejo, similares às terras durienses, onde medraram vinhas e oliveiras, figueiras e, mais para Sul, próximo da Comenda, sobreiros e azinheiras, é variada e rica.

J. Franco, citado por Patrão (2003), apresenta quatro zonas fitográficas no concelho, acentuando esta diversidade. Ao estabelecerem-se zonas naturais, o concelho de Gavião abarca duas zonas naturais (Rede Natura): zona beirã, a Norte do Tejo, zona do vale de Tejo que integra este rio e o rio Ocreza (com habitats específicas, peixes, lince ibérico) e outra, mais a Sul do concelho com ligação à área do Sôr (com habitats, fauna e flora específicos) - Zona de Intervenção de Leadersor (Pena, 1999).

Por algumas das características acima referidas, o clima nesta região do país é considerado de extremos. Os invernos são frios e secos com temperaturas máximas

compreendidas entre os 8 e 10 graus centígrados, e os verões, quentes e secos, atingem, em média, os 37°.

O território do concelho de Gavião não apresenta características homogéneas em toda a sua extensão. Os vários aglomerados do concelho e os diferentes espaços rurais apresentam particularidades geográficas, sociais, culturais e económicas que obrigam a aproximar o diagnóstico da situação ao terreno e a considerar espaços territoriais mais detalhados do que o nível concelhio.

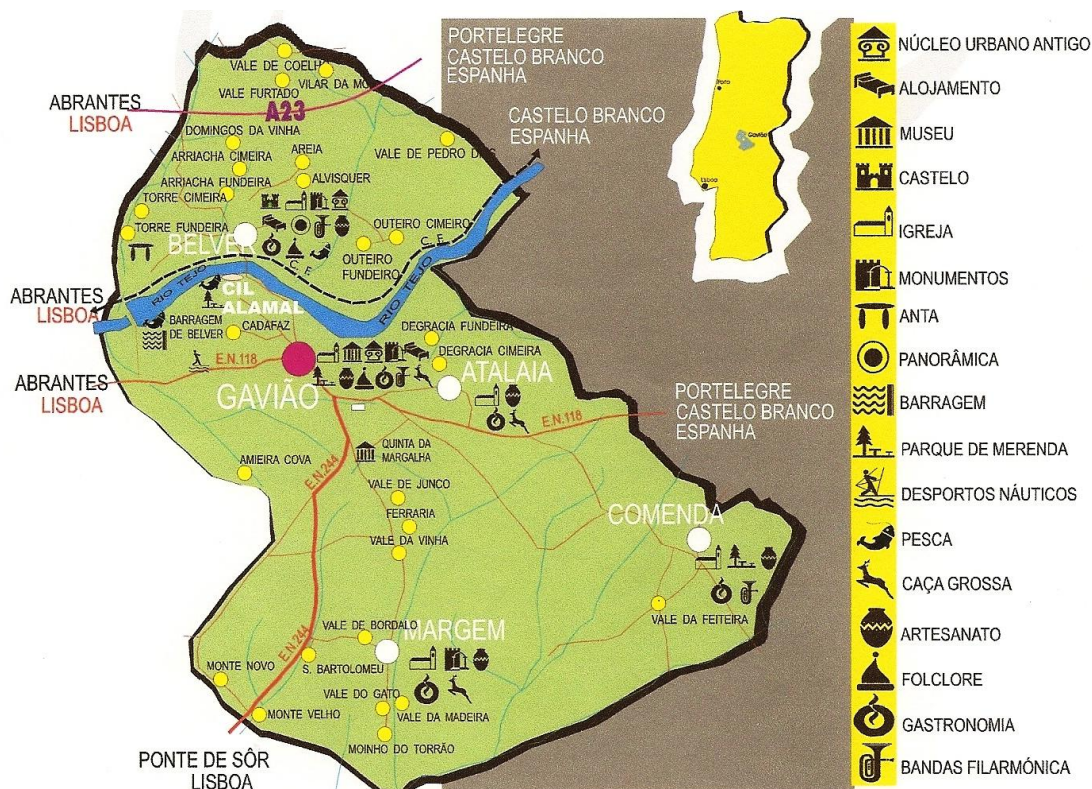


Figura 3 – Distribuição das freguesias pelo Concelho

Assim sendo, caracterizaremos as freguesias individualmente, realçando a oferta turística em termos histórico-patrimoniais e gastronómicos, aprofundando o seu tecido populacional, educacional e social, começando pela freguesia de Atalaia.²

Freguesia de Atalaia

O território desta freguesia pertencia a Guidintesta ou Guidim Testa, que seria provavelmente um fidalgo da altura de D. Afonso Henriques, companheiro de luta contra os mouros, com o apelido de Testa. No século XII segundo se pensa, terá começado o seu povoamento. Devido ao risco das suas terras serem invadidas, a

² Todos os gráficos apresentados nesta caracterização fazem parte da “Agenda 21 Local de Gavião” (2006).

população sentiu a necessidade de criar um posto de vigia que assegurasse a defesa das mesmas - uma Atalaia. “Palavra que deriva do verbo Tálea (subir), e na oitava conjugação significa vigiar, olhar ao longe, descobrir com a vista”. Pertenceu, de seguida, à Ordem do Hospital e foi, Gil da Moita, o habitante deste território que tinha a seu cargo o posto de vigia e defesa, que lhe deu a carta de povoamento.

Do património edificado salienta-se o Solar Pinto de Abreu e Capela da Nossa Senhora Mãe dos Homens. A gastronomia tradicional incide em pratos de caça como o “*Javali à moda da Atalaia*” e “*Canja de pombo bravo*”. A agricultura, silvicultura, produção de azeite e queijaria tradicional são as actividades económicas presentes na freguesia. De salientar, também, as frequentes montarias aos javalis e batidas as raposas organizadas por associações do concelho.

Com 165 habitantes, a Freguesia de Atalaia é a menos populosa de todo o concelho de Gavião, representando cerca de 3,4% do total de 4887 habitantes.

A área da freguesia ronda os 19,47 Km², o que representa 6,6% da superfície total do concelho. A densidade populacional da freguesia situa-se nos 8,5hab/Km², cerca de metade da média do concelho (16,6hab/Km²) e da média de toda a sub-região do Norte Alentejano (20hab/Km²). A densidade média do país é porém de 114hab/Km².

A população da freguesia de Atalaia registou, nas duas últimas décadas, um decréscimo contínuo e bastante acentuado. Como é possível observar na figura 4, a sua população era, em 1981, de 311 indivíduos, diminuindo para 246 em

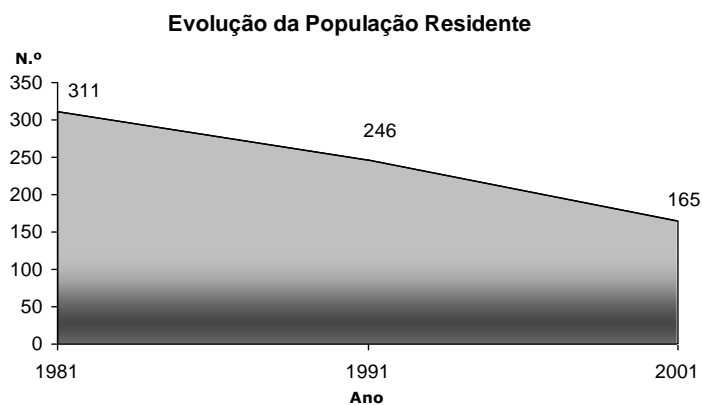


Figura 4 – Gráfico da evolução da população residente em Atalaia 1991, o que resulta numa redução do número de indivíduos de 20,9%. Em 2001 esse número é mais acentuado, passando para 32,9% do número de indivíduos que deixaram de residir em Atalaia. A taxa de crescimento³ nas duas décadas apresenta uma descida de 12% sendo a freguesia que evidencia a maior quebra do Concelho.

³ **Taxa de crescimento efectivo** - Acréscimo populacional durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período.

Quanto à estrutura etária da população de Atalaia, assistiu-se entre 1991 e 2001, a um aumento do número dos jovens que, associado a uma diminuição do grupo etário dos idosos, provocou um ligeiro rejuvenescimento da estrutura demográfica. Este facto é demonstrado pela diminuição do Índice de Envelhecimento⁴ que passou de 531% em 1991 para 500% em 2001. Verifica-se ainda, que, a Relação de Dependência Total aumentou, ou seja, o encargo que os grupos inactivos representam para o grupo dos activos aumentou.

No que diz respeito à distribuição da população activa pelos sectores de actividade, verifica-se o predomínio do sector terciário, que contempla 57% da população, seguido do sector secundário, com 31%. O sector primário representa, 12% dos indivíduos. Esta reduzida percentagem, confirma a tendência nacional do progressivo abandono deste sector.

Os níveis de escolaridade na freguesia de Atalaia são muito reduzidos, dado que 58% da população possui apenas o ensino básico. A seguir surgem os indivíduos sem nenhum nível de ensino com 29% e, em terceiro

Índice de Envelhecimento e Dependência (%)

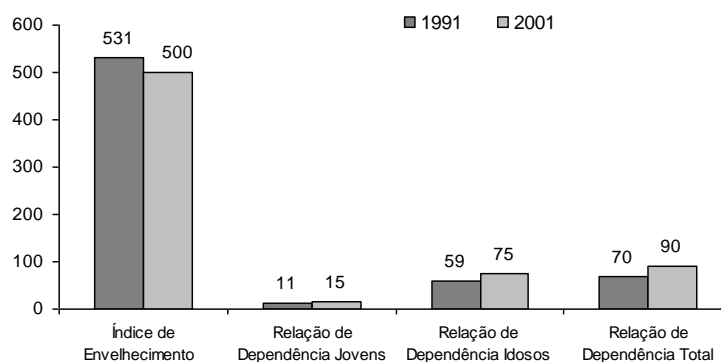


Figura 5 - Gráfico da Evolução do Índice de Envelhecimento e Dependência em Atalaia

População Residente por Sectores de Actividade (2001)

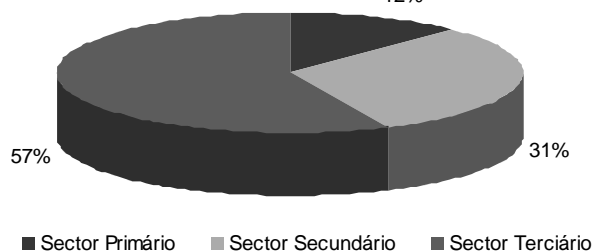


Figura 6 - Gráfico da População residente por Sector de Actividade em Atalaia

Nível de Ensino Atingido (%)

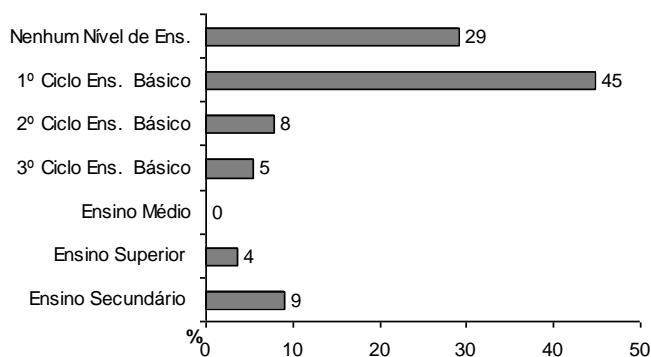


Figura 7 - Gráfico da Percentagem do Nível de Ensino Atingido em Atalaia

⁴ Índice de envelhecimento - Relação existente entre o número de idosos e o de jovens, definido habitualmente como a relação entre a população com 65 e mais anos e a população com 0-14 anos.

lugar, o ensino secundário, com 9%. O ensino superior, com 4%, tem pouca expressão na freguesia de Atalaia. Se aos 58% de indivíduos com o ensino básico acrescentarmos 29% de indivíduos sem nenhum nível de ensino, verificamos que a maioria dos habitantes da freguesia, 87%, não ultrapassou a actual escolaridade obrigatória.

Freguesia de Belver

Terra preciosa no passado e no presente. Do passado tem a fama merecida por um belo castelo medieval, de planta circular, com capela no interior, construído num altaneiro morro sobranceiro ao Tejo no séc. XII pela Ordem do Hospital, ao tempo de D. Sancho I, e donde se admira deslumbrante panorama do Vale do rio Tejo. Do presente tem a barragem que é lugar de descanso, não só para as águas do Tejo na sua longínqua viagem por outras terras, mas também, pelas condições propícias, para aqueles que gostam de pesca, do windsurf, de vela e de tantos outros desportos náuticos. Freguesia rica em monumentos, de salientar o Miradouro do Outeirinho, capela da Nossa Senhora do Pilar, a Igreja Matriz de Belver, a capela de São Brás no castelo de Belver, a anta do Penedo Gordo, o castelo e o museu de Domingos da Vinha.

De destacar, e enquadrada na historicidade da freguesia, a Feira Medieval de Belver que constitui um ponto marcante no calendário de animação turístico-cultural do Norte Alentejano e do Concelho de Gavião.

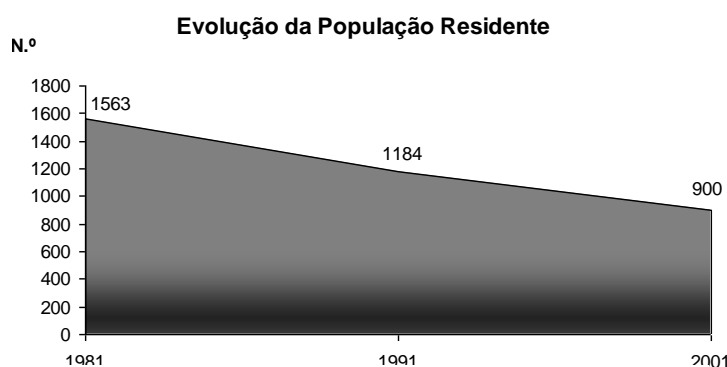


Figura 8 - Gráfico da evolução da população residente em Belver

Com 900 habitantes, a Freguesia de Belver é a segunda menos populosa de todo o concelho de Gavião. Representa cerca de 18,4% do total de 4887 habitantes do concelho de Gavião.

A área da freguesia ronda os 69,84 Km², o que representa 23,7% da superfície total do concelho. A densidade populacional da freguesia situa-se nos 2,9hab/Km², ou seja abaixo da média do concelho (16,6hab/Km²).

A população da freguesia de Belver foi decrescendo lentamente, nas duas últimas décadas. Como é possível observar no gráfico, a sua população era, em 1981, de 1563 indivíduos, diminuindo para 1184 em 1991, o que se traduz numa diminuição da

população de 24,2%. No ano de 2001 a decréscimo da população mantém-se fixando-se a percentagem em 24%. Esta variação deve-se ao facto de o valor de diminuição do número de indivíduos se ter dado com maior relevância na primeira década. A taxa de crescimento apenas diminuiu 0,3%.

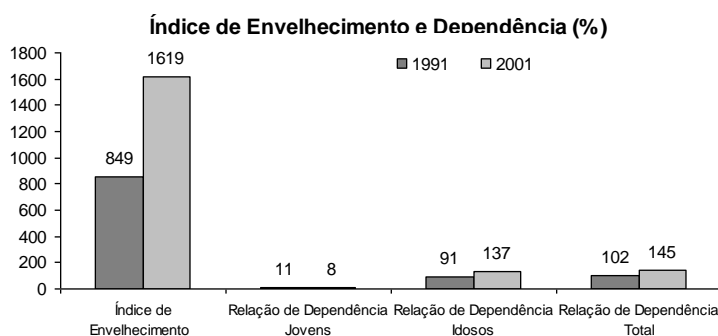


Figura 9 - Gráfico da Evolução do Índice de Envelhecimento e Dependência em Belver

Quanto à estrutura etária da população de Belver (figura 9), assistiu-se entre 1991 e 2001, a uma diminuição dos indivíduos jovens que, associado a um aumento do número de indivíduos idosos, provocou um envelhecimento da estrutura demográfica. Este facto é demonstrado pelo aumento do Índice de Envelhecimento que passou de 849% em 1991 para 1619% em 2001. Verifica-se ainda, que, a Relação de Dependência Total aumentou, ou seja o grupo da população inactiva representou um maior encargo para o grupo da população activa.

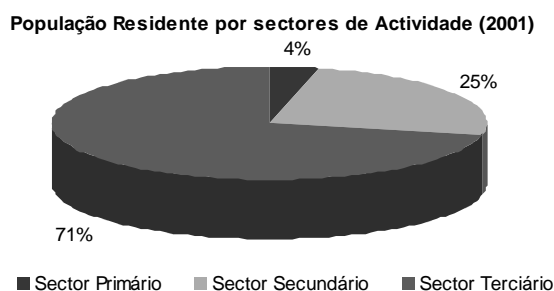


Figura 10 - Gráfico da População residente por Sector de Actividade em Belver

Aquando da distribuição da população activa pelos sectores de actividade, observa-se o domínio do sector terciário com 71%, seguido do sector secundário, com 25%, e por fim apenas 4% dos indivíduos representam sector primário.

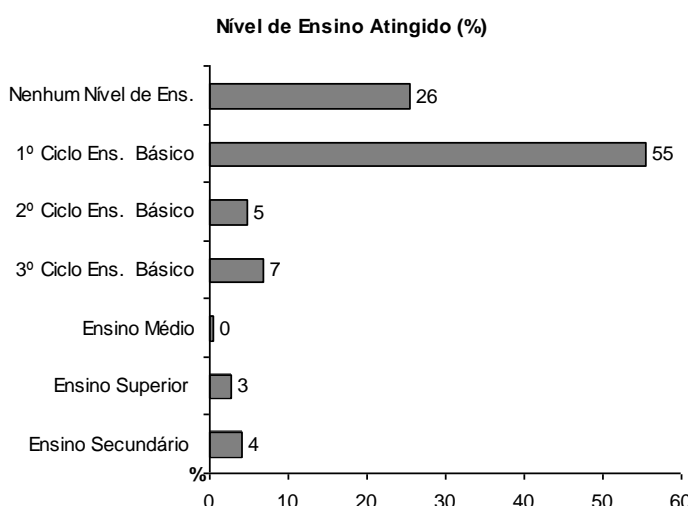


Figura 11 - Gráfico da Percentagem do Nível de Ensino Atingido em Belver

Pelas percentagens apresentadas na figura 11, relativamente aos níveis de escolaridade, podemos concluir que 67% da população possui apenas o ensino básico. A

seguir surgem 26% dos indivíduos sem nenhum nível de ensino, no entanto, o ensino secundário apresenta 4 em cada 100 indivíduos com esta habilitação. À semelhança do ensino secundário, o ensino superior, com 3%, tem pouca expressão na freguesia de Belver. Podemos, então concluir que a grande maioria dos habitantes da freguesia, 93%, não ultrapassou a actual escolaridade obrigatória.

Freguesia de Comenda

Esta freguesia chamava-se inicialmente Nossa Senhora da Graça, mas quando passou a ser Comenda do Grão-priorado do Crato ficou com o nome de Nossa Senhora da Graça da Comenda. Mais tarde, chamou-se simplesmente Comenda⁵.

Situa-se a 18 km a Sudeste da sede do concelho, e dela fazem parte os seguintes povoados: Vale da Feiteira, Ferraria, Vale de Junco e Castelo Cernado ou Comenda.

Agricultura, Exploração de Madeiras, Extracção de Cortiça são as actividades económicas de relevo na freguesia.

Como iguarias gastronómicas típicas temos a “*Lebre com Couve*”, “*Lebre com Feijão Branco*” e “*Migas de Batata com Entrecosto*”.

Em relação ao património cultural e edificado, a Igreja Matriz e Capela da Senhora das Necessidades (sede de freguesia), Capela de S. José (Vale da Feiteira), Capela da Nossa Senhora de Fátima (Ferraria) e Capela da Herdade do Polvorão e a Ponte Romana da Ribeira da Venda, merecem certamente uma visita.

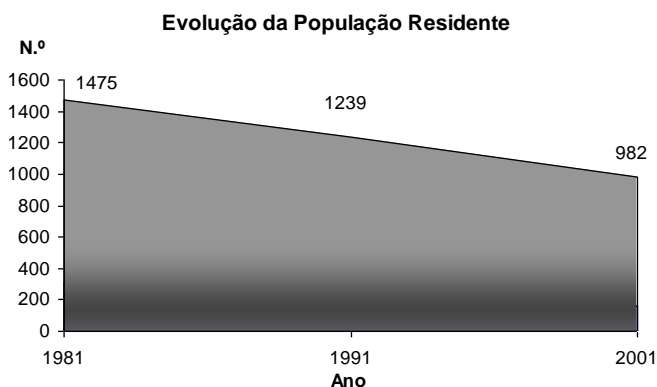
De salientar a Praia Fluvial do Açude da Ribeira da Venda, espaço que nos meses de verão é muito procurado, quer pela população do concelho, que por visitantes. Dispõe de parque infantil e de uma piscina para crianças entre outras infra-estruturas. A sua singularidade no contexto das restantes paisagens do concelho levou a que fosse considerada como um local de interesse paisagístico do concelho.

Com 982 habitantes, a Freguesia de Comenda representa cerca de 20,1% do total de 4887 habitantes do concelho de Gavião.

Comenda, a maior freguesia do concelho, possui uma área que ronda os 90 Km², o que representa 30,5% da superfície total do concelho. A densidade populacional da freguesia situa-se nos 10,9hab/Km², um pouco abaixo da média do concelho (16,6hab/Km²)

⁵ Uma Comenda era um benefício que se dava aos cavaleiros das ordens militares ou ao clero.

Na freguesia de Comenda a população também diminuiu, nos últimos 20 anos, à semelhança das restantes freguesias. Como é possível observar no gráfico, a sua população era, em 1981, de 1475 indivíduos,



diminuindo para 1239 em 1991, o que resulta numa diminuição no número de indivíduos de 16%. Em 2001 a população continua a ficar mais reduzida em cerca de 20,7%. A taxa de crescimento apresenta um deficit de 4,8%.

Figura 12 - Gráfico da evolução da população residente em Comenda

Na última década, a população da Comenda assistiu ao aumento do grupo etário dos idosos, associada à diminuição da juventude, que consequentemente provocou a subida do Índice de Envelhecimento de 290% em 1991 para 419% em 2001. A faixa etária inactiva permanece um factor de

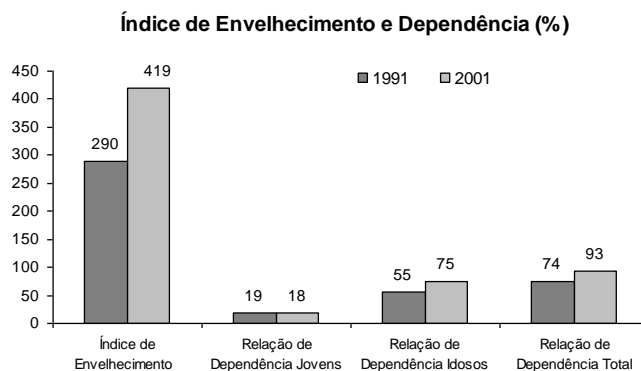


Figura 13 - Gráfico da Evolução do Índice de Envelhecimento e Dependência em Comenda

grande responsabilidade para a população que se mantém activa, conclusão retirada pelo crescimento da Relação de Dependência Total.

No que diz respeito à distribuição da população activa pelos sectores de actividade, verifica-se o predomínio do sector terciário, que contempla 50% dos indivíduos, seguido do sector secundário, com 36%. O sector primário representa, 14% dos indivíduos.

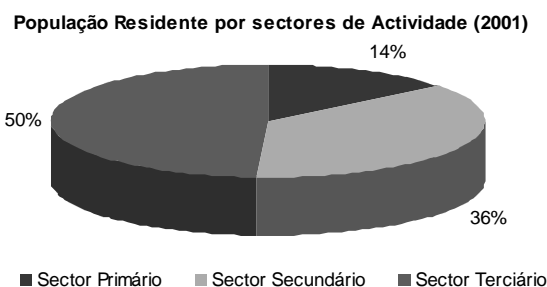


Figura 14 - Gráfico da População residente por Sector de Actividade em Comenda

Mais de metade da população desta freguesia não possui qualquer nível de escolaridade ou apenas completou o 1.º Ciclo, apenas 9% concluiu a escolaridade

obrigatória. Mais uma vez a percentagem de indivíduos a concluir quer o ensino secundário (6%) quer o universitário (2%) é irrisória.

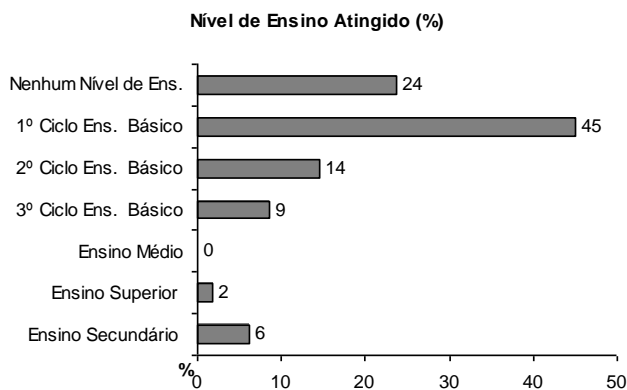


Figura 15 - Gráfico da Percentagem do Nível de Ensino Atingido em Comenda

Freguesia de Margem

Localizada a Sul do concelho, tem como limite o concelho de Ponte de Sôr e Crato, dista 12 km de Gavião e encontra-se na margem da ribeira que lhe deu nome. Margem é a palavra árabe *Marge* que tem o mesmo significado em português – margem de um ribeiro ou lugar abundante de ervas, fresco e ameno.

Em relação ao património cultural e edificado realça-se a Estátua de Mousinho da Silveira, Igreja de Vale de Gaviões e Capelas de S. Bartolomeu, Moinho do Torrão e Vale da Vinha.

A nível gastronómico são recomendados a “*Sopa Seca*”, “*Assalhões á Moda de Margem*”, “*Sarapatel*”, “*Couve com Feijão*”, “*Migas*” e “*Açordas*”.

Segundo consta foi nesta freguesia que pela primeira vez se cultivou arroz em Portugal. De salientar também, para além das próprias linhas de água da Ribeira de Margem com um valor ecológico bastante considerável, os moinhos de água localizados na margem da ribeira, em Moinho do Torrão.

Com 1026 habitantes, a Freguesia de Margem é a segunda mais populosa de todo o concelho de Gavião. Representa cerca de 21% do total de 4887 habitantes do concelho de Gavião.

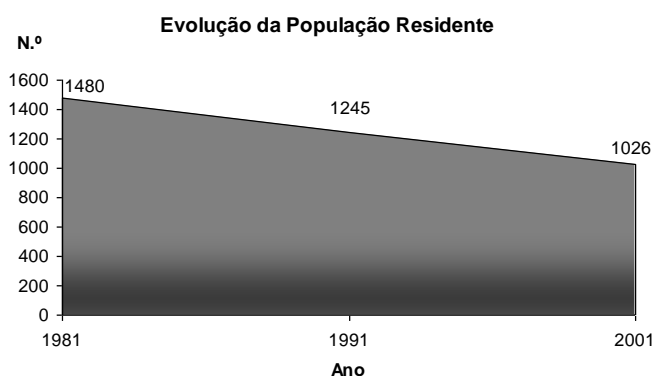


Figura 16 - Gráfico da evolução da população residente em Margem

A área da freguesia ronda os 56,86 Km², o que representa 19,3% da superfície total do concelho. A densidade populacional da freguesia situa-se nos 18hab/Km², mais que a média do concelho (16,6hab/Km²).

A população da freguesia de Margem registou, nas duas últimas décadas, à semelhança das outras freguesias referidas, uma diminuição na sua população. Como é possível observar no gráfico representado na figura 16 (pp 50), em 1981 residiam 1480 indivíduos, diminuindo para 1245 em 1991, representando 15,9% do número de indivíduos que deixaram de ser contabilizados. Em 2001 esta percentagem aumenta para 17,5%, indicando que o número de indivíduos que já não residem na freguesia aumentou. Em Margem a taxa de crescimento apresentou uma quebra de 1,7%.

Quanto à estrutura etária da população de Margem, os jovens continuam a ser raros, a população envelhecida faz aumentar a Relação de Dependência

Total, facto este constatado pelo também aumento do Índice de Envelhecimento que passou de 226% em 1991 para 446% em 2001.

Na distribuição da população activa pelos sectores de actividade, verificamos um equilíbrio entre o sector terciário e o sector secundário, com 45% e 44% respectivamente. O sector primário representa, 11% dos indivíduos.

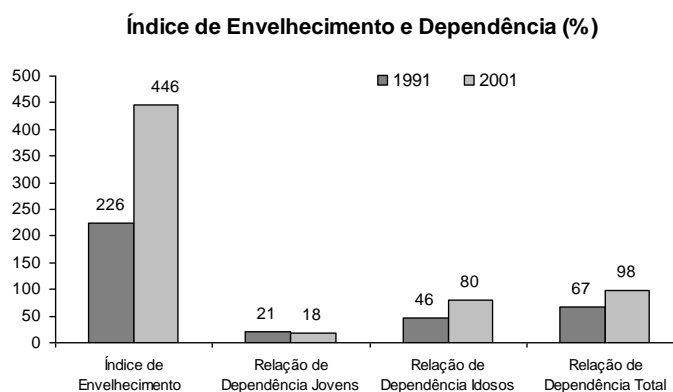


Figura 17 - Gráfico da Evolução do Índice de Envelhecimento e Dependência em Margem

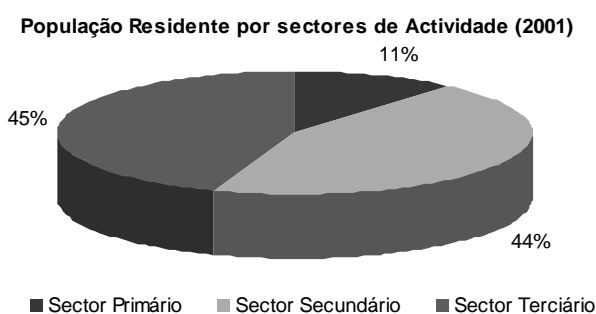


Figura 18 - Gráfico da População residente por Sector de Actividade em Margem

Apenas 64% da população da freguesia de Margem frequentou o ensino básico, sendo que a grande maioria (45%) só completou o 1.º ciclo e apenas 7% dos indivíduos completaram a escolaridade obrigatória. Os níveis de escolaridade são na generalidade, muito reduzidos, conclusão que se pode tirar dos 27% de indivíduos sem habilitações,

podendo-se acrescentar o facto de que grande maioria dos habitantes da freguesia, 91%, não ultrapassou a actual escolaridade obrigatória. A percentagem de pessoas que consegue chegar ao ensino secundário (6%) e superior (2%) é quase insignificante.

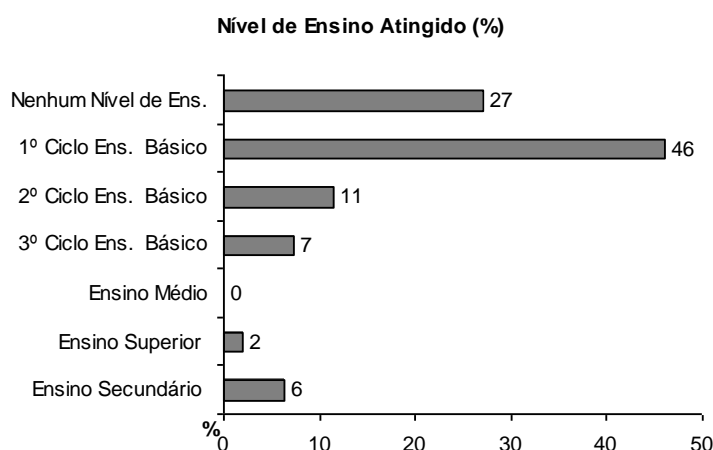


Figura 19 - Gráfico da Percentagem do Nível de Ensino Atingido em Margem

Freguesia de Gavião

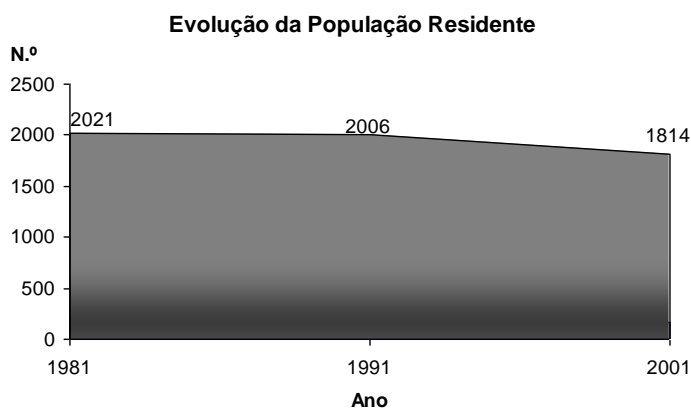
Ambiente tranquilo de casas simples, num espaço onde se misturam muros, beirados, chaminés, terreiros livres, jardins floridos, baloiços, torres de pequenas capelas e um sério pelourinho, sinal da lei e da justiça do passado. Espalhados, por aqui e por ali, ofícios de outros tempos, cantarias desenhadas e saliências brasonadas. Perto, a praia fluvial do Alamal local paradisíaco pelo quadro natural que envolve, actualmente apresenta-se como um local de turismo e lazer dotada de diversas infra-estruturas de apoio.

No mês de Julho acontece a feira de Artesanato e Gastronomia que promove o concelho e os seus produtos de qualidade, traduzindo-se num eixo central de divulgação da gastronomia de todo o concelho. Numa outra dimensão e com outro historial, a feira dos Cereais é também momento marcante e assume-se igualmente como potenciadora de atracção turística.

Com 1814 habitantes, a Freguesia de Gavião é a mais populosa de todo o concelho de Gavião. Representa cerca de 17,1% do total de 4887 habitantes do concelho de Gavião.

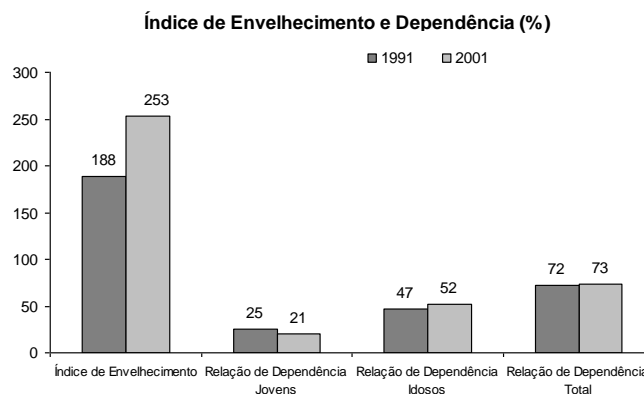
A área da freguesia ronda os 58,46 Km², o que representa 19,8% da superfície total do concelho. A densidade populacional da freguesia situa-se nos 31hab/Km², perto do dobro da média do concelho (16,6hab/Km²) e superior à média de toda a sub-região do Norte Alentejano (20hab/Km²).

A população da freguesia de Gavião, nas últimas duas décadas, seguiu a tendência das restantes freguesias do concelho decrescendo de forma contínua. Como é possível observar no gráfico da figura 20, em 1981,



contavam-se 2021 indivíduos, diminuindo para 2006 em 1991. Na primeira década deixaram de residir na freguesia 0,8% de indivíduos. Na segunda década verificou-se uma grande diminuição da população em cerca de 9,6%, fazendo cair a taxa de crescimento 8,8 pontos percentuais.

A estrutura demográfica da freguesia de Gavião é envelhecida. O Índice de Envelhecimento que passou de 188% em 1991 para 253% em 2001. Verifica-se ainda que, a Relação de Dependência Total aumentou um ponto



percentual, ou seja houve um ligeiro aumento do encargo que os grupos inactivos representam para o grupo dos activos.

Figura 21 - Gráfico da Evolução do Índice de Envelhecimento e Dependência em Gavião

A população activa distribui-se pelos sectores de actividade do seguinte modo, a maior fatia da população dedica-se sector terciário (72%) o sector secundário, com 25% e o sector primário apenas representa 3% dos indivíduos.

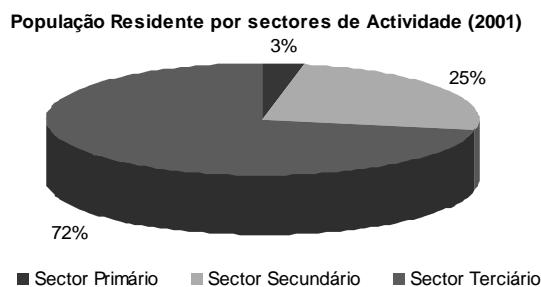


Figura 22 - Gráfico da População residente por Sector de Actividade em Gavião

Na freguesia de Gavião os níveis de escolaridade seguem a tendência geral das restantes freguesias do concelho, ou seja, uma grande percentagem de indivíduos sem nenhum nível de ensino (22%), embora seja a que apresenta a menor percentagem em

relação às restantes freguesias. Cerca de 59% da população frequentou o ensino básico, no entanto, só 10% terminou a escolaridade obrigatória. Nota-se que em termos de ensino secundário (14%) e superior (4%) há um aumento de indivíduos com estas habilitações, em comparação com as demais freguesias.

Segundo o balanço dos resultados escolares e abandono escolar, elaborado pelo Agrupamento de Escolas Vertical de Gavião, em Julho de

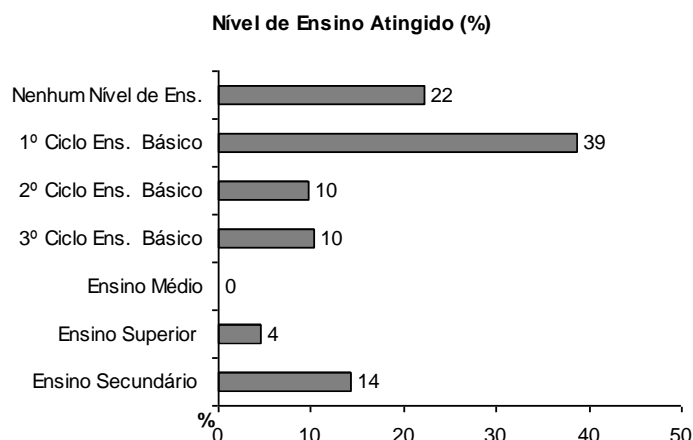


Figura 23 - Gráfico da Percentagem do Nível de Ensino Atingido em Gavião

2008, foram analisados os resultados das três escolas do primeiro ciclo, apenas para os anos lectivos de 2005/2006, 2006/2007 e 2007/2008, e os dados referentes aos últimos oito anos lectivos para o segundo e terceiro ciclos do Ensino Básico da Escola Básica Integrada com Jardim de Infância de Gavião. No terceiro ciclo tiveram-se em conta as retenções, as situações de abandono escolar, os alunos excluídos por faltas, as situações de anulação de matrícula e o número total de alunos, enquanto no segundo ciclo apenas se considerou as retenções, as situações de abandono escolar e o número total de alunos, por não se verificarem as restantes situações.

Das conclusões retiradas para o 1.º Ciclo pode dizer-se que, ao longo dos três anos lectivos, o insucesso foi inferior a 10% e tem aumentado, todavia o número de alunos tem diminuído ligeiramente. Não se verificaram situações de abandono escolar de alunos do primeiro ciclo do Ensino Básico nos anos lectivos 2005/2006, 2006/2007 e 2007/2008.

No segundo e terceiro ciclos, verificou-se uma oscilação dos resultados, ao longo dos anos analisados, e uma melhoria significativa, no último ano lectivo. Em relação ao abandono escolar, no segundo ciclo apenas foram registados casos nos últimos anos lectivos. No terceiro ciclo a frequência de ocorrência de casos de abandono por parte dos alunos é bastante maior, havendo registos destes todos os anos.

Deste modo, conclui-se que, à medida que se vai avançando no percurso escolar do Ensino Básico, as situações de abandono escolar aumentam. Nos três ciclos de ensino tem-se verificado uma redução pouco significativa do número de alunos, nos últimos três anos.

Em termos sociais, e pela análise da evolução do número de desempregados no concelho de 2001 a 2004, podemos dizer que o maior valor de desemprego se regista na faixa etária das mulheres (Tabela 6). É mais difícil para uma mulher entre os 25 e 54 anos conseguir emprego nesta região. Estes valores são comprovados pelo número de subsídios de desemprego atribuídos (Tabela 7). Num total de 247 subsídios atribuídos no ano de 2006, 62,7% foram atribuídos a indivíduos do sexo feminino e 37,3% a indivíduos sexo masculino. Os indivíduos com idades compreendidas entre os 30 e os 49 anos e os indivíduos com mais de 55 anos são os mais beneficiados.

Tabela 6 - Evolução do desemprego por idade, no município de Gavião (2001-2004)

Grupos Etários	2001			2002			2003			2004		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
< 25 anos	19	34	53	15	42	57	16	22	38	8	27	35
25-44 anos	19	89	108	24	70	94	25	50	75	20	45	65
45-54 anos	10	26	36	12	22	34	9	23	32	5	18	23
>= 55 anos	22	23	45	21	23	44	15	21	36	16	22	38
Total	70	172	242	72	157	229	65	116	181	49	112	161

Fonte: IEFP- CEFP de Ponte de Sôr

Legenda: H - Homens; M- Mulheres; T- Totais

Tabela 7 - Beneficiários de subsídios de desemprego, segundo o sexo e idade, Gavião, 2006

Unidade: N.º										
Total	Sexo				Idade					
	Homens		Mulheres		Menos de 24 anos	25-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-54 anos	55 e mais anos
	Total	Novos beneficiários	Total	Novos beneficiários						
247	92	47	155	52	17	34	54	58	29	55

Fonte: INE (2007) – Anuário Estatístico da Região Alentejo 2006

Os indivíduos que auferem do rendimento social de inserção são 3,9% da população total do concelho em 2006. Em termos de género a distribuição é equitativa. Das 191 atribuições 95 são para indivíduos do sexo masculino e 96 para indivíduos do sexo feminino. Os indivíduos com menos de 24 anos são os que efectuaram maior número de solicitações (83).

Tabela 8 - Beneficiários do rendimento social de inserção, segundo o sexo e a idade, 2006

Unidade: N.º						
Total	Sexo		Idade			
	Masculino	Feminino	Menos de 24 anos	25-39 anos	40-54 anos	55 e mais anos
191	95	96	83	40	37	31

Fonte: INE (2007) – Anuário Estatístico da Região Alentejo 2006

O Serviço Nacional de Saúde, tutelado pelo Ministério da Saúde, presta serviços básicos de saúde aos habitantes do Concelho de Gavião nas instalações do Centro de

Saúde de Gavião, localizado na Vila. Associadas a este centro estão cinco extensões de saúde, uma sediada em cada uma das freguesias.

Este Centro tem de cerca de 4200 utentes inscritos. Sendo que o corpo médico é constituído por 3 pessoas auxiliadas por 8 enfermeiros, podemos, assim, concluir que existe uma média de 1400 utentes por médico.

O Centro de Saúde de Gavião, com horários próprios e específicos, oferece os seguintes serviços: Consultas específicas (planeamento familiar, saúde materna, saúde infantil, e aconselhamento a diabéticos); Consultas de especialidade (saúde pública); Promoção da saúde (vacinação de crianças e adultos, pensos, injectáveis, fisioterapia, domicílios de enfermagem, avaliação da tensão arterial e distribuição de metadona); e Internamentos.

As extensões de saúde estão vocacionadas, na generalidade, apenas para pequenos serviços como sejam pensos, injectáveis, domicílios de enfermagem, avaliação da tensão arterial, avaliação da glicemia capilar.

Em casos de emergência e de diagnóstico grave, os utentes são transportados para um dos seguintes hospitais de apoio - Hospital Dr. Manoel Constâncio em Abrantes (Centro Hospitalar Médio Tejo e Hospital Dr. José Maria Grande em Portalegre (Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano). Os utentes a fim de usufruírem de consultas de especialidade também se deverão deslocar a estes estabelecimentos.

Existem ainda duas farmácias no concelho, uma situada na Vila de Gavião e outra na freguesia de Comenda.

Em suma, o Concelho de Gavião tem sentido ao longo destes últimos anos um decréscimo na densidade populacional. O declínio acentuado na fecundidade torna, conseqüentemente, a população envelhecida e na generalidade com baixos níveis de literacia.

Não obstante a actividade agrícola se centrar em cereais, vinha e olival, prados temporários e/ou permanentes de culturas forrageiras, e a pecuária assumir alguma importância (nomeadamente na criação de aves, ovinos e caprinos) acrescido o conhecimento de que, cerca de 33% (10 382 ha) do território do concelho é coberto de floresta, ainda assim a população activa desenvolve preferencialmente, as suas actividades no sector terciário, existindo contudo, grandes dificuldades sócio-económicas e de fixação profissional, principalmente nas camadas etárias mais jovens.

Os eventos culturais de relevo no concelho de Gavião são a Feira Medieval de Belver, realizada no terceiro fim-de-semana de Junho, a Feira de Artesanato e Gastronomia, no terceiro fim-de-semana de Julho. São de realçar os feriados do dia 25 de Abril, feriado Nacional, e do dia 23 de Novembro, sendo este último o feriado do Concelho que celebra a atribuição do Foral. Gavião recebeu foral em 1519 no reinado de D. Manuel I.

Os indicadores de cultura divulgados pelo INE, mostram que no ano de 2005 a Câmara Municipal de Gavião (CMG) investiu em actividades culturais e desportivas cerca de 250 mil euros, dos quais 3 mil para publicações e literatura, 41 mil para a música, 15 mil para actividades socioculturais e 66 mil para jogos e desportos.

2.2. MEIO DESPORTIVO

No Gavião existem uma série de infra-estruturas desportivas que têm vindo a aumentar em número desde 1994, como é possível visualizar na tabela 1. Para a sua caracterização física foi utilizada a classificação da Carta Desportiva Nacional da, então, Direcção Geral de Desportos (D.G.D), actualmente Instituto do Desporto de Portugal (IDP), em nove tipos base:

Grandes Campos – Áreas desportivas com dimensões iguais ou superiores a 90 metros de comprimento por 45 de largura.

Pequenos campos – Áreas desportivas com dimensões inferiores a 90 metros de comprimento por 45 de largura.

Campos de ténis – Campos cobertos ou descobertos de piso pó de tijolo, asfalto, cimento betuminoso ou sintético.

Pavilhões – Recintos desportivos cobertos com dimensões iguais ou superiores a 28 metros de comprimento, 16 de largura e 7 de altura.

Piscina – Instalação para a prática de diversos tipos de actividades aquáticas possuindo um ou mais tanques cobertos ou descobertos.

Pista de atletismo – Pistas de Tartan, cinza ou asfalto com comprimentos entre os 250 e os 400 metros à corda.

Sala de desporto – Recintos desportivos cobertos com dimensões inferiores 28 metros de comprimento e 16 de largura.

Instalação especial – Todas as restantes instalações desportivas não englobadas nas definições anteriores (campos de tiro, campos de golfe, hipódromos, autódromos, etc.)

Tabela 9 – Instalações Desportivas no Concelho de Gavião

1994					
	Atalaia	Belver	Comenda	Gavião	Margem
Campo de Futebol		1 (13780 m2)	1 (5885 m2)	1 (5613 m2)	1 (6012 m2)
Polidesportivo descoberto				1	
2003					
Campo de Futebol		1	1	1	1
Polidesportivo descoberto			1 (1084 m2)	1 (1242 m2)	2 (540 e 827m2)
Campo de ténis (particular)		1 (677 m2)			
Pavilhões				1 (21255 m2)	
Piscina				1 (977 m2)	
Sala de desporto				1 (250 m2)	
Pequenos campos				1 (718 m2)	
Instalações especiais (Campos de Malha - em média medem 185 m2)		6		1	
Fonte: Câmara Municipal de Gavião					

A análise tipológica das instalações desportivas do Concelho revela a predominância de três categorias, instalações especiais (7 campos de Malha), os campos de Futebol (4) e os polidesportivos (3) que no seu conjunto representam 89% da totalidade das instalações desportivas do Concelho pertencentes ao Município.

O Pavilhão, a sala de desporto e os pequenos campos são, no entanto, infra-estruturas que pertencem ao Agrupamento de Escolas de Gavião.

Instalação Desportiva

Nome: Pavilhão Gimnodesportivo e pequenos campos anexos

Desportos Praticáveis: Podemos praticar, nesta instalação, basquetebol, andebol, voleibol, futsal, ténis de mesa, badminton, ginástica rítmica, ginástica desportiva, ginástica de manutenção e aeróbica.



**Instalação
Desportiva****Nome:** Piscinas Municipais de Gavião

As praias, segundo Luís Cunha (2007), são um espaço público livremente acessível a todos, com uma enorme riqueza de elementos e motivos de aprendizagem dos sistemas naturais, dado que, nele se entrecruzam sistemas aquáticos, terrestres, geográficos, geológicos, humanos, etc. Pelas suas dinâmicas são fontes inesgotáveis de estímulos e aprendizagens contínuas, de emoções e prazeres que são procurados em momentos de veraneio pelos seus mais variados utilizadores. O Decreto-Lei n.º 309/93 de 2 de Setembro – (POOC – Plano de ordenamento da orla costeira), com alterações em alguns artigos no Decreto-Lei n.º 218/94 de 20 de Agosto, estabelece normas que regulam as actividades humanas nestes espaços. Estas normas fazem também referência ao desporto, ao recreio e ao lazer que aqui são praticados. A prática desportiva encontra

vários condicionamentos relativos à necessidade de regular utilizações do espaço que podem entrar em conflito com diferentes utilizações de actividades desportivas, recreativas, outras actividades balneares, particularmente desenvolvidas por não desportistas, actividades comerciais, etc., o que obriga à codificação e delimitação de espaços, identificando a sua respectiva vocação. A excessiva pressão humana, pela concentração de grandes massas de veraneantes, desvirtua e altera estas características naturais de que as praias portuguesas ainda dispõem.

O Instituto da Água (INAG) é o organismo que detém competências nesta área, nomeadamente o levantamento das praias, da sua classificação, estado e situação em termos das suas características urbanas e ambientais.

Este Instituto através do Sistema de Informação sobre Recursos Hídricos (SINRH) identifica cerca de 254 praias portuguesas, das quais 239 são marítimas e 17 são fluviais. A sua distribuição geográfica identifica 58 praias marítimas e 7 fluviais a Norte, 81 e 9 a Centro e 100 e uma a Sul, respectivamente (Cunha, Luís. 2007). As praias das Regiões Autónomas, como se pode constatar não estão incluídas nesta contagem.

Tabela 10 – Distribuição das praias no continente português

Zonas	Praias Marítimas	Praias Fluviais
Norte	58	7
Centro	81	9
Sul	100	1
Total	239	17

Para Cunha (2007), “o levantamento das actividades desportivas que são efectuadas nesses tipos de espaços está ainda por identificar. Pensamos que são atribuições que deviam se acometidas ao desporto em colaboração com as Câmaras Municipais e com este instituto, dado que são normalmente estes os parceiros que estão em relação directa com o tipo de actividades humanas que aí se desenvolvem, particularmente o recreio.” A legislação sobre o domínio hídrico iniciada pelo Decreto-Lei n.º 468/71 de 5 de Novembro, estabelece alguns aspectos reguladores da utilização de recursos hídricos e dos espaços correspondentes, particularmente a “condição jurídica dos leitos, margens e zonas adjacentes – artigo 5.º” em cujo entendimento se incluem as praias fluviais.

A praia fluvial do Alamal, constitui um centro de desporto e lazer com as suas vertentes próprias. O Município tem investido de forma a preservar as qualidades

naturais do local e em conformidade com o artigo 59.º (apoios de praia e equipamentos) do Decreto-Lei n.º 46/94 de 22 de Fevereiro, “...integra vestiários, balneários, instalações sanitárias, posto de socorros, comunicações de emergência, informação e assistência a banhistas, limpeza da praia e recolha de lixo, sem prejuízo de, complementarmente, assegurar outras funções e serviços, nomeadamente comerciais.” Além dos equipamentos referidos, a praia dispõe ainda de uma cadeira anfíbia para melhor acesso de pessoas com necessidades especiais. Prova deste investimento foi a atribuição à praia de uma Bandeira Azul (ver anexo 1) no ano de 2008.



Figura 24 – Praia Fluvial de Alamal

Em termos associativos o município de Gavião, possui uma estrutura variada abarcando várias temáticas.

Na tabela 11 (pp. 62) podemos analisar as associações existentes no concelho. Como se pode verificar as suas actividades são muitas, especialmente de carácter cultural, no entanto, em termos desportivos, a maioria delas dedica-se ao jogo da Malha (ver anexo 2). A Associação Desportiva I.F.A.L de Comenda, por seu lado, desenvolve a modalidade de Futsal e só o Clube Gavionense apresenta um grande contributo em termos federativos. O Clube Gavionense tem cerca de 85 atletas Federados: 27 no Futebol Sénior, 50 nos escalões de formação de Futebol e 8 na Pesca Desportiva. Em termos competitivos, a equipa Sénior foi campeã distrital da Associação de Futebol de Portalegre e vai disputar a 3.ª Divisão Nacional na próxima época. O futebol de formação - escolas, infantis e iniciados - disputam os campeonatos distritais da

Associação de Futebol de Portalegre. A modalidade de Pesca Desportiva também disputa os campeonatos regionais e distritais da Associação de Pesca Desportiva.

De salientar, no entanto, que a Escola Básica e Integrada com Jardim de Infância de Gavião, nas pessoas dos professores de Educação Física, tem desempenhado um papel muito dinâmico e activo para a formação dos jovens do concelho em termos desportivos. Este grupo tem desenvolvido inúmeras actividades ao nível escolar, e tem participado com alunos em competições do Desporto Escolar, quer a nível regional como distrital, como por exemplo na Natação. Embora a oferta desportiva se possa resumir ao “desporto rei”, o Desporto Escolar tem desempenhado um papel fulcral para o desenvolvimento de outras modalidades desportivas, aproveitando a faixa etária não abrangida pelas escolinhas de formação de futebol e mais especificamente o grupo do sexo feminino, que de outro modo não tem acesso à prática desportiva.

Tabela 11– Associações existentes no concelho de Gavião

DESIGNAÇÃO	LOCALIDADE
Clube "Gavionense" Associação de Caça e Pesca da Freguesia de Gavião ACAJUG C. C. D. da Banda Juvenil do Município de Gavião Associação Recreativa e Cultural do Cadafaz Associação Recreativa e Cultural de Amieira Cova Clube de Paintball e Aventura de Gavião Clube de Campismo do Concelho de Gavião Associação de Produtores Florestais da Freguesia de Gavião	Gavião
Clube Atlético e Recreativo de Atalaia	Atalaia
Clube Recreativo e Desportivo Belverense Grupo de Cantares Terras de Guidintesta Associação de Produtores Florestais da Freguesia de Belver	Belver
Associação Desportiva I. F. A. L. de Comenda Centro Cultural Recreativo e Desportivo da Ferraria Associação de Defesa Arqueológica, Etnográfica e Ambiental de Comenda Orquestra Típica da Comenda Orfeão da Comenda Estrela da Planície	Comenda
Centro de Cultura e Desporto do Centro Social de Margem Associação Cultural e Recreativa de Margem Associação Recreativa e Cultural da Amizade e Desporto "O ARADO" Associação Cultural e Desportiva de Vale da Vinha Associação Desportiva e Cultural de Moinho do Torrão Grupo Desportivo de Vale da Madeira e Vale do Gato	Margem

2.3. MEIO NORMATIVO E JURÍDICO

Existem diversos documentos legislativos que enquadram a actuação das instituições a que nos referimos neste trabalho, nomeadamente o Município e a Fundação INATEL.

A legislação referida tem como pano de fundo a regulação e orientação da prática desportiva, assim como dos locais de prática das mesmas, entre outras que entendemos ser de relevância para o desenvolvimento deste documento.

- Constituição da República Portuguesa, de 2 de Abril de 1976 (revista em 2005): neste documento encontramos referência à legalidade e organização das autarquias (Municípios, Freguesias e Regiões Administrativas), dentro do capítulo do poder local. Ainda no mesmo documento, encontramos a primeira referência à prática desportiva (art.º 79), onde podemos constatar que *“incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e colectividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto.”*

- Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (com as modificações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro): estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos Municípios e das Freguesias.

- Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, actual Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto: define as bases das políticas de desenvolvimento da actividade física e do desporto.

- Decreto-Lei n.º 52/97, de 4 de Março (Alterado pelo Decreto-Lei n.º 336/2001, de 24 de Dezembro): estabelece a natureza, a composição, as competências e o funcionamento do Conselho Superior de Desporto. O Conselho funciona junto do membro do Governo responsável pela área do desporto, cabendo-lhe acompanhar a evolução do sistema desportivo e, sempre que solicitado, pronunciar-se sobre as linhas orientadoras da política desportiva nacional.

- Decreto-Lei n.º 96/2003, de 7 de Maio: estabelece a criação do Instituto do Desporto de Portugal, abreviadamente designado por IDP, que resulta da fusão do Instituto Nacional do Desporto (IND), do Centro de Estudos e Formação Desportiva (CEFD) e do Complexo de Apoio às Actividades Desportivas (CAAD). O IDP tem por missão o apoio e o fomento à concepção de uma política desportiva nacional integrada,

nas diversas vertentes do desporto, colaborando na criação e disponibilização das necessárias condições técnicas, financeiras e materiais com vista a incrementar os hábitos de participação da população na prática desportiva, promovendo-a de forma regular, continuada e com níveis de qualidade elevados, inserida num ambiente seguro e saudável.

- Decreto-Lei n.º 385/99, de 28 de Setembro: define o regime da responsabilidade técnica pelas instalações desportivas abertas ao público e actividades aí desenvolvidas.

- Decreto-Lei n.º 317/97, de 25 de Novembro: estabelece a tipologia das Instalações Desportivas, ou seja, estabelece o regime de instalação e funcionamento das instalações desportivas de uso público, independentemente de a sua titularidade ser pública ou privada e visar ou não fins lucrativos.

- O Decreto-lei n.º 141/2009, de 16 de Junho, aprovou o novo Regime Jurídico das Instalações Desportivas de Uso Público (RJID), que entrará em vigor no dia 16 de Agosto de 2009. Este diploma revoga expressamente o Decreto-Lei n.º 317/97, de 25 de Novembro, que regulava esta matéria.

- Decreto Regulamentar n.º 34/95, de 16 de Dezembro: aprova o Regulamento das condições técnicas e de segurança dos recintos de espectáculos e divertimentos públicos.

- Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio: torna obrigatória a adopção de um conjunto de normas técnicas básicas de eliminação de barreiras arquitectónicas em edifícios públicos, equipamentos colectivos e via pública para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada.

- Decreto-Lei n.º 334/91, de 6 de Setembro: regula a gestão do parque desportivo escolar.

- Decreto-Lei n.º 65/97, de 31 de Março: regula a instalação e o funcionamento dos recintos com diversões aquáticas.

- Decreto Regulamentar n.º 5/97, de 31 de Março: estabelece o Regulamento das condições técnicas e de segurança dos recintos com diversões aquáticas.

- Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de Dezembro: onde podemos encontrar o regulamento que estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, concepção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respectivo equipamento e superfícies de impacte.

- Decreto-Lei n.º 119/2009 de 19 de Maio – O Ministério da Economia e da Inovação - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de Dezembro, que aprova o Regulamento que Estabelece as Condições de Segurança a Observar na Localização, Implantação, Concepção e Organização Funcional dos Espaços de Jogo e Recreio, Respectivo Equipamento e Superfícies de Impacte.

- Decreto-Lei n.º 100/2003, de 23 de Maio (Alterado pelo decreto-lei n.º82/2004, de 14 de Abril (nova redacção no artigo 11º)): onde podemos encontrar o regulamento das condições técnicas e de segurança a observar na concepção, instalação e manutenção das balizas de futebol, de andebol, de hóquei e de pólo aquático e dos equipamentos de basquetebol existentes nas instalações desportivas de uso público.

- Decreto-Lei n.º 153-A/90, de 16 de Maio: diz respeito à requisição de infra-estruturas desportivas.

- Decreto-Lei n.º 237/2009 de 1 de Outubro: define o regime jurídico dos contratos - programa de desenvolvimento desportivo. *“Entende -se por contrato - programa de desenvolvimento desportivo o contrato celebrado com vista à atribuição, por parte do Estado, das Regiões Autónomas ou das autarquias locais, directamente ou através de organismos dependentes, de apoios financeiros, materiais e logísticos, bem como de patrocínios desportivos.”*

- Decreto-Lei n.º 53E/2006 de 29 de Dezembro – Aprova o regime geral das taxas das autarquias locais. *“As taxas das autarquias locais são tributos que assentam na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado das autarquias locais ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, quando tal seja atribuição das autarquias locais, nos termos da lei.”*

- Decreto-Lei n.º 271/2009 de 1 de Outubro – Define a responsabilidade técnica pela direcção das actividades físicas e desportivas desenvolvidas nas instalações desportivas que prestam serviços desportivos na área da manutenção da condição física (*fitness*), designadamente aos ginásios, academias ou clubes de saúde (*healthclubs*), independentemente da designação adoptada e forma de exploração, bem como determinadas regras sobre o seu funcionamento. Visa contribuir para que as actividades físicas e desportivas decorram em segurança, tendo em vista o bem -estar e a saúde dos cidadãos. Excluem -se do âmbito de aplicação do presente decreto-lei:

- as actividades físicas e desportivas que, desde logo, sejam promovidas, regulamentadas e dirigidas por uma federação desportiva dotada do estatuto de utilidade pública desportiva.
- aquelas que tenham como destinatários determinados grupos de cidadãos ou que decorram em instalações desportivas localizadas em determinados estabelecimentos.
- actividades físicas e desportivas desenvolvidas sem enquadramento técnico, caso em que o cidadão assume conscientemente a responsabilidade inerente à prática das mesmas.
- actividades físicas e desportivas que decorram em instalações desportivas integradas em unidades hoteleiras ou em empreendimentos turísticos, desde que a sua frequência seja reservada, em exclusivo, aos utentes dessas unidades.

- Decreto-Lei n.º 273/2009 de 1 de Outubro - define o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo. “Entende -se por contrato - programa de desenvolvimento desportivo o contrato celebrado com vista à atribuição, por parte do Estado, das Regiões Autónomas ou das autarquias locais, directamente ou através de organismos dependentes, de apoios financeiros, materiais e logísticos, bem como de patrocínios desportivos.”

- Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de Fevereiro – Estabelece o regime de licenciamento da utilização do domínio hídrico, sob jurisdição do Instituto da Água

- Decreto-Lei n.º 25 495 de 13 de Junho de 1935 – Criação da Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT).

- Decreto n.º 31 036 de 28 de Dezembro de 1940 – Aprovação dos estatutos da FNAT.

- Decreto-Lei n.º 184 de 3 de Abril de 1975 - A designação de Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) é alterado para Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (INATEL).

- Decreto-Lei n.º 519 - J2, de 29 de Dezembro de 1979 - Aprovação dos estatutos da instituição com a nova designação INATEL.

- Decreto-Lei n.º 61, de 23 de Fevereiro de 1989 - Aprovados os novos estatutos do INATEL.

- Decreto-Lei n.º 106 de 25 de Junho de 2008 – Esta publicação vem assim concretizar a extinção do INATEL - Instituto Nacional para o Aproveitamento dos

Tempos Livres dos Trabalhadores, I. P., instituindo uma fundação, pessoa colectiva de direito privado e utilidade pública, dotada de personalidade jurídica, com duração indeterminada — Fundação INATEL.

- Decreto-Lei n.º 39 de 7 de Março de 2008 - O presente documento consagra o novo regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, procedendo à revogação dos diversos diplomas que actualmente regulam esta matéria e reunindo num único decreto -lei as disposições comuns a todos os empreendimentos, de modo a tornar mais fácil o acesso às normas reguladoras da actividade.

2.4. MEIO POLÍTICO

A Câmara Municipal de Gavião (CMG), tem trabalhado ao longo dos últimos mandatos numa linha política de desenvolvimento de áreas importantes como sejam o desporto, a área social, o ambiente e o turismo.

A CMG, em 2005, investiu cerca de 66 milhares de euros na área do desporto. A gestão das suas infra-estruturas efectua-se de uma forma directa. A filosofia inerente à utilização das instalações é de que a população deve ter livre acesso às mesmas. Por exemplo, os clubes têm acesso às instalações dos campos de futebol sem nenhuma contrapartida. No entanto, este acesso é efectuado de forma orientada por profissionais licenciados, no caso da Piscina, conduzindo os utentes para as actividades mais adequadas à sua faixa etária e nível de evolução no meio aquático. O argumento para esta “abertura” deve-se ao facto de o concelho contabilizar um número muito reduzido de habitantes e o município ser o único promotor de oportunidades de prática desportiva.

A única estrutura concessionada, é o snack-bar restaurante que serve de apoio à praia do Alamal. Embora a concessão seja anual, a estrutura funciona de forma sazonal.

Na área social a CMG tem lançado vários programas que visam contribuir para a fixação e atracção de novas famílias através da criação de um conjunto de incentivos concretos. O Programa “Gavião Jovem” visa complementar as apostas na Habitação Social e nos Loteamentos Urbanos Municipais para Auto-construção, estimular a

inserção social das gerações mais jovens da Comunidade e introduzir princípios de competitividade que possam atrair gente de Municípios vizinhos, através do “Apoio à 1ª Infância” e do “Apoio à Habitação”. Por exemplo no caso do apoio à primeira infância a CMG atribui um subsídio mensal durante os primeiros três anos de vida da criança (extensivo a crianças adoptadas oficialmente) nos montantes seguintes:

a) Pelo 1º filho – 20,00€; b) Pelo 2º filho – 25,00€; c) Pelo 3º filho e seguintes – 30,00€.

Em 2006 a CMG atribuiu o subsídio de maternidade a 17 beneficiárias num valor de 37 mil euros. O subsídio de paternidade e licença paternal foi atribuído a 12 beneficiários num valor de mil euros.

A CMG segue uma política de defesa ambiental tendo como principal objectivo intensificar a prática da recolha de resíduos para posterior reciclagem. Deste modo a implementação de Eco-pontos e de um recipiente – *Depositário* – para recolha de pequenos electrodomésticos em fim de vida e a recolha de óleos alimentares usados faz com que faça todo o sentido a Construção do Centro de Triagem e Transferência de Resíduos Inertes e Ecocentro do Gavião, com obras a decorrer. No ano de 2005, segundo o Anuário de Estatística da Região Alentejo 2006, a CMG investiu cerca de 13.645€ na gestão de águas residuais, 22.772€ em gestão de resíduos e 82.279€ na protecção da biodiversidade e da paisagem (despesas do município por cada 1000 habitantes).

A seguinte tabela apresenta as receitas e despesas referentes à protecção do ambiente, referentes ao ano de 2005 pela CMG.

Tabela 12 - Receitas e despesas do município, segundo os domínios de gestão e protecção do ambiente, 2005							
Unidade: milhares de euros							
Total	Receitas			Total	Despesas		
	das quais				das quais		
	Gestão de águas residuais	Gestão de resíduos	Protecção da biodiversidade e da paisagem		Gestão de águas residuais	Gestão de resíduos	Protecção da biodiversidade e da paisagem
242	0	56	186	522	60	100	362

Fonte: INE (2007) – Anuário Estatístico da Região Alentejo 2006

Actualmente certamente que os valores serão outros, fruto da campanha de sensibilização para a protecção ambiental do planeta, cuja adesão por parte da população tem sido bastante satisfatória.

“Considerando que, um destino turístico é, antes de mais, um espaço de uma região onde se concentram atractivos que originam deslocações e estruturado por forma

a dar resposta às necessidades de permanência temporária de pessoas com motivações díspares, conclui-se que a sua criação e desenvolvimento pressupõe, basicamente, a existência de atracções e a oferta de condições de permanência. É certo que existem factores naturais e culturais que determinam a vocação turística e a atractividade de uma dada localidade ou região mas a identificação clara dessa vocação e a eleição dos elementos que assegurem a sua perenidade têm de ser garantidos através de acções concretas em função de objectivos previamente estabelecidos. Do mesmo modo as condições de permanência, através de uma oferta equilibrada, exigem uma acção continuada, de adaptação às mudanças a que o turismo está permanentemente sujeito”. Cunha (2009).

O mesmo autor realça que em todos os casos são as populações e os interesses locais, através de órgãos identificados com as realidades locais, os melhor colocados e os mais aptos para eleger a vocação turística da sua região, para garantir o seu grau de atractividade e para criar as melhores condições de permanência, em particular, nos aspectos da organização, informação, animação e ocupação dos tempos livres. Se ao poder central cabe a magna tarefa de eleger e prosseguir objectivos nacionais para o turismo e de criar as condições que os permitem alcançar, às organizações regionais e locais cabe o papel de valorização dos destinos, de gestão dos produtos locais e da sua promoção e da informação e sensibilização das populações envolvidas.

Segundo Licínio Cunha (2006), um dos efeitos sobre o turismo regional mais evidenciados, o que melhor corresponde aos anseios das vastas camadas das populações localizadas em zonas economicamente desfavorecidas, é o seu contributo para o desenvolvimento regional.

O desenvolvimento do turismo e dos lazeres no vale do Tejo, constitui-se como um dos vectores estratégicos do desenvolvimento concelhio, no quadro de uma base económica diversificada e capaz de se adequar às macro-transformações dos mercados e dos consumidores, bem como às novas e renovadas exigências do plano da competitividade.

A realização de um mosaico concentrado, de medidas e acções conducentes a um estágio mais evoluído do tecido turístico referenciado ao território do concelho de Gavião, deverá processar-se no sentido da valorização dos potenciais diagnosticados e da consequente expansão e diversificação dos componentes da oferta turística e do lazer/desporto. Importa que esta expansão esteja em consonância com as actuais condições de penetração nos mercados alvo, particularmente no que concerne à

captação de segmentos de mercados que se revelam mais promissores a cada um dos produtos e espaços turísticos que o concelho tem para oferecer, neste Alentejo diferente.

O concelho de Gavião é possuidor de um interessante mosaico de recursos turísticos, no qual se potencia a ancoragem de vários produtos com indiscutível valia, quer sejam os que detêm um papel estruturante, quer sejam os produtos emergentes ou mesmo os de participação complementar na oferta turística. Turismo religioso, turismo patrimonial/cultural, turismo de repouso e retiro, de itinerância/passagem, turismo em espaço rural, turismo sénior, turismo cinegético, de rotas e circuitos, turismo activo e de descoberta/contacto com a natureza. O mosaico territorial em que se desenvolve e integra o potenciar destes recursos, tem de facto um eixo com capacidade estratégica para promover uma sustentabilidade que corporiza a utopia.

A equipa concelhia reteve sempre, do imaginário colectivo dos cidadãos do Município de Gavião, o anseio de que a Quinta do Alamal protagonizasse a afirmação turística desta terra. A quietude, a pujança emergente da natureza aconselha ao seu respeito. A intimidade existencial do espaço/lugar com o verde da paisagem envolvente, a água, o comboio da Beira Baixa, o Castelo qual guardião de tempos imemoriais, sobranceiro à antiga vila de Belver e a tudo o mais em seu redor, impõem uma intervenção qualificante. Trata-se, tão somente, de reportar à Quinta do Alamal uma dimensão nacional ou transfronteiriça, de captar fluxos.

“A responsabilidade e a capacidade de fornecer respostas diferentes, na sua génese e com qualidade em toda a sua dimensão, inquieta-nos. O advento de novos tempos caracterizados pela exponencial procura de vivências activas e de contacto com a natureza, o património, a cultura e a vida rural assumem-se como garante de sucesso. Para tanto bastará descerrar, a quem nos prender com a sua visita e permanência, o imenso potencial que o território do município de Gavião, genuinamente rural, possui. Conquistar e consolidar complementaridade é o rumo.” (Jorge Manuel Martins de Jesus - Presidente do Município de Gavião. Licenciado em Educação Física).

2.5. CONCORRÊNCIA

Ao falarmos em concorrência teremos de nos referir de duas formas, em primeiro lugar em termos desportivos, e em segundo lugar em termos de turismo-

“Dentro das organizações privadas, a concorrência poderia vir de diversos campos, como as federações ou associações desportivas, os clubes desportivos ou associações promotoras de desporto, ou mesmo de sociedades anónimas desportivas e sociedades comerciais como são os ginásios, as academias e empresas de ar livre” (Lopes, 2006).

Actualmente, a CMG não tem qualquer tipo de concorrência em termos desportivos, pois apoia as diversas associações e clubes desportivos existentes no concelho, na consecução das suas actividades. A nível privado, encontramos uma empresa que desenvolve actividades de lazer na natureza. O “Clube Trilho” oferece um conjunto de actividades ao ar livre (Canoagem, Rappel, Slide, Paintball, Passeios Pedestres, Viagens de Finalistas, Tiro com Arco, Zarabatana, Orientação, BTT, Team Building) não oferecendo qualquer tipo de concorrência por ser única no concelho a desenvolver este tipo de actividades.

“O Clube Trilho tem como objectivo proporcionar a todo o nosso público momentos de pura diversão em iniciativas de lazer, competição ou formação, através de uma equipa habilitada de monitores e com todo o equipamento necessário à prática de actividades de desporto aventura visando os mais elevados índices de segurança.” (In página da internet da entidade). A população alvo é variada e as actividades oferecidas podem ser compradas em pacotes de meio dia a um dia.

Existem algumas infra-estruturas hoteleiras no concelho. Além da Fundação INATEL – Gavião, situada no Centro Integrado de Lazer (CIL) do Alamal, que caracterizaremos mais adiante, existem mais quatro estruturas que têm como objectivo receber e alojar hóspedes/turistas⁶, nomeadamente, a Casa Covão da Abitueira, a Quinta do Belo-Ver, a Quinta do Carvalhal e a Residencial S. João, as duas primeiras referências situadas na freguesia de Berver e as duas últimas em Gavião.

A Casa do Covão da Abitueira, considerada casa de turismo rural, oferece aos seus clientes sete quartos com casa de banho privativa, uma ampla sala de estar, sala para pequenos-almoços e jantares, e uma ampla esplanada. O cliente tem acesso directo ao rio pela pequena praia privativa, atravessando uma horta. Os preços estão compreendidos entre os 50 e 60 euros com pequeno-almoço incluído.

⁶ **Turista:** visitante que permanece, pelo menos um noite no local visitado (não necessariamente em alojamento pago). UN/OMT, *Recommendations on Tourism Statistics*, 1994. Citado por Cunha (2009).

Da Quinta do Belo-Ver, graças à sua posição privilegiada, desfruta-se uma ampla vista panorâmica sobre o rio e sobre a Vila de Belver, na qual se destaca o histórico castelo. Tem ao dispor do cliente sete quartos com casa de banho privativa, telefone, televisão, e ar condicionado. Dispõe ainda de sala de estar, sala bar e sala de pequenos-almoços. Os preços variam entre os 65 e 75€ por dia com pequeno - almoço incluído, a estadia mínima é de dois dias. A Quinta do Belo-Ver integra um restaurante buffet típico. Em termos de lazer, a Quinta tem à disposição dos seus clientes um court de ténis, uma pequena piscina e uma sala de jogos.

A Quinta do Carvalhal, mais uma vez com a designação de turismo rural, apresenta três quartos com duas camas e um quarto com cama de casal, todos com casa de banho. Uma sala comum com lareira e televisão. O grande terraço abre a vista para uma piscina de 12x6m e para o campo que a envolve.

A Residencial S. João, ao contrário das anteriores serve apenas para albergar na maior parte da vezes operários que estão deslocados e a trabalhar na zona. Em termos turísticos não apresenta a qualidade referenciada a cima.

Licínio Cunha (2009), esclarece que em Portugal, nem os conceitos nem as classificações do alojamento turístico seguem aqueles que foram adoptados pela Organização Mundial de Turismo (OMT), não existindo mesmo, do ponto de vista legal, um conceito de alojamento turístico.

Com efeito, a legislação turística (DL n.º 39/2008) engloba os alojamentos turísticos no conceito vago de «empreendimentos turísticos» que define como sendo os estabelecimentos que se destinam a prestar serviços de alojamento, mediante remuneração, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares.

Contudo, de acordo com o mesmo diploma, os empreendimentos turísticos podem ser integrados num dos seguintes tipos:

- a) Estabelecimentos hoteleiros
- b) Aldeamentos turísticos
- c) Apartamentos turísticos
- d) Conjuntos turísticos (*resorts*)
- e) Empreendimentos de turismo de habitação
- f) Empreendimentos de turismo no espaço rural
- g) Parques de campismo e caravanismo

h) Empreendimentos de turismo da natureza

Com excepção dos parques de campismo e de caravanismo todos os empreendimentos turísticos são estruturados em unidades de alojamento que se definem como sendo o espaço delimitado destinado ao uso exclusivo e privativo dos respectivos utentes podendo ser constituídas por quartos, suites, apartamentos ou moradias.

A par dos meios de alojamento turístico referidos desenvolveram-se em Portugal, a partir de 1979, embora enquadrados legalmente apenas em 1984, novas formas de alojamento pela recuperação e aproveitamento de casas particulares com características próprias e proporcionando o contacto mais directo com as realidades e as populações dos meios rurais e respectivas actividades. (Cunha, 2009)

Na origem da sua criação esteve a preocupação em proteger e valorizar o património cultural, de que a arquitectura regional é expressão de grande interesse, de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais, proporcionando-lhes um rendimento adicional, e dotar certas zonas do País, sem condições de atrair outros tipos de alojamento, de meios de alojamento simples, flexíveis, adaptadas às realidades locais e capazes de responderem ao aumento da procura turística pela natureza. Após a sua criação, o conceito sofreu uma evolução significativa que passou pelo alargamento das modalidades de alojamento nele integradas até à sua recente (2008) redução, passando de sete modalidades para apenas três: casas de campo, agroturismo e hotéis rurais.

Apesar de reduzidos à sua ínfima expressão a lei define como empreendimentos de turismo no espaço rural os estabelecimentos que se destinam a prestar, em espaços rurais, serviço de alojamento a turistas, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural.

Os empreendimentos de turismo no espaço rural podem ser classificados nos grupos que a seguir se caracterizam (Cunha, Licínio. 2009):

- Casas de campo - consideram-se os imóveis situados em aldeias e espaços rurais que se integrem, pela sua traça, materiais de construção e demais características, na arquitectura típica local. Nestas condições estas casas podem ser construídas

de novo e não resultarem da recuperação de imóveis existentes que tinha sido um objectivo a alcançar com a criação do turismo rural.

- Agro-turismo - imóveis situados em explorações agrícolas que permitam aos seus hóspedes o acompanhamento e conhecimento da actividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo seu responsável.
- Hotéis rurais - são estabelecimentos hoteleiros situados em espaços rurais que, pela sua traça arquitectónica, materiais de construção, respeitem as características dominantes da região onde estão implantadas, podendo instalar-se em edifícios novos. Estes hotéis podem classificar-se nas categorias de 3 a 5 estrelas.

Além dos empreendimentos de turismo no espaço rural, devemos ainda definir outro tipo de empreendimentos que se podem confundir com o anterior, mas que apresenta características bem diferenciadas.

Consideram-se empreendimentos de turismo de natureza os estabelecimentos que se destinam a prestar serviços de alojamento a turistas, em áreas classificadas ou noutras áreas com valores naturais, dispendo para o seu funcionamento de um conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares relacionados com a animação ambiental, a visitação de áreas naturais, o desporto da natureza e a interpretação ambiental. Além das actividades decorrentes do tipo de empreendimento a instalar nas áreas rurais, o turismo de natureza comporta ainda outras actividades (Cunha, Licínio. 2009):

- a) Animação ambiental que se destina à ocupação dos tempos livres dos turistas, tendo como suporte actividades, serviços e instalações com este objectivo;
- b) Interpretação ambiental que visa permitir aos visitantes o conhecimentos global da área protegida, através da observação das formações geológicas, da flora e fauna bem como os costumes das populações com recurso às instalações, sistemas e equipamentos do turismo de natureza;
- c) Desporto de natureza que são as actividades praticadas em contacto directo com a natureza e que possam ser praticados de forma não nociva para a conservação da natureza.

2.6. PROCURA

Em termos de procura das instalações desportivas, podemos referir que não existe qualquer tipo de dado estatístico no Município.

O turismo, do ponto de vista da procura, para Cunha (2006), resulta da deslocação temporária de pessoas para lugares situados fora do seu ambiente natural, com objectivos diferentes de obter uma remuneração, e de todas as actividades que aí desenvolvem e experiências que obtêm. Nesta perspectiva o turismo abrange todas as deslocações de pessoas, quaisquer que sejam as suas motivações, que dêem origem a consumos, durante a sua deslocação e permanência temporária fora do seu ambiente habitual, de valor superior ao rendimento que eventualmente, auferem em locais visitados. O turismo é, assim, uma transferência espacial do poder de compra originada pela deslocação de pessoas: os rendimentos obtidos nas áreas de residência são transferidos pelas pessoas que se deslocam para outros locais aonde procedem à aquisição de bens e serviços.

Do ponto de vista da oferta o turismo pode ser encarado como todo o vasto conjunto de lugares, organizações, empresas, profissões e relações que se combinam para satisfazer as necessidades decorrentes das viagens temporárias. As pessoas deslocam-se para lugares onde existem atractivos que correspondem a uma grande diversidade de necessidades e motivações que para serem satisfeitas exigem uma grande variedade de bens e serviços: transporte, alimentação, dormir, diversão, cuidados de saúde e muitos outros. Os lugares onde existem atractivos dão origem a destinos que se transformam em espaços territoriais complexos e, a produção de bens e serviços, dá origem a organizações, empresas e profissões muito variadas com objectivos idênticos: proporcionar experiências e satisfação aos visitantes (Cunha, 2006).

Uma questão fundamental que se coloca na definição do turismo na óptica da oferta é o facto de haver actividades criadas em consequência das deslocações de visitantes e que se destinam a produzir bens e serviços para satisfazer as suas necessidades e outras que são concebidas especialmente para servir os residentes mas que também satisfazem necessidades dos visitantes. Quer de um modo, quer de outro o turismo no concelho de Gavião tem pouca expressão.

Agrupando, por finalidades, os motivos que levam as pessoas a viajar é possível identificar uma grande variedade de tipos de turismo. Há uma relação directa entre os motivos que levam as pessoas a viajar e as características dos diversos destinos

podendo, estes, dar resposta a motivações muito diversificadas. “Com efeito, um destino pode, simultaneamente, pelas suas características e pela diversidade de atractivos que oferece, corresponder a motivações culturais, profissionais, desportivas e outras. (...) Deste modo os tipos de turismo são identificados, ao mesmo tempo, pelos motivos das viagens e pelas características dos destinos, não podendo os primeiros desligar-se destes. E tal como existe uma grande variedade de motivos que levam as pessoas a viajar também há uma grande diversidade de atractivos, o que determina a diversidade de tipos de turismo”. (Cunha, 2006)

Estabelecendo a relação entre os motivos que estão na origem da maior parte das deslocações e as características dos destinos podem identificar-se os tipos de turismo a seguir descritos que, contudo, não esgotam todos aqueles que se podem identificar.

Analisaremos sucintamente três tipos de turismo, no fundo produtos turísticos, que estão mais directamente relacionados com o tema do nosso trabalho, nomeadamente o turismo de natureza (eco-turismo), turismo desportivo e turismo no espaço rural, afim de melhor nos contextualizarmos.

A generalização da consciência das realidades ecológicas, a convicção da finitude dos recursos naturais e da sua consequência para a vida humana, o desenvolvimento de uma nova ética nas relações entre os seres humanos e o ambiente em que vivem bem como a excessiva concentração urbana desligada do ambiente natural, levaram a um maior interesse pelas viagens de contacto com a natureza, fazendo nascer novas formas de turismo.

“A Ecotourism Society entende que o ecoturismo inclui as viagens para as áreas naturais com o fim de observar e compreender a natureza e a história natural do ambiente tendo o cuidado de manter inalterável a integridade do ecossistema. Para esta sociedade o que caracteriza o ecoturismo são as viagens para áreas naturais, realizadas com sentido de responsabilidade com vista a conservar o ambiente a garantir bem-estar às populações locais. Salvo no que respeita ao objecto da viagem (áreas naturais) dir-se-á que todas elas devem ter um sentido de responsabilidade, conservar o ambiente e garantir bem-estar às populações locais: são afinal, os fins últimos do turismo”. (Cunha, Licínio, 2006)

O turismo de natureza caracteriza-se pela procura de vivências naturais e de contacto com a natureza nos seus múltiplos aspectos, pode ser caracterizado segundo várias formas de acordo com o grau de relação dos visitantes com a natureza, a vida selvagem e as actividades humanas que dela derivam (cultura local). Neste sentido o

turismo de natureza comporta formas de turismo em que a relação com a natureza é ténue mas se desenvolve em ambientes caracterizadamente naturais, como comporta também as viagens para áreas em estado de grande pureza natural e onde o visitante procura integrar-se na natureza sem lhe provocar danos.

O *turismo de aventura* é também um turismo baseado na natureza e tem semelhanças com o ecoturismo mas não se identifica com ele. Embora focalizado em áreas naturais envolve desafio físico e pode ter três categorias diferentes: pequena escala com características de ecoturismo (observações de pássaros, mergulho), média escala e orientado para o desporto (*rafting*, escalada) e larga escala com aspectos de turismo de massas (safaris) (Page, 2002).

A dimensão alcançada e os movimentos de pessoas que o turismo baseado na natureza origina levam a colocar a gestão da massificação dos lugares visitados e da ameaça que o turismo pode representar para as zonas naturais de maior fragilidade. Coloca-se, por isso, a necessidade de garantir a manutenção do equilíbrio entre a preservação das condições naturais existentes e os efeitos decorrentes de um número elevado de visitantes. Os núcleos receptores naturais não suportam a massificação mas a intensificação das visitas promovidas pelos operadores turísticos e pelas organizações ambientalistas e ecologistas, desejosas de estabelecer um maior contacto com a natureza e a quem repugna a destruição, ameaçam transferir a massificação para locais cuja fragilidade a não suporta.

No *turismo desportivo* Cunha (2006) faz a distinção entre turismo desportivo, isto é aquele que é praticado pelos próprios turistas e o desporto turístico ou desporto com incidência turística, isto é, a actividade de espectáculo público em que os turistas participam como espectadores. O primeiro é de maior interesse para o turismo do que o segundo porque este tem percentualmente menos projecção para os turistas e os núcleos receptores não poderiam subsistir com atracções constituídas por espectáculos periódicos de uma actividade desportiva.

A prática de actividades físicas e desportivas durante os tempos livres e nas férias surge como uma compensação aos constrangimentos da vida moderna a à sedentarização e pode ser um factor que contribui para a luta contra os efeitos de segregação que caracteriza o modo de vida das populações dos centros urbanos. Por isso o turismo desportivo deve ser desenvolvido de forma integrada e coerente, não só no aspecto da organização e comercialização, mas também no aspecto da adequação dos equipamentos e da formação profissional dos animadores. (Cunha, 2006)

Portugal oferece condições favoráveis para a prática desportiva abrangendo, praticamente, todas as modalidades, mas é o domínio do turismo náutico, isto é, todas as actividades ligadas à água que deve merecer especial atenção, não só pela dimensão da procura potencial, mas também pelas características da costa portuguesa e da existência de algumas condições nas zonas do interior que permitem a prática de desportos náuticos, como é o caso da praia fluvial do Alamal.

Licínio Cunha (2006) considera que a expressão «turismo no espaço rural», utilizada para designar o produto turístico baseado no meio rural, tem um sentido extremamente amplo e ambíguo, não permitindo delimitar o seu âmbito nem definir o seu conteúdo.

Para o autor citado a realidade que pretende buscar surge sob as mais diversas designações, muitas vezes com conteúdos diferentes – agroturismo, turismo rural, turismo verde, ecoturismo – e, outras vezes, identificado com formas de ocupação de tempos livres que, inscrevendo-se no meio rural, não têm uma base motivacional idêntica: caça e pesca, alpinismo, hipismo, etc. De facto, na expressão «turismo em espaço rural» cabe uma multiplicidade de situações e de modalidades de turismo que têm na base da respectiva procura motivações muito diferentes daquelas que originam a procura do meio rural com identidade própria: o turismo do sol e mar também comporta um espaço rural, tal como os desportos de inverno ou o agroturismo. Os motivos porque se escolhe um ou outro são, porém completamente diferentes e dão lugar a formas de exploração também diferentes.

Zona rural será, então, aquela cujas actividades económicas dominantes tenham uma base agrária e florestal com populações e produtos agrícolas, florestais, pecuários e seus derivados, se caracterize pela existência da vida natural e selvagem, em que a produção industrial é esporádica e a cultura e as tradições se identificam fortemente com o ambiente e com as forças da natureza. A convivialidade que aí se estabelece difere profundamente da dos centros urbanos e o modo de vida é mais individualizado e personalizado. Nesta perspectiva o espaço rural é um espaço habitado, com formas de intervenção e exploração humana, o que exclui a sua identificação com o ecoturismo.

Deste modo, o turismo no espaço rural caracteriza-se pela sua localização numa zona rural, pela utilização dos espaços naturais, culturais e sociais que são próprios destas zonas, exploração em pequena escala, preservação dos valores existentes e recusa do carácter urbano das construções ou equipamentos que sejam exigidos pela preferência turística. A preservação da natureza e da paisagem, a manutenção da

arquitectura típica local e a convivência com a cultura e as tradições próprias do ruralismo, constituem os seus objectivos fundamentais. Neste sentido, o turismo no espaço rural é antiurbano e constitui uma forma de evasão do mundo urbano.

Podemos apontar as seguintes características gerais do turismo no espaço rural que procuram identificá-lo como produto turístico específico (Cunha, 2006):

- desenvolve-se no espaço rural;
- utiliza recursos naturais e culturais próprios do meio rural;
- oferta turística de pequena dimensão com utilização das construções existentes;
- integra-se na economia local como complemento da actividade agrária;
- a procura é motivada pelo contacto com a natureza e pela fuga ou evasão dos meios urbanos.

“O alojamento destinado aos turistas pode assumir várias formas, desde as *gîtes ruraux* e *villages de vacances*, em França, ao «turismo de habitação», «turismo rural», «agroturismo» e «hotéis rurais», em Portugal, mas as suas características essenciais são comuns a todas elas: pequena dimensão, formas de exploração de tipo familiar, utilização de edifícios existentes, a localização fora dos centros urbanos ou em localidade de pequena dimensão”.(Cunha, 2006)

Durante muito tempo a clientela dos meios urbanos que se deslocava para o campo era constituída, fundamentalmente, pelas pessoas originárias dos meios rurais que, sem grandes exigências, aí encontravam acolhimento fácil em casas dos familiares. O acréscimo do nível de vida e a acentuada transformação dos meios urbanos em centros cada vez mais agrestes, despersonalizados e geradores de tensões, fizeram nascer uma nova clientela ansiosa pelo reencontro com a natureza. Dando-se conta deste novo fenómeno todas as organizações nacionais e comunitárias passaram a reconhecer o turismo no espaço rural como um novo factor de desenvolvimento turístico, de valorização do meio rural e de reequilíbrio económico e social.

Em Portugal a primeira das modalidades de turismo em espaço rural (turismo de habitação, com concepção diferente da actual) foi lançada em 1979, na Covilhã, pelo então secretário de Estado do Turismo, embora só em 1982 tivesse sido objecto de diploma legal. As restantes modalidades foram criadas em 1986 com grande aceitação e adesão privada abrindo novas perspectivas de aproveitamento turístico em regiões com menos aptidões para atracção dos grandes investimentos e permite dispor de uma oferta capaz de gerar novas correntes turísticas a nível interno e externo.

CAPÍTULO III
ANÁLISE INTERNA

CAPÍTULO III **ANÁLISE INTERNA**

Inaugurado em Julho de 2001, a Fundação INATEL Gavião é uma excelente proposta de recreio, turismo, lazer e desporto.

Um protocolo celebrado entre a Câmara Municipal do Gavião e a Fundação INATEL permitiu o seu aproveitamento como unidade de alojamento em espaço rural, que a Fundação INATEL coloca à disposição dos seus associados e público em geral.

A Fundação INATEL Gavião possui uma localização privilegiada em termos ambientais, reunindo óptimas condições para desportos fluviais, passeios ao ar livre, pedestres e BTT.

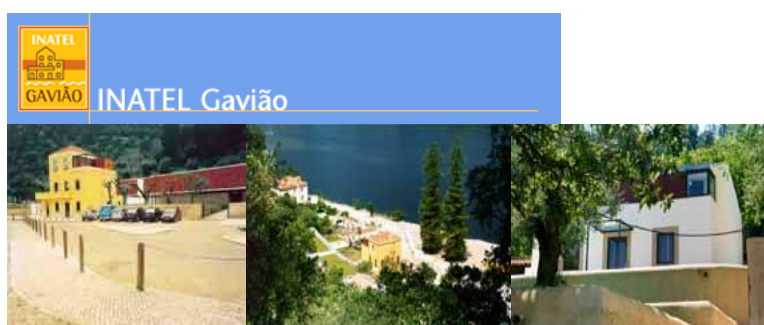


Figura 25 – Fundação INATEL Gavião - Alamal

Perfeitamente integrada na Natureza esta unidade usufrui do privilégio da beleza paisagística da região para a qual contribui a proximidade da Barragem e do Castelo de Belver. A praia fluvial do Alamal e a densa vegetação convidam ao relaxamento e ao passeio.

Localiza-se no distrito de Portalegre, concelho de Gavião, Coordenadas GPS – Fundação INATEL Gavião/Alamal - 39° 29' 18" N; 7° 58' 05" O; Elev. 61m. Os acessos fazem-se com facilidade, de Lisboa pela A23, de Portalegre pelo IP2, de Ponte de Sôr pela Estrada Nacional 264, e de Madrid pela E90. Dentro do concelho o CIL do Alamal está bem sinalizado com placas de identificação.

3.1. RECURSOS HUMANOS E ESTRUTURA ORGANIZATIVA

Para a prossecução dos seus objectivos, a Fundação dispõe de serviços centrais, delegações, estabelecimentos e serviços locais. A organização interna da Fundação rege-se por regulamentos próprios, aprovados pelo conselho de administração, nos quais se estabelece a estrutura e organização dos diversos serviços e estabelecimentos, bem como as respectivas competências, funcionamento e dotação do pessoal. A Fundação

INATEL conta com um número alargado de funcionários distribuídos por serviços centrais, delegações, estabelecimentos e serviços locais, a quem se aplica o regime do contrato individual de trabalho. Os trabalhadores da Fundação são obrigatoriamente abrangidos pelo regime geral de segurança social, nos termos da legislação respectiva.

O organograma da Fundação INATEL (figura 26 na página 83) é constituído por, um Conselho Geral; um Conselho de Administração, um Conselho Consultivo, e um Conselho Fiscal. O presidente da Fundação é, por inerência, presidente do Conselho Geral e do Conselho de Administração.

Associados ao Conselho Administrativo estão os seguintes gabinetes:

- Gabinete de Assessoria: Assessores e comissões de apoio.
- Gabinete de Serviços Jurídicos: contencioso e apoio jurídico.
- Gabinete de Planeamento Estratégico: Planeamento Estratégico, Relatório e Plano de Actividades, Reporting de Gestão.
- Gabinete de Auditoria e Inspeção: Auditoria e Inspeções.
- Gabinete de Requalificação Estudos Projectos: projectos, obras e manutenção.

Na dependência do Conselho Administrativo estão as seguintes direcções:

- *Direcção Administrativa e Financeira*: Contabilidade, tesouraria, controlo orçamental, gestão de recursos humanos, gestão patrimonial, informática, compras, aprovisionamento.

- *Direcção de Marketing e Relações Internacionais*: Marketing estratégico e operacional, Relações internacionais, Relações públicas, Gestão de membros associados, Gestão de CCD, Núcleo eleitoral.

- *Direcção Cultural*: Teatro da Trindade, Actividades Culturais, Arquivo Histórico, Biblioteca e Centro Documental.

- *Direcção de Turismo e Hotelaria*: Turismo, Hotelaria, Termalismo.

- *Direcção Desportiva*: Gestão de Instalações e Equipamentos, Actividades desportivas.

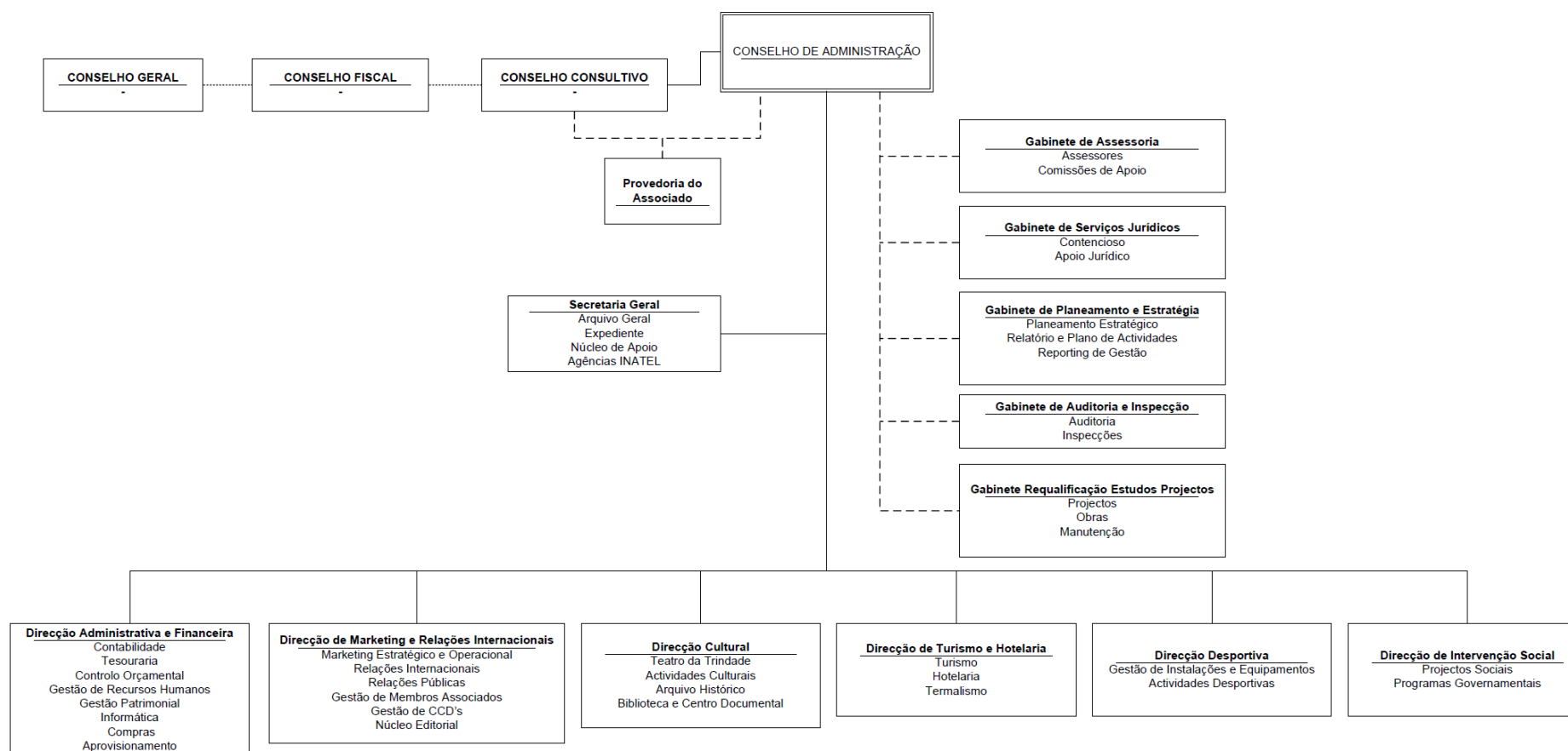
- *Direcção de Intervenção Social*: Projectos Sociais, Programas Governamentais.

Fazendo a coordenação dos serviços, à Secretaria-geral compete o arquivo geral, o expediente, o núcleo de apoio e as agências INATEL

No empreendimento hoteleiro do Alamal trabalham apenas dois funcionários, um com a função de Administrador, dependendo directamente da Direcção de Turismo e Hotelaria, e o outro acumulando as funções de recepcionista, camareira e além disso assume o serviço dos pequenos-almoços.

Figura 26 - Organograma da Fundação INATEL

FUNDAÇÃO INATEL ORGANOGRAMA DE COMPETÊNCIAS 2009



Um dos grandes objectivos da Fundação INATEL, em termos de turismo, é o desenvolvimento de programas de turismo social.

A primeira iniciativa oficial surgiu em Portugal no ano de 1935 com a criação da FNAT. Através de colónias de férias e excursões, pretendia-se «assegurar no tempo livre dos trabalhadores um desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e moral». A sua primeira intervenção consistiu na criação, em 1938, de uma Colónia de Férias na Costa de Caparica e posteriormente em Albufeira e Foz do Arelho. Além disso, tomou outras iniciativas, destacando-se o estabelecimento de Convénios, em 1960, com organizações similares de Espanha, França, Alemanha e Itália com o fim de permitir aos seus associados deslocarem-se para países para aí passarem férias em regime de contrapartida. Em 1974, a FNAT, deu origem ao INATEL, Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores, e em 2008 passou a Fundação INATEL.

“O Turismo Social tem como fim permitir a cada indivíduo aceder ao turismo a fim de restabelecer o equilíbrio físico, psíquico e moral alterado pelos ritmos de produção, pelas condições de trabalho e pela vida em sociedade, em particular, no caso das sociedades com elevada densidade urbana. Nestes termos o turismo surge claramente como um factor de equilíbrio da pessoa humana e não como uma actividade meramente lúdica”. (Cunha 2009).

Na medida em que subsistem desigualdades no acesso às férias o turismo social responde a uma necessidade social permitindo o acesso aos benefícios do turismo por parte das vastas camadas sociais o que na sua ausência não aconteceria. Os seus principais beneficiários são segundo Cunha (2009):

- a) Trabalhadores com salários médios ou inferiores à média;
- b) Jovens, sobretudo estudantes;
- c) Pessoas que ultrapassaram uma determinada idade: normalmente que entraram na situação de reforma;
- d) Deficientes;
- e) Famílias monoparentais.

Pelo facto de procurar responder a necessidades dos grupos específicos, o turismo social distingue-se do turismo comercial por um vasto conjunto de razões que o caracterizam como um sector com identidade própria:

- **Preço:** para idênticas prestações, os preços praticados no turismo social são inferiores aos praticados no turismo comercial. Neste, os preços são fixados em função do mercado enquanto no turismo social se mantêm inferiores sendo a diferença suportada pelas entidades ou organizações promotoras;

- **Subvenção,** que se traduz no apoio financeiro concedido pelo Estado, por organizações sindicais ou por empresas aos investimentos à construção e manutenção de instalações ou à sua exploração e permite a prática de preços inferiores aos do turismo comercial;

- **Ausência de fim lucrativo.** É a característica fundamental do turismo social: as entidades exploradoras do turismo social não têm espírito lucrativo enquanto no turismo comercial o espírito lucrativo é o motor do seu desenvolvimento;

- **Concepção das instalações:** enquanto o alojamento no turismo comercial é concebido para uma utilização individual dos serviços, no turismo social a preocupação é a da criação de espaços de encontro e de adaptação às necessidades das situações pessoais, famílias, reformados, deficientes, jovens;

- **Localização.** Os locais em que se instala são escolhidos segundo critérios diferentes dos do turismo comercial: o critério predominante na escolha de uma localização reside na melhor capacidade do local para atrair os clientes, enquanto no turismo social a escolha do local pode ser determinada por razões de oportunidade, de desenvolvimento regional ou por razões culturais ou sociais;

- **Animação.** No turismo comercial a animação é um factor de atracção e de melhor satisfação da clientela constituindo um elemento integrante da exploração turística enquanto no turismo social tem um carácter sociocultural visando permitir a cada um desenvolver a sua personalidade, os seus gostos, compreender melhor os outros e aumentar a sua cultura;

- **Integração social:** o turismo social integra-se mais fortemente nos locais em que se instala porque se preocupa com os problemas do emprego, do artesanato e, em geral, com a utilização dos recursos locais, que podem ou não ser preocupações do turismo comercial.

Deste modo, para Cunha (2009), o turismo social distingue-se claramente do turismo comercial caracterizando-se fundamentalmente por:

- 1.º **Custo da estada** que deve ser acessível às famílias e, em geral, às pessoas com rendimentos modestos, o que implica a eliminação da noção de lucro e impõe a noção de serviço sem fim lucrativo;

- 2.º **Alojamento**: a prioridade é dada aos aspectos sociais e às necessidades dos grupos a que o turismo social visa responder. Por isso, os alojamentos são adaptados, particularmente, às famílias e aos jovens;

-3.º **Sentido do Acolhimento**, isto é, pela existência de ocupação dos tempos livres e meios de animação que procuram responder às aspirações e às necessidades do mundo moderno mas que favorecem o relaxamento das pessoas.

Já vimos que o turismo social visa proporcionar a todos os que não dispõem de meios materiais suficientes ou com restrições das suas condições familiares ou físicas, a possibilidade de participar em viagens ou em férias nas melhores condições financeiras, psicológicas e culturais. Ora isso levanta um conjunto variado de questões que resultam das condições da oferta e da organização e coloca problemas de financiamento e de orientação política.

“As condições de oferta do turismo social diferem profundamente das do turismo comercial em resultado das suas características. Pelo facto de os critérios que definem o conteúdo do turismo social serem o baixo preço relativo, a ausência de fim lucrativo e o carácter colectivo dos consumos, resultam consequências que determinam a especificidade da oferta” (Cunha, 2009).

Com efeito, o **baixo preço relativo** significa que o preço das férias ou das estadas quando calculadas a partir do custo de produção médio é inferior ao nível médio dos preços de mercado para prestações similares. Por exemplo, o alojamento num apartamento custa menos ao cliente do turismo social, do que ao cliente do turismo comercial embora o custo de construção do apartamento possa ser igual. O que permite reduzir os custos são, por um lado, as subvenções concedidas para a realização dos investimentos em instalações e, por outro, a prestação de um serviço menos exigente em pessoal e em encargos administrativos.

Por sua vez, a **ausência de preocupações com o lucro** leva a que o turismo social não possa ser justificado por critérios económicos mas antes pela sua rentabilidade social avaliada a partir de indicadores sociais. No entanto, a ausência de espírito de lucro pode conduzir à ineficiência e à prestação de um serviço excessivamente caro o que impõe o estabelecimento de normas de controlo.

Finalmente, o **carácter colectivo dos consumos** resulta dos próprios fins do turismo social e da necessidade de estabelecer inter-relações de grupo. É por isso, que as estruturas de acolhimento bem como o serviço e a animação têm de ser concebidos em função deste aspecto.

Existe uma grande variedade de tipos de oferta, sobretudo no domínio do alojamento, enquadráveis no turismo social que, contudo, variam de país para país. As mais generalizadas são, citando Cunha (2009):

- a) Colónias de férias, centros de férias e campos de férias. São instalações destinadas às crianças e aos jovens aos quais são proporcionadas diversas actividades desportivas e culturais. Em Portugal a designação «colónia de férias» e «centro de férias» aplica-se tanto a instalações destinadas a crianças (Colónia Balnear Infantil «O Século») como às unidades de tipo hoteleiro exploradas por instituições de turismo social;
- b) Albergues e Pousadas da Juventude, destinadas a jovens, sendo geridas, quer por associações especializadas, quer por movimentos da juventude, quer por colectividades públicas;
- c) Campismo e caravanismo, instalações em parques apropriados e geridos por instituições do turismo social;
- d) Casas familiares de férias e de repouso, destinadas a famílias às quais é proporcionado alojamento e pensão completa bem como serviços colectivos, nomeadamente dirigidos a crianças e jovens. O objectivo é o de permitir às famílias gozar férias evitando separar os pais dos filhos;
- e) Sanatórios instalados em antigos hotéis de estâncias termais ou climáticas, ou construídos propositadamente;
- f) Aldeias de férias, que são centros de alojamento destinados a assegurarem estadas às famílias mediante um pagamento que comporta a utilização de equipamentos comuns, instalações desportivas e distrações colectivas;
- g) *Gîtes Ruraux* (em França) são apartamentos de férias mobilados localizados em quintas ou casas rurais, em conformidade com certas normas de equipamento podendo ser geridas por particulares, associações ou municipalidades.

Em Portugal as formas de alojamento mais generalizadas são as colónias de férias (ou centros de férias), os albergues e pousadas da juventude, os sanatórios, o campismo, e as casas de montanha e em parque naturais.

No turismo social, os problemas de organização surgem, em particular, no domínio do pessoal, dos preços, da animação e da informação.

Em primeiro lugar, os problemas relativos ao pessoal derivam da complexidade da gestão e da animação. Na verdade, além do pessoal, comum a outros

estabelecimentos turísticos, no turismo social torna-se necessário dispor de animadores e de pessoas que cuidem das crianças, dos idosos e dos diminuídos físicos, ou seja de empregados qualificados nestas áreas.

Em segundo lugar, no que respeita aos preços, criam-se problemas complexos em virtude das grandes diferenças entre os utilizadores. O turismo social permite gozar férias a um grande número de famílias graças aos preços mais baixos que nele se praticam mas como as situações familiares podem ser muito diferentes umas das outras é necessário que a fixação de preços atenda a essas situações: escalões de preços segundo as idades (adulto, adolescentes, crianças com idade inferior a 4 anos), segundo o rendimento da família, segundo a composição familiar, etc.

Os problemas de animação derivam do facto de que esta compreende a organização proposta aos utilizadores para o seu tempo livre, as relações entre eles e os habitantes das regiões de acolhimento. A animação transforma-se, assim, num factor essencial aos objectivos prosseguidos pelo turismo social.

Finalmente, para possibilitar às famílias as escolhas dos seus destinos de férias é preciso prestar-lhes informação, mas, devido ao seu estatuto, as organizações de turismo social não fazem publicidade. A essência da comunicação e da informação reside, principalmente, no espírito de comunidade, no ambiente familiar e na comunicação interpessoal.

As questões de financiamento do turismo social colocam-se no financiamento da oferta (auxílio à construção) e do consumo (auxílio à pessoa) e na subvenção à gestão (auxílio à exploração).

O financiamento da oferta assume uma grande importância por esta exigir vultuosos investimentos. Os fundos necessários à realização destes investimentos podem ter origem no Estado (e também na Comunidade Europeia) nos organismos sociais (sindicatos e outros) e nas empresas que, algumas vezes, tomam a iniciativa de financiar a construção de instalações destinadas às férias dos seus empregados.

O financiamento ao consumo é mais raro mas podem ser concedidas facilidades e apoios para a criação de poupanças destinadas ao pagamento de férias ou efectuados reembolsos de despesas realizadas com tratamentos termiais (termalismo social).

Por fim a subvenção à gestão consiste no pagamento, por parte do Estado ou dos organismos sociais, directamente às organizações privadas de uma parte do custo das férias. É o que se verifica em Portugal com o chamado turismo sénior: o Estado permite a um número, determinado em cada ano, de pessoas com idade superior a 65 anos,

passar férias em locais à sua escolha durante a época baixa e em instalações de turismo comercial, pagando directamente a estas uma parte importante do custo da estada.

“O Estado intervém no domínio do turismo social, de diferentes maneiras variáveis de país para país. No caso Português, a intervenção do Estado opera-se através de um variado conjunto de órgãos como seja o Ministério do Trabalho e Solidariedade que tutela o INATEL, do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território a quem pertencem as casas de montanha e parque naturais, a Secretaria de Estado da Juventude que coordena as questões relativas ao turismo juvenil, o Ministério da Saúde e outros.” (Cunha, 2009).

A Secretaria de Estado do Turismo, na qual se integram as instituições que gerem as questões do turismo em geral, não tem, praticamente, intervenção na área do turismo social embora coopere com os restantes órgãos do Estado para o seu melhor desenvolvimento.

Os problemas que se levantam na área da política do turismo resultam da dispersão das questões que lhe respeitam por vários organismos o que cria dificuldades em garantir uma coordenação eficaz. Como, por outro lado, actuam na organização de férias e de viagens outras instituições, nomeadamente, sindicatos, fundações, organizações não governamentais e empresas com características e objectivos muito diferenciados algumas vezes coincidindo com os do turismo comercial, a gestão e o estabelecimento de políticas gerais para o turismo social tornam-se complexas.

Cunha (2009) refere ainda que pelas dificuldades de coordenação a que acima se alude, não existem danos relativos à capacidade existente em termos de oferta como também se desconhece a sua procura. No entanto, a Direcção-Geral do Turismo publica alguns dados relativos às «colónias de férias e pousadas de juventude», verificando-se que a capacidade nestes tipos de alojamento ultrapassa as 8 mil camas, com uma acentuada quebra a partir de 2000, embora com variações inexplicáveis, de ano para ano, nas quais se regista mais de um milhão de dormidas, sobretudo de portugueses. A reduzida taxa de ocupação da capacidade existente e a tendência para a diminuição da procura deste tipo de alojamento revelam a sua fraca aceitação, ou seja, que as instalações existentes do turismo social não correspondem às necessidades dos consumidores.

Rafael Filipe (2008), Coordenador do Gabinete de Relações Internacionais e Cooperação do INATEL, sublinha que desde 1976 o Instituto teve de enfrentar novos desafios, tais como os fenómenos do envelhecimento das populações, da solidão e do

tempo vazio. Em resposta a estes desafios, o turismo sénior representa uma força nova e pujante, no âmbito do turismo social. Face a este considerável alargamento de incumbências e responsabilidades, a actual Direcção da Fundação INATEL tem-se mostrado profundamente empenhada em consolidar e desenvolver os seus programas especificamente destinados aos cidadãos seniores.

Os objectivos principais a alcançar com este tipo de programas são enunciados, nos seguintes termos, pela generalidade dos seus promotores (Filipe, 2008):

- Incentivar grupos de idosos para a prática do Turismo;
- Melhorar a qualidade de vida e a saúde das pessoas acima dos 50 anos;
- Criar um novo mercado de consumo;
- Melhorar o aproveitamento da oferta de equipamentos turísticos nas épocas baixas.

Os aspectos positivos destes programas alargam-se, ainda, à criação de emprego directo e indirecto, o que faz deles um importante factor de coesão social e de dinamização da actividade económica em geral e do sector o turismo em particular, ao promoverem a ocupação hoteleira na época baixa e um sem número de benefícios e estímulos para as actividades da iniciativa privada. Ainda, tem cabido a estes programas a pedagogia activa de uma nova maneira de encarar o lazer e o aproveitamento dos tempos livres, ao conciliarem o desenvolvimento turístico, a protecção do ambiente e o respeito pela identidade cultural das comunidades locais.

Há mais de uma década que dois programas se inserem no universo das actividades prosseguidas pela Fundação INATEL

O primeiro, o Programa Turismo Sénior é dirigido a todos os cidadãos portugueses com idade igual ou superior a 60 anos, comporta excursões com a duração de 8 dias e cobre todas as regiões do país, incluindo a Madeira e os Açores. Este programa tem tido grande sucesso junto do público-alvo, como comprovam os dados estatísticos apresentados na tabela 13 na página 93.

Em treze anos de existência, o Programa Turismo Sénior garantiu o exercício do direito constitucional e social às férias e ao repouso a cerca de 490 mil portugueses.

O segundo programa, “Saúde e Termalismo Sénior” é destinado, igualmente, a todos os portugueses com mais de 60 anos que necessitem tratamento específico aconselhado por médicos, nos cerca de 30 estabelecimentos termais portugueses.

Tabela 13 – Programa de Turismo Sénior

Programa Turismo Sénior					
Ano	Nº. Visitas Previstas	Nº. Visitas Realizadas	Nº. Participantes Previstos	Nº. Participantes Efectivos	Subvenção financeira
1995/1996	312	301	14.868	13.948	3,4 milhões €
1996/1997	522	505	25.056	23.432	3,9 milhões €
1997/1998	595	565	31.008	25.577	4,5 milhões €
1998/1999	834	798	40.032	35.210	4,9 milhões €
1999 /2000	935	911	45.042	40.159	5,4 milhões €
2000 / 2001	1036	1029	49.888	46.723	5,6 milhões €
2001 (oct a déc)	376	361	18.096	15.567	5,5 milhões €
2002	1052	1082	50.496	45.850	5,9 milhões €
2003	1072	1036	51.456	43.427	5,9 milhões €
2004	1.072	1.162	51.456	50.182	6,1 milhões €
2005	1.072	1.245	51.456	49.519	6,2 milhões €
2006	1072	1072	51.456	49.889	6,4 milhões €
2007	955	995	45.856	* Análise em curso	6,5 milhões €

Na seguinte tabela, podemos seguir a evolução muito positiva de todos os indicadores do programa “Saúde e Termalismo Sénior”, verificada de 1997 a 2007.

Tabela 14 – Programa de Saúde e Termalismo Sénior

Programa Saúde e Termalismo Sénior					
Ano	Nº. Visitas previstas	Nº. Visitas realizadas	Nº. Participantes previstos	Nº. Participantes Efectivos	Subvenção financeira
1997	52	52	2496	2.408	0,7 milhões €
1998	63	63	3024	2.859	0,9 milhões €
1999	68	68	3264	3.187	0,9 milhões €
2000	89	89	4272	4.183	1 milhão €
2001	100	100	4800	4.685	1 milhão €
2002	100	100	4800	4.342	1,1 milhão €
2003	105	104	5040	4.659	1,1 milhão €
2004	115	109	5520	4.591	1,2 milhões €
2005	146	130	7008	4.613	1,2 milhões €
2006	146	146	7008	4.956	1,5 milhões €
2007	146	146	7008	7008	1,6 milhões €

Durante estes dez anos de existência, o programa tornou possível o acesso às curas termais a mais de 46.000 seniores, contribuindo, também, para a dinamização da actividade dos estabelecimentos termais e da economia regional e local.

Para Filipe (2008), esta nova vertente das actividades da Fundação INATEL adquiriu entretanto notoriedade internacional. Com efeito, os programas Turismo Sénior e Saúde e Termalismo Sénior são hoje considerados pelo Bureau International du Tourisme Social (BITS) como casos de sucesso de Portugal no sector do Turismo de Saúde.

O sucesso nacional dos programas ibéricos de turismo social levou, muito naturalmente, os dirigentes do Instituto de Mayores y Servicio Social (IMSERSO) e da Fundação INATEL a considerarem a oportunidade de iniciar experiências de turismo social a um nível internacional, entre os países da União Europeia, nomeadamente entre Espanha e Portugal. Os resultados muito satisfatórios de um primeiro programa experimental de intercâmbio, durante a época 1997/98, levaram os responsáveis políticos dos dois países ibéricos e os dirigentes da Fundação INATEL e do IMSERSO a ratificar um acordo de colaboração entre os dois maiores actores do turismo social ibérico. Em 12 de Janeiro de 1999, o IMSERSO e a Fundação INATEL, ratificaram deste modo, em Madrid, um protocolo de colaboração que previa, a partir da época de 1998/9, a reserva de 3000 lugares nos programas de turismo sénior dos dois países. Este protocolo continua, desde então, em vigor, com plena satisfação das duas partes (Filipe, 2008).

Na tabela que se segue podemos seguir a evolução muito positiva do intercâmbio ibérico desde 2002, o que levou os dirigentes da Fundação INATEL e do IMSERSO a elevar, a partir desse data, para 4000 associados a reserva recíproca de lugares nos seus programas.

Tabela 15 – Intercâmbio ibérico, ao abrigo do protocolo

	Portugueses para Espanha	Espanhóis para Portugal
2002	2328	3985
2003	3575	4048
2004	3610	4051
2005	1818	3961
2006	4590	3847
Total	15.921	19.892

“Face a esta excelente colaboração, o INATEL pretende propor ao IMSERSO um novo alargamento do número de lugares nos programas de turismo sénior dos dois

países. O INATEL vai propor também ao IMSERSO uma adenda ao protocolo de colaboração, prevendo o alargamento do nosso intercâmbio aos programas de saúde e termalismo sénior. Sabemos que a intenção de acrescentar um aspecto transnacional aos programas do turismo social europeu está na ordem do dia da agenda comunitária e que a actividade do turismo social está pronta para se generalizar a todos os países, o mesmo acontecendo à «transnacionalidade» da sua oferta de serviços, o que significa um salto quantitativo e qualitativo dos seus objectivos. O INATEL, pelo seu lado, está totalmente de acordo com esta nova orientação, constante de um importante documento aprontado pelo Comité Económico e Social Europeu em 14 de Setembro de 2006: a Declaração de Barcelona sobre o Turismo Social na Europa. Esperamos, muito concretamente, poder ratificar dentro de pouco tempo e pôr em marcha um projecto comum de turismo social com o principado de Andorra.” (Filipe, 2008).

Relativamente à criação de uma Plataforma de Turismo Social Europeu, são vários os objectivos a definir na perspectiva da Declaração de Barcelona:

- generalizar e ampliar os actuais programas e o número de utentes de Turismo Social dos vários países da Europa até conseguir que todos eles disponham de um programa próprio;

- consolidar o carácter transnacional dos programas existentes através de acordos de cooperação bilaterais ou multilaterais ;

- criar condições para a elaboração e o arranque de uma Plataforma de Turismo Social de carácter europeu, em que os beneficiários potenciais são cidadãos europeus que terão a possibilidade de visitar outros países de uma forma acessível e sustentável; neste sentido, seria profícuo conhecer o número de cidadãos europeus que nunca viajaram para outro país da Europa, um grupo certamente bastante numeroso que poderia servir de base ao referido programa;

- promover a implantação progressiva de uma actividade de Turismo Social de cariz europeu em que participe o maior número possível de países.

O Coordenador do Gabinete de Relações Internacionais e Cooperação da Fundação INATEL acrescenta que o IMSERSO e a Fundação têm razões para se sentirem orgulhosos, ao anteciparem estas boas práticas, agora apresentadas como devendo ser seguidas pelos diferentes países da União Europeia. Orgulhosos por se contarem entre aqueles que se adiantaram a uma tendência que se impõe hoje e no futuro próximo como a via real do turismo social europeu e – por que não? – mundial.

3.2. RECURSOS MATERIAIS

3.2.1. EMPREENDIMENTO HOTELEIRO – INATEL GAVIÃO

O desenvolvimento integrado e sustentável, do Centro de Lazer do Alamal, que se persegue vai potenciar uma valorização economicamente viável, social e culturalmente desejável em que a componente ambiental, paisagística e a genuinidade rural, constituem a trave mestra do Plano de Acção Local.

A implantação de um conjunto largo e diverso de acções, visa a valorização dos recursos locais, numa óptica de geração de sinergias e interacções entre espaços e produtos, de modo a garantir a expansão da procura e o alargamento dos impactos positivos das actividades de lazer, na base económica e no bem-estar ao nível local.

Um entendimento da natureza do lugar e da possibilidade de usufruir deste sem o comprometer. A afirmação de uma opção-acto criativo que oferece conforto, tranquilidade e uma marca vanguardista da arquitectura dos nossos tempos, enquanto solução que pretende fidelizar alguém que busca as raízes da existência. É o apelo ao imaginário de gerações que se viram projectadas para uma vivência desumanizada das grandes urbes.

A paisagem natural, ou antes, a Natureza, foi aqui como que sublinhada com pequenas e engenhosas intervenções, que permitiram a sua utilização primeiro para fins produtivos e agora para fruição, construindo-se assim uma valiosa paisagem cultural.

A Casa da Quinta enquanto “volume arquitectónico” assume um valor simbólico na paisagem ribeirinha a par das duas araucárias de grande porte. A instalação de uma Pousada neste edifício e neste lugar foi pensada na continuidade das intervenções anteriores, portanto, sem rupturas. Neste sentido procurou-se “encaixar” dois volumes num plano recuado à Casa em acompanhamento das plataformas existentes como se de novas plataformas devidamente neutralizadas se tratasse.

O sentido abstracto da expressão arquitectónica proposto, recorre a uma linguagem plástica com forte ligação às construções em madeira do mundo rural,



Figura 27 – Vista panorâmica da Quinta do Alamal – INATEL Gavião

evitando-se, falsos regionalismos como modo de integrar uma construção do nosso tempo num lugar intemporal. A Casa da Quinta foi integralmente reabilitada, mantendo-se no essencial em termos de imagem física a unidade tipológica. A intervenção pretendeu ser eficaz, coerente e integrada, tanto no plano da instalação da Pousada, e na sua efectiva sustentabilidade em termos ético/patrimoniais e de respeito pela unidade paisagística, como também na identidade e integridade da opção arquitectónica seguida.

INATEL Gavião

Nome: Edifício principal



O Projecto de Execução da Recuperação, Reabilitação e Ampliação do edificado na Quinta do Alamal para instalação de Pousada, integrado no Projecto de Dinamização Turística do Alamal e margens do Rio Tejo, resulta da definição programática para os edifícios existentes na Quinta do Alamal, que surgiu no desenvolvimento de proposta de Concurso elaborada em Dezembro de 1996, e de reuniões com a Câmara Municipal de Gavião (CMG) que encontrou na Fundação INATEL receptividade à proposta e incentivo à sua implementação.

Após a definição programática de Pousada a instalar foram compatibilizadas as solicitações da CMG e as opções da Fundação INATEL com os edifícios disponíveis, bem como com as características do terreno. Neste sentido optou-se por instalar o núcleo administrativo no piso térreo do edifício principal da Quinta, juntamente com duas salas de convívio. Este edifício alberga ainda nos dois pisos superiores quatro quartos duplos com instalação sanitária privativa. A sala de refeições, respectiva copa e apoio sanitário público foi implantada a Sul, numa ampliação do piso térreo do edifício referido, e permitindo acesso directo ao exterior.

Estendendo-se igualmente para Poente foram implantados dois volumes paralelepípedicos que pousam suavemente sobre este piso térreo, numa relação próxima com os muros tradicionais de suporte ali existentes. Tais corpos contêm seis e sete quartos duplos, respectivamente, incluindo sanitário privativo. O seu acesso far-se-á pelo exterior através do corredor, paralelamente ao muro de suporte existente. Numa perspectiva de aproveitamento do património construído entendeu-se integrar uma extensão da Pousada na Casa Popular a Nascente onde se implantaram uma sala comum e um quarto no piso térreo e dois quartos no piso superior, em sótão devidamente readaptado.

Do existente resta referir a recuperação dos edifícios do Forno e do Pombal/Casa da Lenha, igualmente a Nascente. Das novas construções foi implantado um pequeno abrigo para barcos, a Norte da Casa Popular, numa zona de fácil acesso e integrado no declive existente, tornando esta acção quase imperceptível. Refira-se ainda a opção autónoma dos vários edifícios, ou seja o edifício principal da Quinta poderá funcionar em exclusividade com ou sem apoio da copa e sala de refeições, aliás como os dois módulos de quartos que, caso se pretenda, poderão ter acesso à copa-refeitório sem contacto com o edifício principal. Esta polivalência permitirá um uso mais flexível consoante o tipo de solicitação face à época do ano (época alta, época baixa) e/ou ao tipo de actividades programadas.

INATEL Gavião

Nome: Casa Popular (esquerda). Forno, Pombal/Casa da Lenha (à direita)



“Integrada num projecto mais vasto de dinamização do local, esta Pousada poderá usufruir de valiosas infra-estruturas de apoio às actividades lúdicas e náuticas. Assim, prevêem-se no Projecto de Arquitectura Paisagística várias zonas com equipamento de lazer e desporto unidas através de caminhos pedonais de ligação existentes e a recuperar.

A zona baixa integrará piscinas-açudes com travessias pedonais sobre a ribeira e a infra-estrutura para instalação provisória de um palco amovível (propriedade da Câmara Municipal de Gavião) para realização de espectáculos ao ar livre.

No terraço das laranjeiras serão implantadas infra-estruturas que permitirão o acampamento informal, nomeadamente com duches e zonas de fogo. O passeio ribeirinho assegurará o acesso pedonal à Ponte de Belver sendo pontuado por pesqueiros, integrarão a iluminação conveniente.

As zonas de mata a jusante e de olival a montante do caminho principal serão igualmente objecto de intervenção, após a sua recuperação paisagística, pelo que se remete toda a definição destes espaços para o Projecto de Paisagismo onde se integra o Projecto de Arquitectura a que esta Memória Descritiva se refere.” (CMG)

A CMG procurou entender a Recuperação Paisagística e a Reabilitação dos edifícios pré-existentes como um todo de modo a garantir a qualificação e a dinamização da Quinta do Alamal, numa perspectiva de viabilidade económica auto-sustentada sem contudo pôr em risco a alma deste lugar ímpar no concelho de Gavião e que no futuro certamente encontrará um lugar especial no panorama do turismo de qualidade no nosso país.

INATEL Gavião**Nome: Praia fluvial do Alamal**

Como foi referido o complexo é composto por 21 quartos duplos, com possibilidades de se acrescentar mais uma cama para criança. Em todos os quartos existe casa de banho privativa, ar condicionado, televisão e telefone (com ligação unicamente interna). O único quarto com possível acesso a deficientes é o rés-do-chão da Casa Popular, os restantes apresentam escadas de acesso como barreiras arquitectónicas de grande relevo.

Em relação a refeições a Fundação INATEL Gavião só oferece serviço de pequeno-almoço. Não havendo mais nenhum serviço de refeições, o hóspede deverá

deslocar-se à localidade mais próxima (Vila de Gavião ou freguesia de Belver), onde poderá encontrar supermercados, padarias e restaurantes. O empreendimento não oferece nenhum espaço, quer exterior quer interior, que sirva para qualquer hóspede se sentar a desfrutar de qualquer refeição. Junto à praia fluvial, existe um snack-bar, que oferece refeições à base de sandes, batatas fritas, sumos, água e refrigerantes.

A segurança é um aspecto muito importante para quem sai do conforto da sua casa para um lugar desconhecido. Provavelmente este tem sido o factor que mais afasta os turistas e visitantes deste local. O local é isolado e pouco vigiado, as redes de telemóvel não cobrem suficientemente a área de forma a efectuar chamadas. A única funcionária sai às 18:00h, não ficando portanto nenhum funcionário durante a noite e como foi referido os telefones dos quartos não têm ligação directa ao exterior. Estes elementos combinados fazem com que em qualquer situação de emergência, por exemplo, seja quase impossível dar o alerta, caso os hóspedes não tenham o seu próprio transporte.

Na tabela de preços para o ano de 2009 um beneficiário não associado pagará por um quarto standard em época baixa cerca de 55 euros, e em época alta⁷ 70 euros. Para o mesmo quarto um beneficiário pagará 48 euros em época baixa e 61€ em época alta. Por cada cama suplementar será paga a quantia de 10 euros em época baixa e 15 euros em época alta. Existe um desconto de 8 euros para quartos ocupados por uma só pessoa.

A Fundação INATEL Gavião tem uma taxa de ocupação anual relativamente baixa. Em 2006 a ocupação dos quartos rondou os 17%, subindo para 18,23% em 2007, mas voltou a cair para 15% em 2008. As taxas de ocupação confirmam em parte, o insucesso das actividades pontuais e das colónias de férias, realizadas neste local, em virtude de os preços serem considerados pouco apelativos.

⁷ Considera-se época alta os períodos de tempo de 20 a 24 de Fevereiro, de 9 a 12 de Abril, 1 de Julho a 31 Agosto e de 31 de Dezembro a 2 de Janeiro de 2010.

3.2.2 – MATERIAIS DESPORTIVOS E RECURSOS NATURAIS ENVOLVENTES

Como já vimos são as atracções que definem os destinos turísticos e constituem uma das principais componentes do sistema turístico: os visitantes deslocam-se para um determinado destino porque aí existem elementos ou factores, qualquer que seja a sua natureza, que sobre eles exercem uma atracção.

“Atracção turística é considerada como qualquer elemento ou factor que, por si próprio ou em conjunto com outro ou outros, provoque a deslocação de pessoas em resposta a uma motivação ou motivações destas. Enquanto a motivação é a razão, o motivo inerente à pessoa que a predispõe a deslocar-se, a atracção é o elemento que responde a essa razão: se o motivo que leva uma pessoa a deslocar-se é o cultural o elemento que o atrairá poderá ser um museu, o modo de vida doutros povos ou uma catedral, mas se o motivo for o contacto com a natureza então a atracção poderá ser um parque natural ou uma paisagem deslumbrante.” (Cunha, 2009).

Para Licínio Cunha (2009), no caso de localidades com várias atracções consideramos que todos os elementos ou factores que aumentam ou garantem a manutenção da vocação turística da localidade ou que, sendo eliminados, reduziriam a sua qualidade ou vocação turística, devem ser considerados como atracção turística. Por sua vez, consideramos como animação turística todas as actividades que visam contribuir para melhorar ou aumentar as condições da atracção, constituir um meio para a ocupação dos tempos livres dos visitantes ou para satisfação das necessidades e experiências decorrentes da sua permanência no local visitado. A principal diferença entre elas reside no facto de a atracção poder ser natural (praias, montanhas, parques naturais, cataratas, rios, etc.) ou artificial enquanto a animação tem sempre um carácter humano: resulta sempre da acção do homem muitas vezes com duração efémera.

O desporto inclui-se, na actualidade, entre as principais razões de deslocação de pessoas seja para assistir a espectáculos desportivos seja para a prática de uma actividade de carácter desportivo.

Embora as deslocações para assistir a espectáculos desportivos sejam de grande importância para o turismo pelos movimentos que geram e por ajudarem a promover destinos turísticos, raramente permitem a sua estruturação ou a definição da sua vocação. Pelo contrário, a prática de actividades de carácter desportivo constituem, em muitos casos, a razão de ser dos destinos turísticos, pelo menos, em parte significativa, e por isso se estruturam com base em atracções desportivas que desempenham um papel

importante na formação das suas correntes turísticas. É, com efeito, a prática do desporto por parte dos turistas que dá origem à criação de núcleos turísticos desportivos.

Dada a variedade de actividades praticadas pelos turistas que se podem considerar como desportivas, podemos estabelecer delimitações da natureza dos serviços prestados (Cunha, 2009):

- Turismo desportivo orientado para a utilização de atracções desportivas: golfe, esqui, ténis, *rafting*, vela.
- Estadas em centros desportivos essencialmente para treinos e estágios.
- Viagens para a prática de uma actividade desportiva: escalada, ciclismo, expedições, *trekking*, safaris, automobilismo.

Grande parte das actividades desportivas não obriga por si só à deslocação das pessoas, constituindo, antes, uma forma de animação turística e de ocupação dos tempos livres: as pessoas deslocam-se propositadamente para praticar esqui ou jogar golfe mas muitas vezes jogam o ténis, praticam o ciclismo ou a natação quando se deslocam por razões de saúde (termalismo, por exemplo) ou para tomar banhos de sol e mar.

A animação desportiva incide no bem-estar físico, mental e social, na criatividade, na diversão e no prazer de participar. Podemos enquadrar a animação desportiva na intervenção sociodesportiva, com o objectivo de promover a participação social e a extensão da actividade física como hábito de saúde, de formação e de diversão (Lança, 2003).

Assim, a animação desportiva, no geral, segundo Lança (2007), surge com o intuito de descontrair e de superar as dificuldades criadas pelos problemas do dia-a-dia através de actividades praticadas de acordo com os princípios inerentes à motivação e à recreação. Se a animação ocupar socialmente o lazer, torna-se mais operacional e mais dinâmica, em função da justaposição das características similares ao lazer. É no entanto necessário ressaltar que a animação não se limita aos tempos de lazer, sendo, no entanto, uma forma de o tornar activo.

Analisemos, então, as características comuns à actividade desportiva de lazer e à animação desportiva:

Tabela 16 – Aspectos comuns entre actividades desportivas de lazer e a animação desportiva (Lança, 2007)	
Finalidades, motivações, necessidades e interesses	Procura de alegria, de prazer, de companhia, de comunicação, de descontração e de saúde.
Meios e formas	Jogos tradicionais, jogos culturais, adaptações de jogos, várias modalidades, etc.
Condições prévias	Espírito não-competitivo (de participação), extensivo a todas as idades e a todos os níveis, embora com regras definidas.

Objectivos	Recreação, lazer, experiências
Concretização	Diagnósticos, exercícios ocasionais (ou algumas vezes por semana), métodos livres que possibilitem a opção de prática autónoma, etc.
Consequências	Bem-estar, alegria, interactividade, individualização, liberalização de regras ou de condições de participação, criatividade, qualidade, liberdade, etc.

Para Lança (2003) a animação desportiva surge com grande regularidade associada a programas para preenchimento dos tempos livres, das férias escolares, integrada no desporto escolar, no desporto para todos, em programas de exercício para a população idosa nas autarquias, ou seja, atinge um leque de potenciais interesses e interessados mais vasto do que a mera aplicação do acto de permitir passar algum tempo com divertimento.

“A animação desportiva herda muitas das suas características do denominado desporto para todos, da disciplina de Educação Física e de outras áreas da educação. A sua programação e orientação abrangem grupos heterogéneos relativamente ao sexo, à faixa etária, às vivências a nível desportivo e cultural, num contexto de pedagogia que pressupõe a manutenção dos efeitos da actividade de forma continuada. Para este efeito recorre à utilização de actividades físicas que têm em conta um leque abrangente de modalidades, não só desportivas mas também jogos educativos que englobam conteúdos tradicionais, de lazer ou pré-desportivos.” (Lança, 2003)

A Fundação INATEL Gavião possui na Quinta do Alamal material que permite aos turistas praticar actividades desportivas. Dispõe de 20 caiaques, 20 bicicletas todo o terreno, 40 pagaias e coletes de salvação.

O “Clube Trilho” utiliza o espaço da praia do Alamal para o desenvolvimento de maior parte das suas actividades. Canoagem, passeios pedestres, BTT, passeios de Jipe, passeio de barco (Barragem de Belver), rappel, slide, tiro com arco e paintball são as actividades desenvolvidas por esta empresa que aproveita em plenitude as valências dos espaços circundantes.

Além das actividades desportivas acima citadas, podem ainda ser desenvolvidas outras, nos espaços dos socalcos. No terraço das laranjeiras, local relvado, existe já um espaço de lazer onde permanentemente está montada uma rede de Voleibol e onde, devido à fisionomia do local se podem realizar várias actividades simultaneamente e em segurança.

3.3. ORÇAMENTO

A Fundação INATEL apresenta um orçamento de exploração dos empreendimentos de turismo em espaço rural para o ano de 2009. Como já se constou a fundação tem dois empreendimentos com esta designação, nomeadamente em Gavião e em Montalegre.

Tabela 17 – Orçamento de exploração. Turismo em espaço rural 2009			
Proveitos	Montalegre	Gavião	Total
Prestações de serviços	72.934€	48.001€	120.935€
Total de proveitos	72.934€	48.001€	120.935€
Custos			
Mercadorias vendidas/matérias consumidas	2.160€	1.261€	3.421€
Fornecimentos e serviços externos	22.710€	25.960€	48.670€
Custos com pessoal	27.180€	18.357€	45.537€
Custos e perdas financeiras	547€	600€	1.147€
Total de custos	52.597€	46.177€	98.774€

Da análise dos dados podemos concluir que, em relação ao total de proveitos auferidos pelo Turismo em espaço rural 39,7% dos mesmos são conseguidos no Gavião, enquanto que, a maior fatia (60,3%) é ganha no outro empreendimento hoteleiro. Em quase todos os parâmetros os valores são inferiores no Gavião em relação a Montalegre. A exceção é apresentada nos fornecimentos e serviços externos e nos custos e perdas financeiras.

A diferença entre os proveitos e os custos no Gavião somam 1.824 euros, que é na realidade o lucro esperado para o ano de 2009.

No entanto, em nossa opinião muitos dos gastos poderiam ter em conta um conceito de sustentabilidade e ecologia, no sentido de aproveitar as novas tecnologias de produção de energias renováveis para a redução drástica de custos, como por exemplo o da electricidade.

A Organização Mundial de Turismo (OMT) através da sua publicação «Sustainable Tourism Development: Guide for Local Planners» citada por Cunha (2006) reafirma que o turismo é sustentável quando o seu desenvolvimento se processa por forma a garantir que os recursos de que depende se mantêm ou se valorizam.

Por isso, de acordo com a OMT a sustentabilidade do turismo tem de ser entendida segundo princípios fundamentais:

- a) *Sustentabilidade ecológica*, que assegura que o desenvolvimento é compatível com a manutenção dos processos biológicos essenciais, a biodiversidade e os recursos biológicos. É o princípio da *precaução*.
- b) *Sustentabilidade social e cultural*, princípio que assegura que o desenvolvimento aumenta o controlo das pessoas sobre os seus próprios destinos, é compatível com a cultura e os valores das comunidades afectadas e mantém e fortalece a identidade destas. É o princípio da *participação*.
- c) *Sustentabilidade económica*, princípio que assegura que o desenvolvimento é economicamente eficiente e os recursos são geridos de tal forma que fica garantida a sua utilização pelas gerações futuras. Isto é, assegura o emprego e os níveis satisfatórios de rendimento associados a um controlo sobre os custos e benefícios dos recursos que garantem a continuidade para as gerações futuras. É o princípio da *solidariedade*.

Da aplicação destes princípios resulta a necessidade da conciliação entre os objectivos económicos do desenvolvimento do turismo com a manutenção dos factores básicos que o justificam e a conclusão de que a relação entre o turismo e aqueles factores são biunívocas: o turismo depende dos recursos naturais, sociais e culturais mas estes podem beneficiar da existência de objectivos turísticos na medida em que poderão assegurar o seu equilíbrio.

3.4. SATISFAÇÃO DOS CLIENTES

Não existe qualquer tipo de estudo realizado, no que diz respeito à satisfação dos clientes na Fundação INATEL Gavião. Realça-se que nenhum dado referente ao Turismo aparece nos estudos publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) no último ano, o que impossibilita de alguma forma tirar ilações.

Em nosso entender alguns dos factores referidos anteriormente, nomeadamente em relação às condições de acesso, segurança, participação em actividades desportivas, entre outras, estão em primeiro plano para a justificação da baixa taxa de ocupação que se tem vindo a sentir pelos menos nos últimos três anos.

Um dos passos possíveis para o aumento das taxas de ocupação poderá passar pelo aumento da qualidade oferecido.

As normas ISO são normas de qualidade de aplicação internacional emanadas da International Standard Office que cobrem diferentes aspectos da gestão das empresas industriais, mas que já há alguns anos, tal como tem acontecido nos complexos desportivos, começaram também a ser aplicadas no turismo e em particular em empresas hoteleiras.

Basicamente a ISO-9000 é uma família de normas que consiste em 20 requisitos que cobrem em detalhe os aspectos relevantes para que uma organização possa ser certificada como sendo de qualidade. Assim uma organização certificada segundo as normas ISO-9000 passa a dispor de uma marca que garanta que a mesma cumpre as normas internacionais do sistema de qualidade.

Deste modo as normas ISO-9000 constituem uma referência de alcance geral, aplicáveis a qualquer actividade e organização que garantem a introdução de sistemas normalizados de trabalho comprovados tanto internamente, através da auto-avaliação, como externamente, mediante a realização de auditorias.

Da adopção das normas ISO e consequente certificação, as empresas podem obter os seguintes benefícios (Nield e Kozak, 1999, citados em Cunha 2009):

- a) Benefícios operacionais: benefícios que as empresas podem razoavelmente esperar pela acreditação como, por exemplo, aperfeiçoamento dos sistemas de trabalho e melhorar as práticas de trabalho;
- b) Benefícios comerciais: benefícios que melhoram a competitividade das empresas como resultado da adopção dos sistemas de qualidade (aumento da satisfação dos clientes, reconhecimento nacional e internacional);
- c) Benefícios de recursos humanos: benefícios que podem surgir mas que não podem ser esperados em todas as circunstâncias. O envolvimento dos empregados no processo de certificação pode melhorar o seu desempenho.

Apesar destas vantagens alguns apontam-lhes, contudo, alguns inconvenientes tais como o consumo de tempo, os gastos que a sua introdução provoca e a redução da flexibilidade.

CAPÍTULO IV
**PLANO DE DESENVOLVIMENTO
ESTRATÉGICO DE ACTIVIDADES
DESPORTIVAS E DE ANIMAÇÃO NUM
EMPREENHIMENTO HOTELEIRO DE
TURISMO RURAL – INATEL ALAMAL**

CAPÍTULO IV

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE ACTIVIDADES DESPORTIVAS E DE ANIMAÇÃO NUM EMPREENDIMENTO HOTELEIRO DE TURISMO RURAL – INATEL GAVIÃO

“A tomada de qualquer decisão em relação aos objectivos e estratégias a serem seguidos numa organização desportiva está condicionada e depende, em grande parte, tanto da situação externa como da interna em que esta organização se desenvolve.”
(Paris Roche, 2002).

Os dados obtidos quer na análise externa quer na interna permitem-nos passar à próxima etapa, a concepção e estruturação de um plano estratégico que ofereça soluções para o desenvolvimento do tema a que nos propomos.

4.1. ANÁLISE S.W.O.T.

Utilizado inicialmente pelas escolas americanas, S.W.O.T., é um modelo de análise estratégica onde se conjugam quatro aspectos fundamentais para a organização:

Strengths (Forças); Weaknesses (Fraquezas ou Debilidades); Opportunities (Oportunidades); e Threats (Ameaças).

São consideradas fraquezas, os estrangulamentos, obstáculos ou carências, que se não forem eliminadas, podem impedir o desenvolvimento de pontos fortes já existentes ou potenciar outras debilidades. As forças ou fortalezas são os elementos, recursos e capacidades da organização, que lhe podem introduzir os líderes em determinadas ocasiões. Os factos do exterior que se chegarem a acontecer poderão colocar em causa os objectivos da organização são considerados ameaças. As oportunidades são as possibilidades oferecidas pelo exterior, que poderão trazer importantes vantagens, se a organização for capaz de lhes ter acesso e aproveitá-las.

Esta metodologia tenta integrar numa mesma análise os aspectos externos (Oportunidades e Ameaças) e internos (Forças e Fraquezas) que influenciam a organização positiva ou negativamente, no momento actual e no futuro.

4.1.1. FORÇAS (ANÁLISE INTERNA)

- Empreendimento hoteleiro relativamente recente e com condições excelentes.
- Possui material de qualidade e em quantidade suficiente para a dinamização de actividades desportivas (Bicicletas e Kayaks).
- A localização da Fundação INATEL Gavião, o enquadramento paisagístico proporciona por si só um grande atractivo ao turismo.
- Paisagem e ambiente natural.
- Possibilidade de divulgação, através da revista ‘Tempo Livre’ e do site online da Fundação INATEL, do empreendimento hoteleiro, das actividades desportivas/animação programadas e oferta turística do concelho.

4.1.2. FRAQUEZAS (ANÁLISE INTERNA)

- Na zona de implementação da Quinta do Alamal verifica-se a falta de vigilância nocturna, aumentando a insegurança.
- Ausência de meios de comunicação para o exterior das instalações em caso de emergência.
- Inexistência de acessos para pessoas com necessidades especiais.
- Insuficiente número de recursos humanos.
- Inexistência da possibilidade de utilização da cozinha após o pequeno-almoço.
- Poucos hábitos de dinamização de actividades de animação.
- Inexistência de cultura empresarial.
- Falta de motivação.
- A inexistência de estudos como o da procura, o nível de satisfação do público alvo, taxa mensal da ocupação das instalações.
- Não há um tratamento cuidado da informação e planificação por parte dos órgãos estruturantes.

- Demasiado enraizada e dependente dos fundos provenientes da administração central, sendo por isso incapaz de criar mecanismos de receitas através das suas actividades.

4.1.3. OPORTUNIDADES (ANÁLISE EXTERNA)

- Vasto potencial monumental em termos hitórico-patrimoniais e gastronómicos da região.
- Excelente localização geográfica do concelho. Os acessos rodoviários permitem maior proximidade a Lisboa pela A23 e a Espanha, bem como as ligações ferroviárias da Linha da Beira Baixa.
- Apetências para actividades do turismo na natureza.
- Abundância de recursos naturais. O Rio Tejo e seus afluentes, a paisagem, a praia do Alamal - possibilidade de voltar a adquirir bandeira azul.
- A grande difusão de jogos tradicionais no concelho, nomeadamente “O jogo da malha”.
- Grande leque associativo dedicado a actividades culturais.
- Empenho da autarquia em políticas de desporto, fixação de juventude e turismo.
- Ausência de unidades hoteleiras com grande capacidade de alojamento.
- Existência de técnicos especializados (animadores sócio-culturais)
- Possibilidade de construir instalações não convencionais potenciando assim a prática de actividade física mesmo que não regulamentada - Circuito de manutenção
- Possibilidade de aproveitar a ausência de qualquer tipo de concorrência em termos desportivos.

4.1.4. AMEAÇAS (ANÁLISE EXTERNA)

- O envelhecimento populacional, o isolamento social, e a falta de fixação profissional da juventude no Concelho.

- A falta de empenho do município para manter as condições necessárias à atribuição de ‘Bandeira Azul’ à praia fluvial do Alamal.
- O facto de não existirem dados estatísticos do concelho relativos ao turismo.
- A deficiente cobertura de rede móvel de telefone na zona do Alamal.
- A fraca oferta de serviços associados à estada turística, especialmente a restauração qualificada, assente no património gastronómico concelhio.

4.2. A MISSÃO

A missão sobre a qual a Fundação INATEL assenta toda a sua actividade, e razão da sua existência é a seguinte:

Promover as melhores condições para a ocupação dos tempos livres e do lazer dos trabalhadores, no activo e reformados, desenvolvendo e valorizando o turismo social, a criação e fruição cultural, a actividade física e desportiva, a inclusão e a solidariedade social.

4.3. ESTABELECIMENTO DOS OBJECTIVOS E PROJECTOS DO PLANO ESTRATÉGICO

“Na sua forma simplificada, o processo de planeamento consiste em estabelecer em que ponto uma organização se encontra no presente e para que ponto seria mais aconselhável que ela se dirigisse no futuro, com as estratégias ou táticas necessárias para atingir aquele ponto. Em outras palavras, o processo de planeamento interessa-se pelos fins e pelos meios para atingir tais fins” (Allen, 2002)

Roche, P. (2002) refere que os objectivos de uma organização afectam essa organização e estão relacionados com o que ela é capaz de executar de acordo com a sua missão e suas competências.

Os objectivos gerais que nos propomos desenvolver com este trabalho são os apresentados de seguida:

OBJECTIVO GERAL Nº 1

Melhorar a qualidade da oferta do empreendimento hoteleiro e incrementar o número de utilizadores.

OBJECTIVO GERAL Nº 2

Implementar um programa de animação desportiva e cultural para oferta ao cliente da Fundação INATEL.

OBJECTIVO GERAL Nº 3

Dinamizar o espaço envolvente, potenciando a prática da actividade física mesmo que não regulamentada.

“As estratégias têm que usar as forças, minimizar as fraquezas, evitar as ameaças e tirar proveito das oportunidades que tenham sido identificadas” (Allen, 2002)

Roche, P. (2002), caracteriza esta fase como a mais complexa e importante do processo de planificação estratégica, pois nem todas as alternativas servirão para concretizar os objectivos gerais, havendo sempre diferentes caminhos e alternativas para atingir a mesma meta.

De seguida, exporemos os objectivos estratégicos que contribuirão para a concretização dos objectivos gerais através dos projectos definidos a serem desenvolvidos num período de 4 anos (planificação de médio prazo). Assim, desde o início de 2010 até ao final de 2013 pretende-se cumprir os objectivos a que no propomos.

4.3.1. PROJECTOS SOBRE O OBJECTIVO GERAL NÚMERO 1

OBJECTIVO GERAL Nº 1

1. Melhorar a qualidade da oferta do empreendimento hoteleiro e incrementar o número de utilizadores.

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

1.1. Melhorar a qualidade física das instalações

1.2. Actualizar e melhorar a capacidade dos recursos humanos, especialmente no serviço de acolhimento e atendimento ao cliente.

1.3. Analisar e estudar a opinião e interesses dos nossos clientes, os dados estatísticos existentes e a qualidade do serviço prestado.

1.4. Melhorar o tipo e quantidade de informação dos programas oferecidos.

OBJECTIVO GERAL Nº1	Melhorar a qualidade da oferta do empreendimento hoteleiro e incrementar o número de utilizadores.
OBJECTIVO ESTRATÉGICO N.º1.1	Melhorar a qualidade física das instalações.
PROJECTO N.º 1.1.1	Criar rampas de acesso a clientes com deficiência motora.
DESCRIÇÃO	A Fundação INATEL deverá estabelecer um programa de obras com a Câmara Municipal de Gavião, responsável pela obra inicial, para a introdução de rampas ou outra forma de acesso a utentes com deficiência motora.
RESPONSÁVEL	Administrador Fundação INATEL Gavião e Vereador da Câmara Municipal de Gavião
ORÇAMENTO	Não se prevê qualquer tipo de gastos porque existe a possibilidade das obras serem realizados pela Câmara Municipal.
INDICADOR DE CONTROLO	Iniciar este processo nos primeiros dias de Janeiro com uma reunião entre o Vereador e o Administrador da Fundação INATEL Gavião, de forma a estabelecer os objectivos do projecto e o funcionamento do mesmo. Começar as obras até dia 29 de Janeiro de 2010. As obras deverão estar terminadas até ao dia 12 de Fevereiro de 2010.

OBJECTIVO GERAL Nº1	Melhorar a qualidade da oferta do empreendimento hoteleiro e incrementar o número de utilizadores.
OBJECTIVO ESTRATÉGICO N.º1.1	Melhorar a qualidade física das instalações
PROJECTO N.º 1.1.2	Reforço do sinal de rede telefónica móvel.
DESCRIÇÃO	Contactar as operadoras de redes móveis e estabelecer acordos para o aumento da cobertura de rede na zona da Quinta do Alamal.
RESPONSÁVEL	Administrador da Fundação INATEL Gavião
ORÇAMENTO	Nos gastos previstos englobam-se contactos a estabelecer com as operadoras e prevê-se que sejam de 100€.
INDICADOR DE CONTROLO	Iniciar os contactos com as operadoras móveis a partir de Janeiro de 2010. Conseguir que a cobertura de rede seja melhorada até finais de Junho de 2010.

OBJECTIVO GERAL Nº1	Melhorar a qualidade da oferta do empreendimento hoteleiro e incrementar o número de utilizadores.
OBJECTIVO ESTRATÉGICO Nº1.2	Actualizar e melhorar a capacidade dos recursos humanos, especialmente no serviço de acolhimento e atendimento ao cliente.
PROJECTO Nº1.2.1	Contratação de mais um funcionário com funções administrativas.
DESCRIÇÃO	Requisição ao Centro de Emprego local, ao abrigo dos projectos existentes, de mais um trabalhador cujas funções serão de recepção e atendimento aos clientes, organização de documentos, registos informatizados.
RESPONSÁVEL	Administrador da Fundação INATEL Gavião
ORÇAMENTO	A remuneração deverá ser compatível com as exigências da função de acordo com a legislação em vigor, nunca inferior ao ordenado mínimo nacional (450€ mensais para o ano de 2009).
INDICADOR DE CONTROLO	Conseguir que o contrato seja feito até ao fim de Janeiro e que o funcionário inicie funções a partir de Fevereiro de 2010.

OBJECTIVO GERAL Nº1	Melhorar a qualidade da oferta do empreendimento hoteleiro e incrementar o número de utilizadores.
OBJECTIVO ESTRATÉGICO Nº1.2	Actualizar e melhorar a capacidade dos recursos humanos, especialmente no serviço de acolhimento e atendimento ao cliente.
PROJECTO Nº1.2.2	Contratação de um técnico com Licenciatura em Educação Física e Desporto
DESCRIÇÃO	Este contrato poderá ser uma parceria com a Divisão de Desporto da Fundação INATEL de Portalegre ou com a Câmara Municipal de Gavião. Terá como funções organizar, divulgar e dinamizar todas as actividades de animação e desportivas oferecidas pela Fundação INATEL Gavião aos seus hóspedes e/ou em parceria com outras entidades.
RESPONSÁVEL	Administrador da Fundação INATEL Gavião
ORÇAMENTO	A remuneração deverá ser compatível com as exigências da função de acordo com a legislação em vigor, nunca inferior ao ordenado mínimo nacional (450€ mensais para o ano de 2009).
INDICADOR DE CONTROLO	Conseguir que o técnico inicie funções a partir de Fevereiro de 2010. Conseguir que uma nova contratação se realize no mesmo período, mas de 2011.

OBJECTIVO GERAL Nº1	Melhorar a qualidade da oferta do empreendimento hoteleiro e incrementar o número de utilizadores.
OBJECTIVO ESTRATÉGICO Nº1.3	Analisar e estudar a opinião e interesses dos nossos clientes, os dados estatísticos existentes e a qualidade do serviço prestado.
PROJECTO Nº1.3.1	Colocar à disposição do cliente formulários de opinião e satisfação
DESCRIÇÃO	<p>Para determinar o nível de satisfação dos usuários devemos, elaborar um questionário para sondar a satisfação dos clientes em relação à qualidade dos materiais, actividades desportivas e serviços prestados pela Fundação INATEL Gavião.</p> <p>Caixas com formulários deverão ser colocados em local visível e de fácil acesso.</p>
RESPONSÁVEL	Funcionário Administrativo
ORÇAMENTO	Não se prevê qualquer tipo de gastos porque existe a possibilidade de estes inquéritos serem realizados pelo actual funcionário administrativo.
INDICADOR DE CONTROLO	Apresentação do projecto e elaboração do questionário até Junho de 2010 através de uma reunião entre o Administrador e o funcionário responsável pelo projecto. Aplicação do questionário a partir do mês de Julho de 2010. Análise, tratamento e apresentação dos dados trimestralmente.

OBJECTIVO GERAL Nº1	Melhorar a qualidade da oferta do empreendimento hoteleiro e incrementar o número de utilizadores.
OBJECTIVO ESTRATÉGICO Nº1.3	Analisar e estudar a opinião e interesses dos nossos clientes, os dados estatísticos existentes e a qualidade do serviço prestado.
PROJECTO Nº1.3.2	Levantamento mensal da taxa de ocupação e caracterização do utente.
DESCRIÇÃO	Realização de registo informatizado para que possamos saber as taxas de utilização e quais os utilizadores ou entidades utilizadoras do empreendimento.
RESPONSÁVEL	Funcionário Administrativo
ORÇAMENTO	Não se prevê qualquer tipo de gastos porque existe a possibilidade de estes estudos serem realizados pelo actual funcionário Administrativo da Fundação INATEL Gavião.
INDICADOR DE CONTROLO	<p>A recolha de dados deverá ser feita a partir da entrada ao serviço do funcionário administrativo.</p> <p>Elaboração de uma folha de cálculo para o registo mensal até ao final do mês de Junho 2010.</p> <p>Este diagnóstico deverá ser apresentado em relatório semestralmente.</p>

OBJECTIVO GERAL Nº1	Melhorar a qualidade da oferta do empreendimento hoteleiro e incrementar o número de utilizadores.
OBJECTIVO ESTRATÉGICO Nº1.4	Melhorar o tipo e quantidade de informação dos programas oferecidos.
PROJECTO Nº1.4.1	Detalhar informação no site e na revista.
DESCRIÇÃO	Enviar para a edição do site e da revista notícias sobre as actividades realizadas e sobre as que são oferecidas, mantendo a informação sempre actualizada.
RESPONSÁVEL	Responsável pela animação e actividades desportivas.
ORÇAMENTO	Não se prevê qualquer tipo de gastos porque existe a possibilidade de esta tarefa ser realizada pelo responsável pela animação e actividades desportivas.
INDICADOR DE CONTROLO	Recolha da informação e envio para edição mensalmente e/ou sempre que se justifique.

OBJECTIVO GERAL Nº1	Melhorar a qualidade da oferta do empreendimento hoteleiro e incrementar o número de utilizadores.
OBJECTIVO ESTRATÉGICO Nº1.4	Melhorar o tipo e quantidade de informação dos programas oferecidos.
PROJECTO Nº1.4.2	Divulgação das actividades à população do concelho.
DESCRIÇÃO	Cartaz informativo e distribuição pelas associações e instituições.
RESPONSÁVEL	Responsável pela animação e actividades desportivas.
ORÇAMENTO	Os gastos dispendidos com este projecto dependem apenas do número de exemplares a serem publicados por vontade da Fundação, sendo assim variável, pois quanto maior o número de exemplares, mais recursos financeiros serão necessários. No entanto, prevemos a elaboração de 100 exemplares a 1 euro cada um, o que perfaz 100 euros. Se porventura estes cartazes forem enviados por e-mail os gastos serão reduzidos quase a zero.
INDICADOR DE CONTROLO	Planificação das actividades e elaboração do cartaz informativo até final de Maio de 2010.

4.3.2. PROJECTOS SOBRE O OBJECTIVO GERAL NÚMERO 2

OBJECTIVO GERAL Nº 2

2. Implementar um programa de animação desportiva e cultural para oferta ao cliente da Fundação INATEL.

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

- 2.1.** Animar culturalmente o espaço.
- 2.2.** Promover oferta de actividades de animação e desporto.
- 2.3.** Dinamizar o turismo sénior.
- 2.4.** Aumentar a oferta de actividades.

OBJECTIVO GERAL Nº2	Implementar um programa de animação desportiva e cultural para oferta ao cliente da Fundação INATEL
OBJECTIVO ESTRATÉGICO Nº2.1	Animar culturalmente o espaço.
PROJECTO Nº2.1.1	Protocolo com associações culturais para realização de um programa de animação cultural mensal.
DESCRIÇÃO	Através do contacto com as associações locais será possível estabelecer protocolos para a animação cultural do espaço de forma regular.
RESPONSÁVEL	Responsável pela animação e actividades desportivas.
ORÇAMENTO	Os gastos com contactos não deverão ultrapassar 100€. Contudo se forem via e-mail serão reduzidos. Em termos protocolares poder-se-á oferecer uma redução percentual nos custos de utilização das instalações e participação em actividades pelos sócios das associações.
INDICADOR DE CONTROLO	Iniciar os contactos no início do mês de Maio de 2010. Realizar os protocolos até final de Julho de 2010. Elaborar programa de actividades durante o mês de Agosto. Apresentação do programa de animação mensal e início das actividades em Setembro de 2010. Reprogramar no início de Agosto de 2011.

OBJECTIVO GERAL Nº2	Implementar um programa de animação desportiva e cultural para oferta ao cliente da Fundação INATEL
OBJECTIVO ESTRATÉGICO Nº2.1	Animar culturalmente o espaço.
PROJECTO Nº2.1.2	Disponibilizar espaço para a realização de WorkShops de tapeçarias, trabalhos florais, artesanato entre outros.
DESCRIÇÃO	Contactar formadores preferencialmente dentro da Fundação. A finalidade deste projecto é rentabilizar os espaços, que actualmente são utilizados para servir o pequeno-almoço, e abrir as portas da Fundação INATEL Gavião à população do concelho oferecendo várias formações durante os meses de Inverno.
RESPONSÁVEL	Administrador da Fundação INATEL Gavião
ORÇAMENTO	Não se prevê gastos para a concretização deste projecto. A forma de pagamento ao formador será a estadia. Parte do dinheiro cobrado individualmente cobrirá as despesas de material requisitado pelo formador e o restante servirá para outros gastos locais da Fundação INATEL Gavião, como por exemplo, a divulgação das acções.
INDICADOR DE CONTROLO	O processo de planificação do conjunto de acções de formação deverá estar concluído até ao fim do mês de Setembro de 2010. Início dos contactos com os formadores em Outubro de 2010. A divulgação e abertura das inscrições durante os meses de Novembro e Dezembro de 2010. As acções de formação e workshops começarão em Janeiro de 2011. O número de acções a realizar deverá ser de 5 com temas diferentes durante o período de inverno.

OBJECTIVO GERAL Nº2	Implementar um programa de animação desportiva e cultural para oferta ao cliente da Fundação INATEL
OBJECTIVO ESTRATÉGICO Nº2.2	Promover oferta de actividades de animação e desporto.
PROJECTO Nº2.2.1	Organização das actividades oferecidas.
DESCRIÇÃO	Planificar e calendarizar um sistema de reservas para a participação nas actividades. Deste modo poderemos controlar o número de actividades e prepará-las com a devida antecedência. Ao fazer os registos podemos numa outra fase saber a quantidade de pessoas, tipo de actividades preferidas e perfil dos utentes para melhor dirigir a oferta de actividades
RESPONSÁVEL	Responsável pela animação e actividades desportivas
ORÇAMENTO	Não se prevê gastos, esta tarefa pode ser efectuada pelo responsável da animação e actividades desportivas.
INDICADOR DE CONTROLO	Elaborar documento de registo a partir de Março de 2010 e apresentá-lo até ao final de Abril de 2010. O documento entrará em vigor no início do mês de Junho. Os registos deverão ser apresentados e estudados em reunião trimestral com o Administrador da Fundação INATEL Gavião

OBJECTIVO GERAL Nº2	Implementar um programa de animação desportiva e cultural para oferta ao cliente da Fundação INATEL
OBJECTIVO ESTRATÉGICO Nº2.2	Promover oferta de actividades de animação e desporto.
PROJECTO Nº2.2.2	Promover colónias de férias, semanas e fins-de-semana a escolas.
DESCRIÇÃO	Com o objectivo de proporcionar o contacto com actividades de exploração da natureza este projecto permitirá que se crie o hábito de receber grupos de alunos para realizar actividades em determinadas épocas do ano.
RESPONSÁVEL	Responsável pela animação e actividades desportivas
ORÇAMENTO	Não se prevê gastos. Estes serão suportados pelo pagamento individual dos utentes, nomeadamente, em relação ao alojamento, alimentação (possível colaboração da cantina da Escola Básica e Integrada de Gavião). Os contactos com as escolas e entidades possivelmente interessadas deverão ser efectuados por e-mail.
INDICADOR DE CONTROLO	A planificação do programa de actividades a desenvolver nos moldes já referidos, definindo o número máximo e mínimo de participantes, deverá durar 3 meses, entre Janeiro e Março de 2011. Elaborar o folheto informativo durante o mês de Abril. Recolher e efectuar contactos durante o mês de Maio. Iniciar actividades no fim de Junho. Em Setembro deverá haver nova divulgação das actividades junto das escolas, coincidindo com o início do ano lectivo. Conseguir que 10 semanas por ano sejam ocupadas com estas actividades.

OBJECTIVO GERAL Nº2	Implementar um programa de animação desportiva e cultural para oferta ao cliente da Fundação INATEL
OBJECTIVO ESTRATÉGICO Nº2.2	Promover oferta de actividades de animação e desporto.
PROJECTO Nº2.2.3	Estabelecimento de um programa de ocupação dos tempos livres dos jovens.
DESCRIÇÃO	Este projecto pretende ocupar os tempos livres dos jovens proporcionando-lhes actividades desportivas, estimulando deste modo o contacto directo com diversas modalidades servindo de encaminhamento para a prática desportiva regular. Pretende-se uma colaboração com os técnicos do desporto da Câmara Municipal de Gavião para aproveitamento das actividades dirigidas por eles tendo como população alvo os jovens do concelho.
RESPONSÁVEL	Responsável pela animação e actividades desportivas e Vereador da Câmara Municipal responsável pelo desporto.
ORÇAMENTO	Não se prevê gastos. Estes serão suportados pelo pagamento individual dos utentes de um preço simbólico de utilização ou através de protocolo com a Câmara para suportar os custos.
INDICADOR DE CONTROLO	A planificação do programa de actividades a desenvolver nos moldes já referidos, definindo o número máximo e mínimo de participantes, deverá durar 3 meses, entre Janeiro e Março de 2011. Elaborar o folheto informativo durante o mês de Abril. Recolher e efectuar contactos durante o mês de Maio. Iniciar actividades no fim de Junho. Em Setembro deverá haver nova divulgação das actividades junto das escolas, coincidindo com o início do ano lectivo. Conseguir que 10 semanas por ano sejam ocupadas com estas actividades.

OBJECTIVO GERAL Nº2	Implementar um programa de animação desportiva e cultural para oferta ao cliente da Fundação INATEL
OBJECTIVO ESTRATÉGICO Nº2.3	Dinamizar o turismo sénior.
PROJECTO Nº2.3.1	Promover a realização de intercâmbios de seniores.
DESCRIÇÃO	<p>Com este projecto pretende-se promover preços especiais para grupos seniores e desenvolver actividades de intercâmbio com os seniores do concelho, motivando assim o convívio entre pessoas desta faixa etária com diferentes vivências.</p> <p>Procurar o apoio da Câmara Municipal de Gavião para cumprir a segunda parte do intercâmbio.</p>
RESPONSÁVEL	Administrador da Fundação INATEL Gavião
ORÇAMENTO	Não se prevê gastos. A organização estará a cargo do Administrador da Fundação.
INDICADOR DE CONTROLO	<p>Conseguir receber 4 grupos de seniores para intercâmbio por ano.</p> <p>Iniciar as actividades em Janeiro de 2012.</p>

OBJECTIVO GERAL Nº2	Implementar um programa de animação desportiva e cultural para oferta ao cliente da Fundação INATEL
OBJECTIVO ESTRATÉGICO Nº2.3	Dinamizar o turismo sénior.
PROJECTO Nº2.3.2	Actividades lúdicas de grupo.
DESCRIÇÃO	Elaborar um programa de actividades com o objectivo de proporcionar o contacto da população sénior com actividades de exploração da natureza intercalando com visitas ao património do concelho.
RESPONSÁVEL	Responsável pela animação e actividades desportivas
ORÇAMENTO	Não se prevê gastos. As despesas associadas deverão estar cobertas pelo pagamento adicional por participante/grupo.
INDICADOR DE CONTROLO	Conseguir receber 4 grupos de seniores para intercâmbio por ano. Iniciar as actividades em Janeiro de 2012.

OBJECTIVO GERAL Nº2	Implementar um programa de animação desportiva e cultural para oferta ao cliente da Fundação INATEL
OBJECTIVO ESTRATÉGICO Nº2.3	Dinamizar o turismo sénior.
PROJECTO Nº2.3.3	Jogos tradicionais de salão.
DESCRIÇÃO	Este projecto permite realizar um programa de actividades de animação dos seniores, cujas actividades serão jogos tradicionais de salão (dança das cadeiras, jogo do galo, jogo do anel, pedrinhas, sueca, damas).
RESPONSÁVEL	Responsável pela animação e actividades desportivas
ORÇAMENTO	Prevê-se um gasto inicial de 50€ para aquisição de cartas e de jogos de tabuleiro.
INDICADOR DE CONTROLO	Conseguir receber 4 grupos de seniores para intercâmbio por ano. Iniciar as actividades em Janeiro de 2012.

OBJECTIVO GERAL Nº2	Implementar um programa de animação desportiva e cultural para oferta ao cliente da Fundação INATEL
OBJECTIVO ESTRATÉGICO Nº2.4	Aumentar a oferta de actividades.
PROJECTO Nº2.4.1	Aquisição/cedência de material para a realização de slide e rappel.
DESCRIÇÃO	Realização de um protocolo com a divisão de desporto da Fundação INATEL de Portalegre para a cedência de material, numa primeira fase. Numa segunda fase, caso se justifique, proceder-se-á à aquisição desse material.
RESPONSÁVEL	Responsável pela animação e actividades desportivas
ORÇAMENTO	Não se prevê gastos, em virtude de o material ser cedido.
INDICADOR DE CONTROLO	Ter o material disponível a partir de Setembro de 2010.

4.3.3. PROJECTOS SOBRE O OBJECTIVO GERAL NÚMERO 3

OBJECTIVO GERAL Nº 3

3. Dinamizar o espaço envolvente, potenciando a prática da actividade física mesmo que não regulamentada.

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

3.1. Acordar com entidades públicas e privadas para a promoção de actividades de desporto para todos.

3.2. Incrementar a organização de eventos culturais e desportivos de relevância turística.

3.3. Valorizar as actividades náuticas e de outros lazeres associados ao Tejo – Barragem de Belver.

OBJECTIVO GERAL Nº3	Dinamizar o espaço envolvente, potenciando a prática da actividade física mesmo que não regulamentada.
OBJECTIVO ESTRATÉGICO Nº3.1	Acordar com entidades públicas e privadas para a promoção de actividades de desporto para todos.
PROJECTO Nº3.1.1	Construção de um circuito de manutenção
DESCRIÇÃO	<p>O projecto tem em vista a construção de um Circuito de Manutenção. Este circuito seria uma infra-estrutura muito útil à população devido às suas características que se identificam com as da região, ou seja o aproveitamento de uma zona verde para a prática de desporto que pode ser não orientado.</p> <p>Estabelecer um protocolo com a Câmara Municipal com vista à tomada de responsabilidade pela obra.</p>
RESPONSÁVEL	Administrador da Fundação INATEL Gavião e Vereador de desporto.
ORÇAMENTO	Não se prevê gastos, uma vez que é a Câmara Municipal a responsável pela valorização do espaço envolvente à Quinta do Alamal.
INDICADOR DE CONTROLO	Iniciar a obra em Março de 2012 para estar concluída e pronta para utilização no final de Junho de 2012.

OBJECTIVO GERAL Nº3	Dinamizar o espaço envolvente, potenciando a prática da actividade física mesmo que não regulamentada.
OBJECTIVO ESTRATÉGICO Nº3.1	Acordar com entidades públicas e privadas para a promoção de actividades de desporto para todos.
PROJECTO Nº3.1.2	Protocolo com Federação de Orientação para a realização de provas no Gavião
DESCRIÇÃO	Este projecto permite estabelecer um protocolo com a Federação Portuguesa de Orientação com o objectivo de promover a realização de provas de orientação nos trilhos do concelho.
RESPONSÁVEL	Responsável pela animação e actividades desportivas
ORÇAMENTO	Não se prevê custos em virtude de se tratar de um protocolo de intercâmbio entre as instituições.
INDICADOR DE CONTROLO	Realização de 4 provas por ano. O início das actividades Janeiro de 2013

OBJECTIVO GERAL Nº3	Dinamizar o espaço envolvente, potenciando a prática da actividade física mesmo que não regulamentada.
OBJECTIVO ESTRATÉGICO Nº3.2	Incrementar a organização de eventos culturais e desportivos de relevância turística.
PROJECTO Nº3.2.1	Percurso pedestres e de orientação.
DESCRIÇÃO	Com este projecto pretende-se a elaboração de cartas de orientação, que conduzam os utentes por trilhos onde se conjugue a vertente actividade física e cultural com a passagem por locais de interesse arquitectónico e paisagístico, facilitando assim o reconhecimento e respectivas necessidades de manutenção dos mesmos.
RESPONSÁVEL	Responsável pela animação e actividades desportivas
ORÇAMENTO	Não se prevê custos em virtude de se tratar de um protocolo de intercâmbio entre as instituições Fundação INATEL Gavião, e Câmara Municipal de Gavião.
INDICADOR DE CONTROLO	Elaboração de cartas entre Setembro e Dezembro de 2012. Conseguir uma afluência mensal de 25 utentes.

OBJECTIVO GERAL Nº3	Dinamizar o espaço envolvente, potenciando a prática da actividade física mesmo que não regulamentada.
OBJECTIVO ESTRATÉGICO Nº3.2	Incrementar a organização de eventos culturais e desportivos de relevância turística.
PROJECTO Nº3.2.2	Roteiros gastronómicos e culturais.
DESCRIÇÃO	Com este projecto pretende-se a elaboração de roteiros com informação turística respeitante à gastronomia tradicional da região, património histórico-cultural e actividades desportivas e culturais.
RESPONSÁVEL	Responsável pela animação e actividades desportivas
ORÇAMENTO	Serão elaborados 100 catálogos ao preço de 10 euros cada, o que dá um resultado total de 1000 euros.
INDICADOR DE CONTROLO	Elaboração dos roteiros até final de 2012. Distribuição em Janeiro de 2013 para iniciar a actividade em Março de 2013.

OBJECTIVO GERAL Nº3	Dinamizar o espaço envolvente, potenciando a prática da actividade física mesmo que não regulamentada.
OBJECTIVO ESTRATÉGICO Nº3.2	Incrementar a organização de eventos culturais e desportivos de relevância turística.
PROJECTO Nº3.2.3	Incentivo à prática de jogos tradicionais.
DESCRIÇÃO	Promover o contacto das pessoas do concelho e visitantes com o espaço envolvente à Quinta do Alamal desenvolvendo actividades/jogos tradicionais do conhecimento geral da população (jogo da malha, pião, cabra cega, corrida de sacos, berlinde, jogo do mata, tracção da corda, jogo do eixo e jogo do lenço) com alguma regularidade.
RESPONSÁVEL	Responsável pela animação e actividades desportivas
ORÇAMENTO	Prevê-se um gasto inicial de 250€ para aquisição do material necessário, sendo este de possível reutilização em actividades idênticas.
INDICADOR DE CONTROLO	Início das actividades em Abril de 2013, com periodicidade mensal. Conseguir uma participação de 50 pessoas.

OBJECTIVO GERAL Nº3	Dinamizar o espaço envolvente, potenciando a prática da actividade física mesmo que não regulamentada.
OBJECTIVO ESTRATÉGICO Nº3.3	Valorizar as actividades náuticas e de outros lazeres associados ao Tejo – Barragem de Belver.
PROJECTO Nº3.3.1	Concursos de pesca desportiva
DESCRIÇÃO	Realizar concurso de pesca desportiva em protocolo com a Federação Portuguesa de Pesca Desportiva e com as Associações locais.
RESPONSÁVEL	Responsável pela animação e actividades desportivas
ORÇAMENTO	Não se prevê custos em virtude de se tratar de um protocolo de intercâmbio entre as instituições.
INDICADOR DE CONTROLO	Iniciar o projecto em Maio de 2013 e realizá-lo com periodicidade bimensal, até ao final do ano. Conseguir a participação de 60 participantes por concurso.

OBJECTIVO GERAL Nº3	Dinamizar o espaço envolvente, potenciando a prática da actividade física mesmo que não regulamentada.
OBJECTIVO ESTRATÉGICO Nº3.3	Valorizar as actividades náuticas e de outros lazeres associados ao Tejo – Barragem de Belver.
PROJECTO Nº3.3.2	Passeios de Caiaque.
DESCRIÇÃO	Com este projecto pretende-se a utilização do material existente rentabilizando assim os recursos da Fundação, de forma a criar hábitos de utilização por parte de residentes e visitantes dos recursos naturais envolventes.
RESPONSÁVEL	Responsável pela animação e actividades desportivas
ORÇAMENTO	Não se prevê. No entanto, a Fundação poderá obter proveitos mediante o pagamento individual de taxas de utilização.
INDICADOR DE CONTROLO	Iniciar as actividades em Junho de 2010. Conseguir uma taxa de utilização de 80% dos recursos existentes.

OBJECTIVO GERAL Nº3	Dinamizar o espaço envolvente, potenciando a prática da actividade física mesmo que não regulamentada.
OBJECTIVO ESTRATÉGICO Nº3.3	Valorizar as actividades náuticas e de outros lazeres associados ao Tejo – Barragem de Belver.
PROJECTO Nº3.3.3	Torneios Voleibol de Praia
DESCRIÇÃO	Organizar torneios de voleibol de praia, estabelecendo um protocolo com as associações e escolas locais.
RESPONSÁVEL	Responsável pela animação e actividades desportivas
ORÇAMENTO	Não se prevê. As taxas de inscrição das equipas cobrirão as possíveis despesas com a aquisição do material necessário (bolas, redes e postes).
INDICADOR DE CONTROLO	Realização dos torneios durante os meses de Julho e Agosto.

OBJECTIVO GERAL Nº3	Dinamizar o espaço envolvente, potenciando a prática da actividade física mesmo que não regulamentada.
OBJECTIVO ESTRATÉGICO Nº3.3	Valorizar as actividades náuticas e de outros lazeres associados ao Tejo – Barragem de Belver.
PROJECTO Nº3.3.4	Passeios de bicicleta
DESCRIÇÃO	Com este projecto pretende-se a utilização do material existente rentabilizando assim os recursos da Fundação, de forma a criar hábitos de utilização por parte de residentes e visitantes dos recursos naturais envolventes.
RESPONSÁVEL	Responsável pela animação e actividades desportivas
ORÇAMENTO	Não se prevê gastos. No entanto, a Fundação poderá obter proveitos mediante o pagamento individual de taxas de utilização.
INDICADOR DE CONTROLO	Iniciar as actividades em Junho de 2010. Conseguir uma taxa de utilização de 80% dos recursos existentes.

4.3.4. PLANO OPERATIVO ANUAL

PROJECTOS	2010												2011											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
PROJ. Nº1.1.1																								
PROJ. Nº1.1.2																								
PROJ. Nº1.2.1																								
PROJ. Nº1.2.2																								
PROJ. Nº1.3.1																								
PROJ. Nº1.3.2																								
PROJ. Nº1.4.1																								
PROJ. Nº1.4.2																								
PROJ. Nº2.1.1																								
PROJ. Nº2.1.2																								
PROJ. Nº2.2.1																								
PROJ. Nº2.2.2																								
PROJ. Nº2.2.3																								
PROJ. Nº2.4.1																								
PROJ. Nº3.3.2																								
PROJ. Nº3.3.3																								
PROJ. Nº3.3.4																								

PROJECTOS	2012												2013											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
PROJ. Nº1.3.1																								
PROJ. Nº1.3.2																								
PROJ. Nº1.4.1																								
PROJ. Nº2.1.1																								
PROJ. Nº2.2.1																								
PROJ. Nº2.2.2																								
PROJ. Nº2.2.3																								
PROJ. Nº2.3.1																								
PROJ. Nº2.3.2																								
PROJ. Nº2.3.3																								
PROJ. Nº3.1.1																								
PROJ. Nº3.1.2																								
PROJ. Nº3.2.1																								
PROJ. Nº3.2.2																								
PROJ. Nº3.2.3																								
PROJ. Nº3.3.1																								
PROJ. Nº3.3.2																								
PROJ. Nº3.3.3																								
PROJ. Nº3.3.4																								

4.4. AVALIAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

Após as fases de diagnóstico e operacionalização não podemos esquecer a última e não menos importante etapa de um planeamento estratégico - Avaliação.

Segundo Paris Roche (2002) o planeamento estratégico deve ser flexível e adaptável. Como é um processo contínuo uma vez iniciado é necessário conhecer o grau de realização dos seus objectivos. É importante implementar um sistema de controlo que dê informação sobre o actual grau de realização dos objectivos, e também, analise e compare essa informação com as metas estabelecidas anteriormente.

Os indicadores são as ferramentas que nos permitem “quantificar” as metas para sabermos se os nossos objectivos foram cumpridos total ou parcialmente e se vamos realmente no caminho certo (Roche, 2002).

A maioria dos nossos indicadores incidem sobre as estratégias, que na maioria dos casos são eventos. “A avaliação do evento é um processo de observação, mensuração e monitorização crítica da implementação de um evento a fim de avaliar os seus resultados de forma precisa. Ela possibilita a criação de um perfil de evento que delinea as características básicas e dados estatísticos importantes de um evento. (...) Permite que se apresente um *feedback* aos parceiros do evento ao oferecer uma ferramenta para análise e aperfeiçoamento.” (Allen, 2002. pp 314). Assim, é importante a realização e análise de relatórios das actividades, através de reuniões com os responsáveis e superiores.

Este planeamento deve ser avaliado anualmente, em reunião dos responsáveis pelos projectos e indagar se o objectivo da avaliação – a retroalimentação – está a surtir efeito. Assim, ao nível da organização poderemos modificar objectivos e estratégias que se considerem mais adequados, insistir ou reforçar actuações, corrigir indicadores e corrigir os métodos (Roche, 2002).

CAPÍTULO V
CONCLUSÕES FINAIS

CAPÍTULO V **CONCLUSÕES FINAIS**

Para a realização deste trabalho foram seguidos passos fundamentais que caracterizam o processo de planificação. A primeira etapa foi a definição da metodologia e dos objectivos de estudo. Numa segunda fase procedeu-se ao diagnóstico do meio externo (Análise Externa), onde situámos o concelho de Gavião em termos históricos, geográficos, patrimoniais, sócio-culturais e económicos, desportivos e políticos, de concorrência e procura; e uma avaliação do meio interno da organização Fundação INATEL, nomeadamente de Gavião (Análise Interna). Finalmente, o último passo foi a definição de objectivos, estratégias e projectos, criando um vasto leque de soluções para resolver um determinado número de problemas.

A escolha do tema, foi desde logo um desafio. O desenvolvimento de um planeamento que permitisse promover a animação e a prática de actividades desportivas como um serviço oferecido por um empreendimento hoteleiro, fez com que o leque de conhecimentos sobre o tema “Turismo” tivesse de ser imperiosamente alargado. O resultado desta condicionante foi, conseqüentemente, uma recolha bibliográfica sobre estes temas.

Numa primeira análise podemos concluir que a Fundação INATEL, com um passado de grande tradição em termos de turismo, cultura e desporto, encontra na sua instalação de Gavião um leque de oportunidades de exploração com grande relevância para a própria instituição e para o Município. O empenho do Município para a valorização do turismo mostra-se evidente no protocolo de reconstrução da Quinta do Alamal, onde está a Fundação INATEL Gavião, e no meio envolvente com a manutenção do Centro de Integração e Lazer do Alamal.

“A valorização e fortalecimento do turismo passa pela defesa do património histórico, pela conservação e melhor aproveitamento dos monumentos, pelo enriquecimento dos valores tradicionais, desde a arquitectura regional ao folclore, passando pela gastronomia e pela defesa dos recursos naturais e, também, neste aspecto, é necessário ter uma perspectiva de desenvolvimento regional” (Cunha, 2006).

Cunha (2006) refere no entanto, que deve ser tido em consideração o facto de uma opção de desenvolvimento turístico regional, ter de se sujeitar a alguns condicionalismos, entre os quais:

1.º - O turismo não pode ser encarado como uma panaceia. Para o turismo ser consciente é indispensável a existência de valores mínimos que o justifiquem;

2.º - Na maior parte das regiões, o turismo não é a actividade alternativa de desenvolvimento e, nestes casos, as actividades turísticas devem ser concebidas como estímulo e adjuvantes e não como base principal;

3.º - Os equipamentos e os modelos de desenvolvimento turístico têm de ser programados em função das características e valores regionais e não pela adopção de modelos alheios;

4.º - O turismo tem respeitar os recursos naturais e culturais existentes e ser factor de valorização.

Nesta perspectiva, o turismo é sustentável quando o seu desenvolvimento se processa por forma a garantir que os recursos de que depende se mantêm ou se valorizam.

Por isso, de acordo com a Organização Mundial de Turismo (OMT) a sustentabilidade do turismo tem de ser entendida segundo princípios fundamentais («*Sustainable Tourism Development: Guide for Local Planners*» citado em Cunha, 2006), a saber:

- a) *Sustentabilidade ecológica*. Assegura que o desenvolvimento é compatível com a manutenção dos processos biológicos essenciais, a biodiversidade e os recursos biológicos. É o princípio da *precaução*.
- b) *Sustentabilidade social e cultural*. Este princípio assegura que o desenvolvimento aumenta o controlo das pessoas sobre os seus próprios destinos, é compatível com a cultura e os valores das comunidades afectadas e mantêm e fortalece a identidade destas. É o princípio da *participação*.
- c) *Sustentabilidade económica*. Assegura que o desenvolvimento é economicamente eficiente e os recursos são geridos de tal forma que fica

garantida a sua utilização pelas gerações futuras. Isto é, assegura o emprego e os níveis satisfatórios de rendimento associados a um controlo sobre os custos e benefícios dos recursos que garantem a continuidade para as gerações futuras. É o princípio da *solidariedade*.

Da aplicação destes princípios resulta a necessidade da conciliação entre os objectivos económicos do desenvolvimento do turismo com a manutenção dos factores básicos que o justificam e a conclusão de que a relação entre o turismo e aqueles factores são biunívocas: o turismo depende dos recursos naturais, sociais e culturais mas estes podem beneficiar da existência de objectivos turísticos na medida em que poderão assegurar o seu equilíbrio (Cunha, 2006).

Tendo em conta o que foi referido, os objectivos escolhidos relacionaram-se com o aumento de utentes, sem os quais é impossível desenvolver qualquer actividade desportiva ou de animação. Para tal é necessário criar situações básicas de conforto, segurança e acessos. Por outro lado, a interacção cultural das associações existentes no concelho podem criar uma forte motivação para uma visita ao Gavião por indivíduos não residentes, e inculcar o envolvimento dos residentes num projecto comum que trará indirecta ou directamente benefícios futuros aos próprios.

Por último, o Vale do Tejo como pano de fundo para imensas aventuras no meio natural. O desenvolvimento das actividades desportivas e de animação requer recursos humanos e materiais de qualidade com o objectivo de oferecer um serviço também ele de qualidade. O grande propósito será fazer com que as pessoas ao usufruir dos serviços possam desfrutar ao máximo e que voltem para repetir a experiência.

Ao colocar em prática um planeamento deste tipo, todo o tecido social concelhio terá de sofrer reajustamentos no sentido de criar condições para a recepção aos visitantes. Deste modo, podemos concluir que o efeito, eventualmente, surtido pelo planeamento estará sempre dependente das condições criadas pelo ambiente envolvente e da motivação dos munícipes e seus dirigentes. Não podemos esquecer, contudo, que para primeiramente colocar o plano em prática a Fundação INATEL Gavião, em conjunto com os seus colaboradores, deverá apresentar uma atitude auto-motivante, contribuindo para um projecto que no fundo é de toda a comunidade.

CAPÍTULO VI
ANEXOS

CAPÍTULO VI ANEXOS

ANEXO 1

O QUE É O PROGRAMA BANDEIRA AZUL?



Figura 28 – Bandeira Azul

O Programa da Bandeira Azul da Europa iniciou-se à escala europeia, em 1987, integrada no programa do Ano Europeu do Ambiente. Esta iniciativa da Federação Europeia de Educação Ambiental (FEE), com o apoio da Comissão Europeia, tem como objectivo, elevar o grau de consciencialização dos cidadãos em geral, e dos decisores em particular, para a necessidade de se proteger o ambiente marinho e costeiro e incentivar a realização de acções conducentes à resolução dos problemas aí existentes.

A Campanha da Bandeira Azul da Europa iniciou-se à escala europeia, em 1987, integrada no programa do Ano Europeu do Ambiente. Esta iniciativa da FEE, com o apoio da Comissão Europeia, tem como objectivo, elevar o grau de consciencialização dos cidadãos em geral, e dos decisores em particular, para a necessidade de se proteger o ambiente marinho e costeiro e incentivar a realização de acções conducentes à resolução dos problemas aí existentes.

A Campanha apresenta três vertentes: praias, portos de recreio e embarcações de recreio, tendo como instrumento o galardão "Bandeira Azul da Europa". O galardão é atribuído anualmente às praias e portos de recreio que cumpram um conjunto de critérios de natureza ambiental, de segurança e conforto dos utentes e de informação e sensibilização ambiental. A nível internacional, a Bandeira Azul da Europa é reconhecida como um *eco-label*, designadamente pela Comissão Europeia e pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente, estando em curso negociações para a sua adopção por países de outros Continentes. A estrutura de funcionamento da Campanha em Portugal, assim como o seu processo de decisão assenta na colaboração entre entidades públicas e privadas com responsabilidades ou interesses nas praias.

Existe a denominada "Júri Nacional da Bandeira Azul para as praias - JBAP" que estabelece as regras específicas da Campanha ao nível nacional, transpondo os procedimentos e critérios europeus e apoia o Operador Nacional na definição das

posições portuguesas nas reuniões internacionais. O JBAP é constituído por um conjunto de 21 entidades da Administração Pública, Central e Regional, bem como organizações não governamentais sendo coordenado pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE). As candidaturas das praias são apresentadas anualmente pelos Municípios às Direcções Regionais do Ambiente, subscritas por mais do que uma entidade de âmbito local e regional. A esse nível realiza-se uma primeira verificação do cumprimento dos critérios de atribuição da Bandeira Azul às praias pelas Direcções Regionais do Ambiente, após a qual, as candidaturas são remetidas ao Operador Nacional. Posteriormente, o JBAP como Júri Nacional aprecia e aprova a lista de praias a submeter ao Júri Internacional, constituído por elementos da FEE e de um representante da Comissão Europeia, que toma a decisão final sobre as praias e marinas galardoadas.

O JBAP com o seu carácter informal tem constituído um bom exemplo de cooperação entre organismos públicos e ONG's visando a preservação e valorização da orla costeira, onde cada entidade tem competências específicas. Entre as diversas iniciativas da ABAE, no sentido da prossecução dos objectivos da Campanha, salientamos a integração no Programa ENVIREG, da elegibilidade de investimentos com vista à manutenção ou obtenção da Bandeira Azul.

Em Portugal, a evolução positiva da situação das praias, desde 1987 é notória, traduz-se fundamentalmente em investimentos para a resolução das causas da poluição das águas balneares, no adensamento da rede de vigilância da qualidade das águas de banho, na melhoria dos acessos e infra-estruturas, na segurança e limpeza das praias e na informação e sensibilização dos utentes. A forma como a ABAE tem desempenhado a função de Operador Nacional tem sido considerada exemplar e prestigiante para o País, com reflexos positivos para o turismo nacional. O respeito que a ABAE grangeou, tem-lhe permitido defender com grande credibilidade os interesses específicos de Portugal, em particular no seio da FEE. Como demonstração do reconhecimento do trabalho desenvolvido em Portugal, a ABAE foi convidada pela FEE a apresentar na Feira Internacional de Turismo de Berlim de 1997 (ITB), a Campanha da Bandeira Azul em Portugal.

In Associação Bandeira Azul da Europa - <http://www.abae.pt/programa/BA/inicio.php>

ANEXO 2

JOGOS TRADICIONAIS PORTUGUESES – O JOGO DA MALHA

O jogo da Malha é um jogo tradicional Português jogado por homens ou mulheres, individualmente ou em equipa (3, 4 ou 5 elementos). É jogado em quase todo o território nacional, adquirindo, por isso, várias denominações consoante a área geográfica onde é praticado. O jogo consiste no seguinte: numa pista de terra batida com cerca de 20



Figura 29 – Jogo da Malha.

metros de comprimento colocam-se nos extremos "belhos" que são feitos de pau com cerca de quinze centímetros de altura, seis de diâmetro e afiados no topo superior, são colocados na vertical, apoiados no chão. Os jogadores colocam-se atrás do seu belho. O objectivo dos jogadores de é derrubar o belho do adversário, com uma malha - "bolacha" de ferro com cerca de 7 centímetros de espessura, 12 a quinze centímetros de diâmetro e com um furo no meio.

O derrube do belho vale três pontos, a malha que fica mais perto do belho ganha um ponto o jogo termina quando uma das duas equipas faz 60 pontos.

Disputam-se torneios com várias equipas mas em cada pista só duas equipas se defrontam.

CAPÍTULO VII
BIBLIOGRAFIA

APÍTULO VII **BIBLIOGRAFIA**

Allen, Johnny et al. “Organização e gestão de eventos”. Editora Elsevier. Rio de Janeiro, 2002.

Ashton, Mary. “Espaços de turismo, desporto e lazer destinados a visitantes e residentes”. In *Revista Digital*. Año 13, N° 128. Buenos Aires, 2009.

Associação Bandeira Azul da Europa. “Guia de interpretação dos critérios Bandeira Azul para as praias”. [Em linha] 2009 [Citado a: 5 de Maio de 2009] <http://www.abae.pt/programa/BA/inicio.php>

Associação Cultural e recreativa do Zambujal. “Jogo da Malha”. [Em linha] [Citado a: 5 de Maio de 2009] http://etnografiaz.no.sapo.pt/jogos_tradicionais.htm

Associação de Municípios do Norte Alentejano e Universidade Nova de Lisboa. “Agenda 21 Local de Gavião. Diagnóstico sintético das freguesias do concelho de Gavião”. Câmara Municipal de Gavião. Novembro 2006.

Câmara Municipal de Gavião. “Diagnostico Social do município de Gavião” [Em linha] [Citado a: 17 de Junho de 2009.] http://www.cm-gaviao.pt/accao_social/rede_social/documentos_produzidos/Diagnostico_Social_do_Municipio_de_Gaviao.pdf

Corrêa, Evandro; Neto, Samuel. “Proposta de acção interdisciplinar: lazer e a educação ambiental na hotelaria”. In *Lecturas, Educación Física y Deportes - Revista Digital*. Año 12, N° 116. Buenos Aires, 2008.

Costa, Ana; Colesanti, Marlene. “Turismo rural e educação ambiental desenvolvimento sustentável para o espaço rural do município de Tupaciguara”. In *Caminhos de geografia - revista on-line* 3 (5). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2002.

Cunha, Licínio. “Economia e política do turismo”. Editorial Verbo. Lisboa, 2006.

Cunha, Licínio. “Introdução ao turismo”. Editorial Verbo. 4.^a Edição. Lisboa, 2009.

Cunha, Luís. “Os espaços do desporto – Uma gestão para o desenvolvimento humano”. Edições Almedina. Coimbra, 2007. Cap X.

Filipe, Rafael. “Os programas de turismo social do INATEL e a sua internacionalização”. Congresso Internacional de Inovação Social - NEXTREV. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 2008.

Instituto Nacional de Estatística. “Anuário Estatístico da Região Alentejo 2006”. Lisboa 2006.

Galán, Ignacio. “Actividades físicas y deportivas en el ámbito rural”. In *Lecturas, Educación Física y Deportes - Revista Digital*. Año 13, Nº 124. Buenos Aires, 2008.

Gilmartín, Jesús. “Aproximación histórica a la actividad física educativa en el medio natural”. In *Lecturas, Educación Física y Deportes - Revista Digital*. Año 13, Nº 127. Buenos Aires, 2008.

Gilmartín, Jesús. “Actividad física educativa en el medio natural”. In *Lecturas, Educación Física y Deportes - Revista Digital*. Año 13, Nº 128. Buenos Aires, 2009.

Gutiérrez, Juan Francisco. “Formulación de estratégias en una organización deportiva”. [Em linha] [Citado a: 14 de Abril de 2009.]
<http://viref.udea.edu.co/contenido/revistainstituto/revistas/v20n2/v20n2-formulacion.pdf>

Lança, Rui. “Animação desportiva e tempos livres. Perspectivas de organização”. Editorial Caminho. Lisboa, 2003.

Lança, Rui. “O desporto e o lazer. Uma gestão integrada”. Editorial Caminho. Lisboa, 2007.

Lopes, M. “*Plano de desenvolvimento estratégico das instalações desportivas do município de Borba*”. Tese para a obtenção do grau de Mestre em Gestão e Direcção Desportiva, Évora, UE/UEX, 2006.

Pena, António. “Roteiro Nacional: zona de intervenção de Leadersor”. Linda-a-Velha, 1999.

Pereira, Ana; Félix, Maria. “Siglo XXI: nuevos valores, nuevas profesiones. Una perspectiva del ocio deportivo en la naturaleza integrado en el turismo”. In *Lecturas, Educación Física y Deportes - Revista Digital*. Año 8, N° 50. Buenos Aires, 2002.

Page, J. Stephen; Dowling K Ross. “Ecotourism”. Prentice Hall. 2002.

Pires, Gustavo. “Âgon. Gestão do desporto. O jogo de Zeus”. Porto Editora. Porto, 2007.

Portal da Saúde. Prestações de serviços pelo Centro de Saúde de Gavião. [Em linha] [Citado a: 17 de Junho de 2009.]

<http://www.min-saude.pt/Portal/servicos/prestadoresV2/?providerid=572>

Roche, Fernando París. “Gestão desportiva. Planeamento estratégico nas organizações desportivas”. Editora Artmed. 2.ª Edição. Porto Alegre, 2002.

Silva, Jorge. “Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em *cluster*”. Tese para obtenção do grau de doutorado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

Soares, Pedro et al. “MEDE: Modelo da excelência no desporto. Gestão da qualidade e da excelência na gestão do desporto”. APOGESD – Associação Portuguesa de Gestão do Desporto. Vila Nova de Gaia, 2007.

Zapata, Natalia. “La educación física rural. Una experiencia de práctica educativa a 3.720 metros sobre el nivel del mar”. In *Lecturas, Educación Física y Deportes - Revista Digital*. Año 12, N° 114. Buenos Aires, 2007.